



## Universidades Lusíada

Barros, André Filipe da Cruz, 1990-

### **O impulso das águas : contributo para a identidade das Caldas da Rainha**

<http://hdl.handle.net/11067/1246>

#### **Metadados**

|                           |  |
|---------------------------|--|
| <b>Data de Publicação</b> | 2014-11-06   |
| <b>Resumo</b>             | Caldas da Rainha desenvolveu-se graças às águas termais que ali surgem, e à vontade mecénica da Rainha Dona Leonor. Desde há muito conhecidas as potencialidades destas águas, foi no ano de 1485, que a Rainha Dona Leonor, mandou edificar nas Caldas de Óbidos aquele que é considerado o primeiro Hospital Termal do mundo. Este edifício conduziu ao aparecimento de um povoado, desde logo dotado de foral, tornando-se autónomo da Vila de Óbidos. Ao longo do tempo o Hospital Termal e a Vila sofreram m... |
| <b>Palavras Chave</b>     | Arquitectura - Conservação e restauro, Edifícios históricos - Conservação e restauro, Hospital Termal das Caldas da Rainha (Portugal), Berquó, Rodrigo Maria, 1839-1896 - Crítica e interpretação, Caldas da Rainha (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc., Caldas da Rainha (Portugal) - História   |
| <b>Tipo</b>               | masterThesis   |
| <b>Revisão de Pares</b>   | Não  |
| <b>Coleções</b>           | [ULL-FAA] Dissertações   |

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-04T14:16:41Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado integrado em Arquitectura

**O impulso das águas:  
contributo para a identidade das Caldas da Rainha**

**Realizado por:**

André Filipe da Cruz Barros

**Orientado por:**

Prof.<sup>a</sup> Doutora Arqt.<sup>a</sup> Maria de Fátima Lino Ferreira

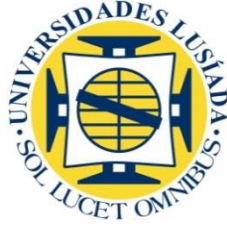
**Constituição do Júri:**

Presidente: Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Arqt.<sup>a</sup> Maria de Fátima Lino Ferreira  
Arguente: Prof. Doutor Arqt. Mário João Alves Chaves

Dissertação aprovada em: 5 de Novembro de 2014

Lisboa

2014



**U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A**

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

O impulso das águas:  
contributo para a identidade das Caldas da Rainha

André Filipe da Cruz Barros

Lisboa

Julho 2014



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitetura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

O impulso das águas:  
contributo para a identidade das Caldas da Rainha

André Filipe da Cruz Barros

Lisboa

Julho 2014



André Filipe da Cruz Barros

O impulso das águas:  
contributo para a identidade das Caldas da Rainha

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Arq.<sup>a</sup> Maria de Fátima Lino Ferreira

Lisboa

Julho 2014

## Ficha Técnica

**Autor** André Filipe da Cruz Barros  
**Orientadora** Prof.<sup>a</sup> Doutora Arqt.<sup>a</sup> Maria de Fátima Lino Ferreira  
**Título** O impulso das águas: contributo para a identidade das Caldas da Rainha  
**Local** Lisboa  
**Ano** 2014

### Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

BARROS, André Filipe da Cruz, 1990-

O impulso das águas : contributo para a identidade das Caldas da Rainha / André Filipe da Cruz Barros ; orientado por Maria de Fátima Lino Ferreira. - Lisboa : [s.n.], 2014. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - FERREIRA, Maria de Fátima Lino, 1967-

LCSH

1. Arquitectura - Conservação e restauro
2. Edifícios históricos - Conservação e restauro
3. Hospital Termal das Caldas da Rainha (Portugal)
4. Berquó, Rodrigo Maria, 1839-1896 - Crítica e interpretação
5. Caldas da Rainha (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.
6. Caldas da Rainha (Portugal) - História
7. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
8. Teses – Portugal - Lisboa

1. Architecture - Conservation and restoration
2. Historic buildings - Conservation and restoration
3. Hospital Termal das Caldas da Rainha (Portugal)
4. Berquó, Rodrigo Maria, 1839-1896 - Criticism and interpretation
5. Caldas da Rainha (Portugal) - Buildings, structures, etc.
6. Caldas da Rainha (Portugal) - History
7. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
8. Dissertations, Academic – Portugal - Lisbon

LCC

1. NA105.B37 2014

A todos aqueles que acreditaram e  
contribuíram para que este sonho fosse  
concretizado.





## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é a peça final da caminhada percorrida em busca do sonho da Arquitetura. Para a concretização deste foram essenciais a intervenção de várias pessoas, que ajudaram de alguma forma ao longo deste trajeto.

Sem dúvida ao longo da minha vida o apoio familiar foi essencial para a minha formação como indivíduo. Agradeço especialmente aos meus pais pelo incentivo, oportunidade e apoio que me deram ao permitir embarcar nesta aventura, assim como à restante família que acompanhou esta travessia, nomeadamente aos meus irmãos, avós, e aos tios Nazaré e Belmiro que muita força me deram ao longo desta jornada.

À Joana António por estar sempre do meu lado, pela ajuda incansável, incentivo e força que ao longo deste trajeto me levou a superar barreiras mesmo quando estas se apresentavam intransponíveis.

Ao Frederico Silva, amigo desta caminhada que juntos termina-mos, pelo auxílio, e encorajamento, pela amizade sincera, sabedoria e companheirismo.

Ao senhor José Morais que me deu a mão e fez encurtar a distância e a angústia de estar longe de casa.

Saliento também a professora doutora arquiteta Maria de Fátima Lino por todos os seus ensinamentos e disponibilidade demonstrada, não só ao longo do meu último ano letivo, mas sobretudo na execução deste trabalho, que guiou de forma a explorar as melhores vertentes deste tema, de forma a atingir o melhor resultado possível.

A todos agradeço do fundo do coração.



“A organização das aldeias, das pequenas e grandes cidades e do campo que as rodeia não é efeito do acaso, mas resultante de um plano deliberado que varia com a história e a cultura.”

HALL, Edward T. (1986) - Dimensão Oculta. Lisboa : Relógio d'água.



## **APRESENTAÇÃO**

### **O Impulso das águas – contributo para a identidade das Caldas da Rainha**

André Filipe da Cruz Barros

Caldas da Rainha desenvolveu-se graças às águas termais que ali surgem, e à vontade mecénica da Rainha Dona Leonor. Desde há muito conhecidas as potencialidades destas águas, foi no ano de 1485, que a Rainha Dona Leonor, mandou edificar nas Caldas de Óbidos aquele que é considerado o primeiro Hospital Termal do mundo. Este edifício conduziu ao aparecimento de um povoado, desde logo dotado de foral, tornando-se autónomo da Vila de Óbidos.

Ao longo do tempo o Hospital Termal e a Vila sofreram melhoramentos e ampliações, destacando-se três fases importantes, a última das quais sobre a administração do arquiteto Rodrigo Berquó. Chegado às Caldas em 1888, o arquiteto administrador, conduziu a vila a uma grande intervenção, com o objetivo de tornar as termas caldenses numa referência para o país e europa. É neste ambiente de alterações que foi erguido aquele que seria o novo Hospital Termal, presentemente denominado Pavilhões do Parque, surgiu na fronteira entre o Largo da Copa e o parque D. Carlos I da autoria do mesmo arquiteto.

No entanto a morte prematura de Berquó e as dificuldades financeiras posteriormente verificadas, impossibilitaram a finalização desta construção que se manteve inacabada até ao presente. Contudo este edifício pela posição e dimensão que ocupa tornou-se numa imagem incontornável da cidade, encontrando-se presentemente em avançado estado de degradação, sendo identificáveis diversas patologias, que necessitam de ser resolvidas, assim como determinar uma nova função que dignifique a sua presença e prolongue a vida deste emblemático edifício que faz parte da história, e autenticidade da cidade.

**Palavras-chave:** Água Termal, Hospital Termal, Rodrigo Berquó, Pavilhões do Parque, Autenticidade, Reabilitação.



## **PRESENTATION**

### **Impulse Waters - Contribution to the identity of Caldas da Rainha**

André Filipe da Cruz Barros

Caldas da Rainha, developed thanks to the hot springs that emerge there, and patronage will of Queen Leonor. Long known the potential of water is in the year 1485, which the Queen Dona Leonor, orders the building in Caldas de Óbidos what is considered the first Thermal Hospital of the world. This Hospital has led to the appearance of a village, immediately endowed with charter, becoming the autonomous town of Óbidos.

Over time the Thermal Hospital and the village suffered improvements and expansions, highlighting three important phases, the last of which on the administration of the architect Rodrigo Berquó. Caldas arrived in 1888, the administrator architect, led the village to a major intervention, with the aim of making the spa caldenses a reference to the country and Europe. It is in this environment of change that was erected the new Thermal Hospital, commonly called Pavilions in the Park, on the border between Largo Cup and King Carlos I park designed by the same architect.

However the premature death of Berquó financial difficulties and subsequently verified, prevented the completion of this building which remained unfinished until now. However this building for the position and dimension that occupies became a compelling image of the city, and are currently in an advanced state of degradation, being visible several pathologies that need to be resolved to prolong the life of this emblematic building.

Keywords: Thermal Water, Queen Dona Leonor, Thermal Hospital, Rodrigo Berquó, Pavilions Park, Rehabilitation.





## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| <b>Ilustração 1</b> - “Barra cronológica dos momentos de desenvolvimento das Caldas da Rainha”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....  | 28 |
| <b>Ilustração 2</b> - “Limites administrativos entre as Vilas de Óbidos e Alcobaça”, Iria Gonçalves ; Manuela Santos Silva. (Serra, 1995, p.15 ; 17) .....  | 31 |
| <b>Ilustração 3</b> - “Frontaria do Hospital das Caldas em 1747”. (Mangorrinha, 2000, p. 111)34 <b>Ilustração 4</b> - “Interior da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) ..... | 35 |
| <b>Ilustração 5</b> - “Igreja de Nossa Senhora do Pópulo”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....  | 36 |
| <b>Ilustração 6</b> - “Aspecto da expansão fundiária do Hospital nos fins do séc. XV – XVI”, João Saavedra Machado e F. Tino. (Machado, 1993, p.64).....  | 37 |
| <b>Ilustração 7</b> - “Plano da Vila das Caldas feito no ano de 1742 em que El Rey Nosso Senhor foi tomar o remedio dos banhos”, João Pedro Ludovice. (Serra, 1993, p.106) .....                                    | 39 |
| <b>Ilustração 8</b> - “Edifício da Casa da Câmara, actual Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....  | 40 |
| <b>Ilustração 9</b> - “Chafariz das cinco Bicas”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....  | 41 |
| <b>Ilustração 10</b> - “Hospital Termal, década de 1870 (80) ”, João Rodrigues da Silva. (Serra, 2005, p.112) .....   | 42 |
| <b>Ilustração 11</b> - “Pedra alusiva a reedificação do edifício termal”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 44 |
| <b>Ilustração 12</b> - “Pocinho”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 45 |
| <b>Ilustração 13</b> - “Entrada do Clube de Recreio, cerca de 1883-84”, João Rodrigues da Silva (Serra, 2005, p.113) .....  | 51 |
| <b>Ilustração 14</b> - “Estação de Caminho de Ferro de Caldas da Rainha, 1887”, (Aires-Barros, 2005, p.27) .....  | 54 |
| <b>Ilustração 15</b> - “Rodrigo Berquó”. (Pinto ; Mangorrinha, 2005, p. 166) .....  | 56 |
| <b>Ilustração 16</b> - “Casa do Duque de Loulé, Cascais”. (Mangorrinha, 1996, p.21) .....   | 57 |
| Ilustração 17 - “Casa da Gandarinha, Sintra”, ( <a href="http://www.sintraemruinas.blogspot.com">http://www.sintraemruinas.blogspot.com</a> ) .....   | 58 |

|  |    |
|--|----|
| <b>Ilustração 18</b> - “Planta do Balneário Termal de Caldas de Felgueira”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1996, p.51) .....  | 59 |
| <b>Ilustração 19</b> - “Balneário das Caldas da Felgueira”, Col. Património Histórico – Grupo de Estudos. (Mangorrinha, 1996, p.24) .....  | 59 |
| <b>Ilustração 20</b> - “Castelo de Clermont, França”, ( <a href="http://www.ouest-france.fr/le-cellier-un-musee-louis-de-funes-prevu-cet-ete-144046">http://www.ouest-france.fr/le-cellier-un-musee-louis-de-funes-prevu-cet-ete-144046</a> )..... | 61 |
| <b>Ilustração 21</b> - “Palácio de Luxemburgo, França”, ( <a href="https://www.flickr.com/photos/enrigp/4959809429/">https://www.flickr.com/photos/enrigp/4959809429/</a> ).....   | 62 |
| <b>Ilustração 22</b> - “Edifícios revestidos a azulejo, Caldas da Rainha”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....  | 63 |
| <b>Ilustração 23</b> - “Planta do parque elaborada por Rodrigo Berquó”. (Pinto, 2005, p.212) .....   | 64 |
| <b>Ilustração 24</b> - “Atual Fachada e interior do conjunto edificado que compõe a galeria do Céu de Vidro, ”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....   | 65 |
| <b>Ilustração 25</b> - “Projeto para o Hospital Civil de Santo Isidoro, nas Caldas da Rainha”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha ;. Serra, 1993, p.72).....   | 66 |
| <b>Ilustração 26</b> - “Edifício do Hospital de Santo Isidoro, atual biblioteca da Escola Superior de Arte e Design – Caldas da Rainha”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 66 |
| <b>Ilustração 27</b> - “Planta da elevação do frontispício do Real Hospital da Vila das Caldas ”, Rodrigo Berquó. (Arquivo do Museu do Hospital e das Caldas) .....  | 67 |
| <b>Ilustração 28</b> - “Frontaria do Hospital Termal com a ampliação do terceiro piso (atual) ”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 68 |
| <b>Ilustração 29</b> - “Edifício do Matadouro Municipal, atual Centro da Juventude”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 69 |
| <b>Ilustração 30</b> - “Prédio localizado na Rua do Sacramento da autoria de Rodrigo Berquó”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....   | 69 |
| <b>Ilustração 31</b> - “Vista sobre o Pártenon”, F. Bandarin. (UNESCO, 2004) .....   | 71 |
| <b>Ilustração 32</b> - “Vista aérea sobre a zona termal de Vichy, França”, (Bing Maps, 2014) .....   | 73 |
| <b>Ilustração 33</b> - “Forças do Lugar – Hospital Termal e parque D. Carlos I”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014, p.).....   | 74 |
| <b>Ilustração 34</b> - “Alçado da frente principal”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.45) .....   | 75 |

|   |    |
|---|----|
| <b>Ilustração 35</b> - “Planta do Rés-do-chão, Planta do Subterrâneo”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.41) .....                | 76 |
| <b>Ilustração 36</b> - “Planta do Primeiro andar, Planta do Rés-do-chão”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.42) .....             | 77 |
| <b>Ilustração 37</b> - “Alçado da frente lateral do Nascente”, Rodrigo Berquó. (Jorge Mangorrinha, 1999, p.46) .....                  | 78 |
| <b>Ilustração 38</b> - “Alçado da frente lateral do Poente”, Rodrigo Berquó. (Jorge Mangorrinha, 1999, p.47) .....                    | 78 |
| <b>Ilustração 39</b> - “Planta do Segundo andar, Planta do Primeiro andar”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.43) .....           | 79 |
| <b>Ilustração 40</b> - “Planta das Mansardas, Planta do Segundo andar”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.44) .....               | 80 |
| <b>Ilustração 41</b> - “Alçado da frente interior sobre o pátio”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.48) .....                     | 80 |
| <b>Ilustração 42</b> - “Alçado final da frente do Poente aprovado”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.53) .....                   | 82 |
| <b>Ilustração 43</b> - “Alçado da frente do Poente construído”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.54) .....                       | 82 |
| <b>Ilustração 44</b> - “Alçado da frente do Nascente”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.55) .....                                | 83 |
| <b>Ilustração 45</b> - “Construção do Hospital D. Carlos I (Pavilhões do Parque), cerca de 1893-94”. (Aires-Barros, 2005, p.35) ..... | 84 |
| <b>Ilustração 46</b> - “Pormenor das Fenestranças dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....              | 85 |
| <b>Ilustração 47</b> - “Ritmo da fachada imposta pelos vãos”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....                            | 86 |
| <b>Ilustração 48</b> - “Frente Poente dos Pavilhões do Parque, após a interrupção das obras”. (Mangorrinha, 1996, p.64) .....         | 87 |
| <b>Ilustração 49</b> - “Identificações deixadas nas paredes dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....    | 91 |
| <b>Ilustração 50</b> - “Fachada poente dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....                         | 92 |
| <b>Ilustração 51</b> - “Parte da fachada norte dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....                 | 92 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Ilustração 52</b> - “Fachada nascente dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 93  |
| <b>Ilustração 53</b> - “Parte da fachada sul dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 93  |
| <b>Ilustração 54</b> - “Patologia estrutural nos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 95  |
| <b>Ilustração 55</b> - “Patologia não estrutural nos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....  | 95  |
| <b>Ilustração 56</b> - “Avenida na atualidade”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....   | 99  |
| <b>Ilustração 57</b> - “Largo da Copa depois da intervenção do PROVERE”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....  | 99  |
| <b>Ilustração 58</b> - “Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....   | 106 |
| <b>Ilustração 59</b> - “Localização das Caldas da Rainha”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....   | 107 |
| <b>Ilustração 60</b> - “Localização dos Pavilhões do Parque, Caldas da Rainha”. (Bing Maps, 2014).....   | 107 |
| <b>Ilustração 61</b> - “Levantamento Fotográfico confrontação Poente”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....  | 108 |
| <b>Ilustração 62</b> - “Levantamento Fotográfico confrontação Nascente ”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....   | 108 |
| <b>Ilustração 63</b> - “Fotografia da maquete de estudo”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....  | 111 |
| <b>Ilustração 64</b> - “Fotografia da maquete de estudo”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....  | 111 |
| <b>Ilustração 65</b> - “Pavilhão Central piso 0 – Zonas de Recepção”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014).....  | 112 |
| <b>Ilustração 66</b> - “Planta Piso 0”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....   | 113 |
| <b>Ilustração 67</b> - “Pavilhão Central piso 1 – Acessos para Restaurante, Zona Administrativa, Spa, Auditório, Cozinha e acesso de serviço”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)..... | 114 |
| <b>Ilustração 68</b> - “Planta Piso 1”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) .....   | 115 |

**Ilustração 69** - “Pavilhão Central piso 2 – Acesso aos Quartos”, André Barros.  
(Ilustração nossa, 2014) ..... 116

**Ilustração 70** - “Planta Piso 2”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014) ..... 117



## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 1</b> - Evolução do número de banhistas na segunda metade do século XIX. .... | 52 |
| <b>Tabela 2</b> - Ocupantes dos Pavilhões do Parque.....                                | 90 |
| <b>Tabela 3</b> - Análise Patológica em Edifícios.....                                  | 94 |





## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução .....  | 23  |
| 2. Caldas de Óbidos: água termal como pretexto .....       | 27  |
| 2.1. Marcas do tempo .....                                 | 28  |
| 2.2. Pressupostos para a fundação .....                    | 29  |
| 2.3. Erguer as pedras tombadas.....                        | 33  |
| 2.4. Refundação das águas .....                            | 39  |
| 3. Da instabilidade ao apogeu.....                         | 49  |
| 3.1. Novo paradigma social .....                           | 50  |
| 3.2. Viver para as termas.....                             | 52  |
| 3.3. Perfil do arquiteto.....                              | 56  |
| 3.3.1. Percurso até 1888 .....                             | 56  |
| 3.3.2. Influências estilísticas.....                       | 60  |
| 3.3.3. Intervenções nas Caldas da Rainha.....              | 63  |
| 3.4. Pavilhões do Parque.....                              | 70  |
| 3.4.1. Poética do lugar.....                               | 70  |
| 3.4.2. Estudos e composição formal .....                   | 73  |
| 3.4.3. Organização espacial .....                          | 86  |
| 3.5. Suspensão do projeto.....                             | 87  |
| 3.5.1. Mudança de prioridades .....                        | 87  |
| 3.5.2. Carimbo dos ocupantes.....                          | 89  |
| 3.5.3. Reflexos do tempo.....                              | 91  |
| 4. Património em ruina.....                                | 97  |
| 4.1. Linha de Continuidade .....                           | 98  |
| 4.1.1. Perspetivas e desenvolvimentos .....                | 100 |
| 4.2. Edifício patrimonial - proposta de reabilitação ..... | 103 |
| 4.2.1. Conceito (s) .....                                  | 103 |
| 4.2.2. Projeto académico 2012/ 2013.....                   | 106 |
| 5. Conclusão .....   | 119 |
| Referências .....  | 123 |
| Bibliografia.....  | 125 |
| APÊNDICES.....   | 127 |
| LISTA DE APÊNDICES.....                                    | 129 |
| APÊNDICE A.....  | 131 |
| APÊNDICE B.....  | 135 |

|                      |     |
|----------------------|-----|
| APÊNDICE C.....      | 139 |
| APÊNDICE D.....      | 143 |
| ANEXOS .....         | 149 |
| LISTA DE ANEXOS..... | 151 |
| ANEXO A.....         | 153 |

## 1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação pretende estudar a importância da preservação dos edifícios históricos, através da reabilitação arquitetónica e da adequação às necessidades do presente, atribuindo-lhes uma função que os dignifique e contribua para a valorização e salvaguarda da memória dos edifícios e locais históricos.

A opção de abordar a temática da reabilitação, provém do trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo 2012/2013 na unidade curricular de Projecto III do 5º ano do curso de Arquitetura da Universidade Lusíada de Lisboa, onde foram abordadas, entre outras, as temáticas de património, cultura e autenticidade. Estes valores implícitos nos edifícios e locais patrimoniais, são desenvolvidos e cimentados pelo tempo, história e cultura de cada povo, estes valores são essenciais para manter e preservar, a identidade e memória de cada local.

O título deste trabalho tenta assim resumir o que nele se expõem, surgindo por isso a água como ideia central que impulsiona a restante ação. A água desempenhou desde sempre um papel vital para a preservação da vida humana, mas foi também utilizada para recreio e tratamentos de saúde. A água esta ligada à fundação da cidade de Caldas da Rainha, tendo esta surgido em torno das nascentes termais, que influenciaram todo o desenvolvimento urbano da vila. O crescimento e desenvolvimento que se verificou, teve como pretexto as termas caldenses, contribuindo as águas termais assim como os edifícios e espaços que foram surgindo, para a história, cultura e identidade desta região.

A presente dissertação pretende analisar os fatores históricos, sociais e políticos que originaram a construção deste edifício emblemático das Caldas da Rainha. Desta forma será estudada a fundação da cidade em meados do século XV, em torno das nascentes de água termal, motivo pelo qual foi erguido o Hospital Termal, e que sustentou o desenvolvimento da vila em torno deste edifício.

Ao longo da história o balneário termal e a vila caldense passaram por períodos marcantes, destacando-se as intervenções de grande escala ocorridas em setecentos e especialmente em oitocentos, período onde foram erguidos os Pavilhões do Parque, que são o objeto de estudo deste trabalho.

O objetivo principal deste trabalho é a elaboração de uma proposta de reabilitação para os Pavilhões do Parque, atribuindo uma função que dignifique, e que não tenha um carácter intrusivo tanto nas características singulares que possuem, como na envolvente onde estão inseridos, respeitando a história e a cultura do lugar. Para a realização deste estudo é necessário compreender o enquadramento histórico<sup>1</sup> em que teve origem o edifício, os conhecimentos e influências do arquiteto, bem como as especificidades dos Pavilhões quanto a sua função, os materiais e técnicas construtivas utilizadas e a composição formal. É fundamental perceber o estado em que o edifício se encontra, tendo em conta que passam mais de cem anos da sua construção.

A elaboração deste trabalho baseia-se fundamentalmente na recolha documental, bibliográfica, fotográfica, trabalho de campo, que permita analisar o edifício desde a construção, até ao levantamento das patologias existentes, considerando que a realização da proposta de reabilitação, considera-se essencial definir o conceito de reabilitação, recorrendo para isso, na pesquisa acima mencionada, aos documentos de conservação e restauro.

Neste sentido, recorreu-se a meios de pesquisa bibliográficos na biblioteca Municipal de Caldas da Rainha, no arquivo do Museu do Hospital e das Caldas, e na Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

Através desta recolha de informações, constatou-se que apesar da problemática em torno das nascentes caldenses ter sido bastante estudada, especificamente sobre os Pavilhões do Parque, não existem disponíveis muitas informações, em parte originadas pela não conclusão do edifício, excetuando-se um trabalho da autoria do Arquiteto Jorge Mangorrinha intitulado *Pavilhões do Parque: Património e Termalismo nas Caldas da Rainha* (1999), que trata exclusivamente esta temática. Todas as outras referências existentes ao edifício, apenas se referem como sendo o símbolo de uma época de grandes intervenções na vila.

Derivado à instabilidade do edifício, o acesso ao interior dos Pavilhões do Parque não foi permitido, não sendo possível recolher informações e registos fotográficos sobre o

---

<sup>1</sup> Ainda que não seja objetivo desta dissertação estudar a história da cidade de Caldas da Rainha, consideramos que é essencial perceber o contexto histórico em que o edifício de estudo se insere e que originou a sua edificação. Recorrendo para isso a contextualização histórico-social da cidade caldense, alicerçando sobre esta fundamentação histórica a problemática dos Pavilhões do Parque, que são a temática principal do presente trabalho.

estado interno do edifício. A análise da “Memória Descritiva” dos Pavilhões do Parque, seria uma mais-valia para o trabalho, pois permitiria uma melhor compreensão das intenções do arquiteto no processo criativo e construtivo deste edifício, contudo apesar da pesquisa nos diversos arquivos não foi possível determinar a sua existência.

Assim sendo a presente dissertação desenvolve-se em três capítulos. No primeiro aborda-se as questões históricas, políticas e sociais, desde a descoberta das águas termais que originaram a edificação do Hospital Termal, sobre o qual se estendeu um povoado. Posteriormente expõem-se sobre a primeira grande intervenção que a vila das Caldas da Rainha viria a ser alvo, ocorrida em setecentos, é denominada como período de refundação do hospital e da vila, onde se registaram a reconstrução do balneário termal, bem como de outros edifícios estratégicos que a vila necessitava, obras que decorreram sob o comando de Manuel da Maia.

No segundo capítulo do trabalho referem-se as alterações político-sociais ocorridas no país durante o século XIX, que teve implicações e consequências para a vila e estância balnear caldense. A implantação do liberalismo, o progresso e as exigências da ciência e das elites, que segundo a visão romântica valorizava o passeio e recreio ao ar livre, precipitavam a vila para a necessidade de atualizar as técnicas terapêuticas utilizadas e dos edifícios assistenciais e recreativos existentes, de forma a captar um maior número de aquistas e satisfazer as classes sociais mais abastadas.

Da reforma de oitocentos surgem os Pavilhões do Parque como imagem de uma visão romântica que pretendia elevar a estância e a vila como referência europeia na área termal. Será analisado o perfil do arquiteto Rodrigo Berquó de forma a perceber quais as influências e obras que o condicionaram na execução deste edifício. Serão consecutivamente analisados os estudos e o projeto final do arquiteto Rodrigo Berquó, para este novo hospital termal, abordando também a construção do edifício, com o intuito de perceber as intenções de Berquó, bem como as características arquitetónicas inovadoras para a época. Seguir-se-á uma breve insurgência sobre a vida deste elemento construído, que não foi concluído mas que albergou diversas funções temporárias, que marcaram a história e memória deste, até ao presente onde se vislumbram as marcas do tempo, algumas bastante agravadas, como é o caso das patologias estruturais, que afetam o edifício.

No terceiro e último capítulo da dissertação, aborda-se o edifício com um olhar atento e cuidado onde se expõem alguns acontecimentos referentes ao futuro dos Pavilhões

do Parque, e onde se apresenta uma proposta de reabilitação, através da conversão funcional, de modo a atribuir-lhe uma função que valorize a sua existência, que satisfaça as necessidades do presente e futuro. A atribuição de uma nova funcionalidade permite a valorização e salvaguarda do edifício, prolongando a sua durabilidade, de forma a perpetuar este marco da cidade para as gerações futuras.

Este estudo pretende assim alertar para a necessidade de preservação dos edifícios patrimoniais, essenciais para a manutenção da memória dos edifícios e da população, assim como dos locais onde se inserem, contribuindo para a unidade e singularidade do conjunto.

## 2. CALDAS DE ÓBIDOS: ÁGUA TERMAL COMO PRETEXTO

“O seu povoamento, crescimento urbano, organização económica e a própria toponímia encontram-se relacionados com a rainha, o Hospital e as Termas.”

MANGORRINHA, Jorge (2000) – O Lugar das Termas.  
Lisboa : Livros Horizonte, p. 63



## 2.1. MARCAS DO TEMPO

Na história das termas das caldas identificam-se três momentos que foram caracterizados, pelo estabelecimento de programas destinados ao desenvolvimento das estruturas termais em torno destas nascentes: a fundação e as reformas em meados de setecentos e de final de oitocentos. (Mangorrinha, 2000, p. 111)

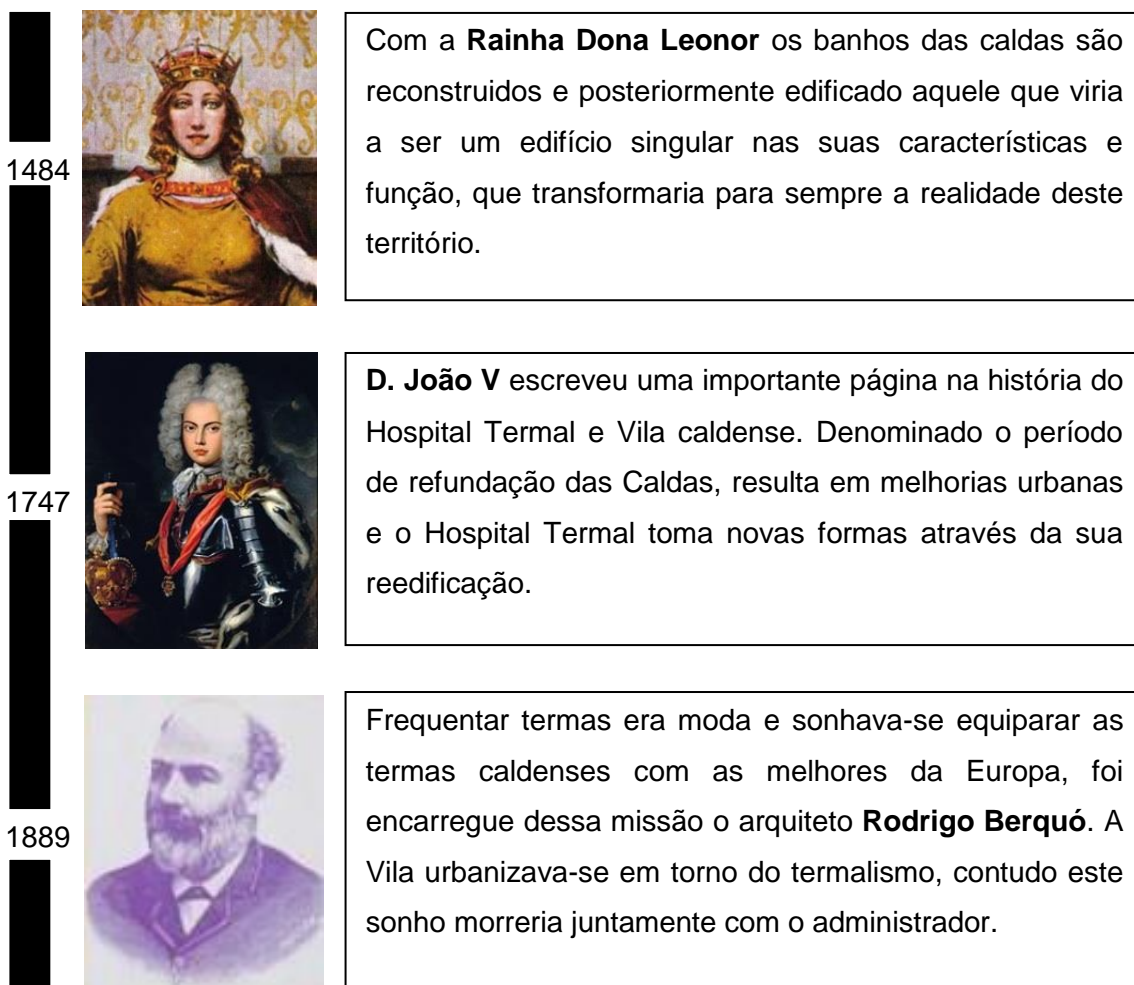


Ilustração 1 - "Barra cronológica dos momentos de desenvolvimento das Caldas da Rainha", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

## 2.2. PRESSUPOSTOS PARA A FUNDAÇÃO

Na região por onde hoje se estende o concelho das Caldas da Rainha, a presença humana tem raízes longínquas, pois foi habitada por povos de remota antiguidade, nomeadamente pelos romanos que por ali deixaram singelas marcas e provavelmente também exploraram e utilizaram as suas abundantes águas sulfurosas.

Nascida das águas, o nome dos banhos e do lugar – as caldas –, elas próprias emergem do mundo romano e a sua fama curativa perde-se em tempos imemoriais. Já o P.<sup>e</sup> Jorge de São Paulo, que fez a história do Hospital e das Caldas da Rainha desde os fins do século XV até meados do XVII, coligiu “haver nestes banhos, em tempos antigos, algum modo de hospital” e admitiu que, tendo sido “destruídos e arruinados”, em épocas recuadas “deviam de estar com algum modo de tanque e abobadas e algumas casas levantadas no circuito deles”. (Machado, 1993, p. 42)

A referência mais antiga de caldas de Óbidos, segundo Rui de Azevedo data de 1222 num testamento de um particular, D. Zouido que encontrou cura para os seus males nestas águas sulfúreas, e decidiu contemplar a entidade prestadora de serviço com uma recompensa financeira, assim sendo, este documento “ [...] Vem comprovar, com segurança, o conhecimento e aproveitamento das águas medicinais das *caldas* de Óbidos naquela época longínqua”. (Machado, 1993, p. 43). Constata-se assim que os banhos das caldas eram já afamados pelas características curativas das suas águas, e de algum modo, existia a capacidade de receber doentes que ali procuravam alívio para as suas doenças.

A assistência aos doentes das Caldas era prestada pela ordem de Santa Maria de Rocamador, contudo nos finais do século XIV inícios do século XV, o país atravessou uma crise que levou à decadência das casas assistenciais, em torno das nascentes termas e o rei viria a optar pela extinção da ordem religiosa, que também se apresentava em declínio. Face a estas circunstâncias, D. Afonso V toma medidas para que os banhos caldenses dispusessem de proteção régia, com os objetivos de revitalizar os banhos e o aglomerado existente, concedendo para o efeito facilidades para se construírem casas, plantar vinhas e pomares, e melhorar o atendimento dos utentes com melhor situação económica. Estas medidas tinham como objetivo fomentar um crescimento populacional mais rápido do lugar, e superar a situação verificada nas casas assistenciais, contudo estes esforços viriam a mostrar-se inconsequente, e as casas assistenciais e os banhos acabaram por cair em ruína.

Os terrenos hoje referentes ao concelho de Caldas da Rainha, pertenciam ao domínio da extensa Vila medieval de Óbidos, encontrando-se na fronteira com os coutos de

Alcobaça, que conjuntamente eram “ [...] os principais centros de poder nesta região estremenha de grande importância económica, não só pelas suas potencialidades produtivas, mas também pelos portos fluviais e acesso ao mar”. (Machado, 1993, p. 48).

A Vila de Óbidos terá sido ocupada desde a pré-história, pela excelente posição geográfica apresentada anteriormente, com acesso ao mar pelo rio Arnóia, facto muito apreciado pela civilização romana, para a escolha dos territórios a explorar. A Vila passou a partir de 1282 a pertencer a Casa das Rainhas<sup>2</sup>, uma vez que, o rei D. Dinis a ofereceu de prenda de casamento à sua esposa rainha D. Isabel. Por esta Vila terão passado a maioria das rainhas de Portugal, e seria precisamente uma “Rainha de Óbidos”, que se viria a assumir fundamental na história das Caldas.

Por seu lado os coutos de Alcobaça pertenciam aos monges de Cister, desde que D. Afonso Henriques lhes concedeu o território em 1153, para aí fundarem o Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça<sup>3</sup>, e desenvolverem a região. Estes iniciaram a exploração do território, selecionando os melhores locais para a prática agropecuária, originando desenvolvimento nesta área que era pouco povoada na época. Desenvolveram uma grande intervenção junto da população, ensinando as práticas agrícolas por eles utilizadas, fundaram a primeira escola pública em 1269, que posteriormente com a transferência desta para Coimbra originou a Universidade de Coimbra, assim como desempenharam ações de assistência e beneficência junto da população.

O Mosteiro de Alcobaça, tornou-se um dos mais ricos e importantes da ordem cisterciense, reflexo da zona de Alcobaça ter grandes capacidades agrícolas. Esta circunstância, conduziu o abade e monges à usurpação das regras cistercienses, que indicavam que os seus seguidores deveriam viver do trabalho sem acumular riquezas, no entanto os abusos de poder por parte dos religiosos originaram o descontentamento da população dos coutos de Alcobaça.

---

<sup>2</sup> Casa das Rainhas, era a designação dada a instituição criada para a sustentação financeira das soberanas, da qual fazia parte as doações dadas pelos consortes para se manterem tanto ao longo das suas vidas, como após a subida dos novos herdeiros ao trono. Esta instituição viria a ser extinta na sequência da implementação do liberalismo por decreto em 13 de Agosto de 1832 anulando assim as doações régias.

<sup>3</sup> Durante o período da reconquista, D. Afonso Henriques prometeu erguer um mosteiro dedicado a Santa Maria, caso conseguisse conquistar o castelo de Santarém aos Mouros, facto que se veio a comprovar, tendo o Mosteiro de Alcobaça sido erguido em 1178.

Já no último quartel do século XIV, com o abaciato de D. João de Ornelas, se tinha iniciado uma longa série de abusos e de acções de despotismo dos abades perpétuos do mosteiro. Isso vai provocar questões e alguma tensão na fronteira meridional dos coutos despertar, por vezes, num anseio de justiça e liberdade, a revolta dos colonos que apelaram para D. João I nas cortes de Santarém. O mosteiro de Alcobaça vai suportar uma profunda e longa crise disciplinar, económica e social. (Machado, 1993, p. 48)

Também o alargamento do território por parte dos monges cistercienses, para além do inicialmente estabelecido, chegando a ocupar áreas pertencentes ao concelho medieval de Óbidos, não agradava ao poder real. No período de maior extensão, atingiram uma área com cerca de 500km<sup>2</sup>, da qual faziam parte as vilas de Alcobaça, Aljubarrota, Alvorninha, São Martinho do Porto, Évora de Alcobaça, Pederneira (Nazaré), Cela Nova, Maiorga, Turquel, Salir de Matos, Santa Catarina, Alfeizerão, Cós e Paredes de Vitória. Os limites administrativos foram estudados e desenhados os seus limites aproximados, por Iria Gonçalves para os coutos de Alcobaça, ver: (Serra, 1995, p.15), e Manuela Santos Silva para o termo de Óbidos, ver: (Serra, 1995, p.17 [Ilustração 2].

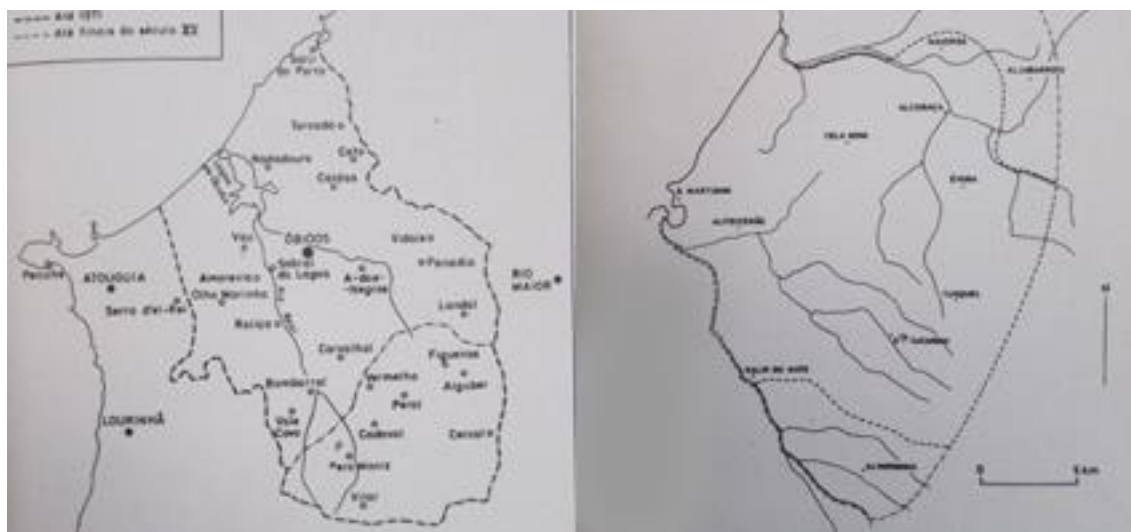


Ilustração 2 - "Limites administrativos entre as Vilas de Óbidos e Alcobaça", Iria Gonçalves ; Manuela Santos Silva. (Serra, 1995, p.15 ; 17)

No ano de 1475 a situação de tensão nos coutos de Alcobaça foi agravada pela renúncia do abade perpétuo, Nicolau Vieira, seguindo-se a nomeação de D. Jorge da Costa<sup>4</sup> (1406-1508) pelo rei D. Afonso V. O poder real aproveitaria toda esta

<sup>4</sup> **D. Jorge da Costa** nasceu em Alpedrinha, Fundão sendo por isso chamado Cardeal de Alpedrinha, foi conselheiro e confessor do rei D. Afonso V, facto que lhe valeu a nomeação por parte do soberano para abade do Mosteiro da Alcobaça, não tendo reunido junto do seu filho a mesmo opinião, na sequência da subida do mesmo ao trono, levou-o a exilar-se em Roma, onde viria a falecer em 1508. Representou no entanto para a rainha D. Leonor, uma figura de apoio, e de influência para a obra desta rainha, tanto na

turbulência para definir uma estratégia que conduzisse ao fortalecimento e centralização do poder, estas políticas iniciadas no reinado de D. Afonso V foram seguidas e alcançadas por D. João II.

---

criação da Santa Casa da Misericórdia, como na escolha da evocação da igreja do Hospital Termal, para as quais reunia junto do Papa apoio para a realização das mesmas.

### 2.3. ERGUER AS PEDRAS TOMBADAS

Tanto o novo soberano como a sua consorte, Rainha Dona Leonor de Lencastre eram bem conhecedores, da situação decadente em que os banhos das Caldas e os edifícios assistenciais se deparavam. Segundo a lenda foi no verão de 1484, que a Rainha Dona Leonor numa deslocação à Batalha, se comprometeu a mudar a realidade dos banhos, ainda que, não seja consensual para os vários autores que estudaram este acontecimento, quanto à forma ou motivos que levaram a Rainha Dona Leonor a fazê-lo, certo é que desde logo tomou medidas com vista à melhoria da situação que se vivia nos banhos caldenses.

Como primeira ação elegeu Álvaro Dias Borges<sup>5</sup> provedor das caldas, que correspondia ao responsável máximo da povoação, e ordenou que se fizessem análises às nascentes termais, com o intuito de clarificar as potencialidades e efeitos medicinais das águas. Porém durante o período em que decorreram as análises às nascentes termais, os balneários existentes foram reconstruídos por ordem da Rainha Dona Leonor, com a finalidade de permitir o normal funcionamento dos banhos. Estes foram os primeiros e decisivos passos que levaram à fundação da Vila de Caldas de Óbidos.

Comprovadas as qualidades das águas existentes nas Caldas de Óbidos, pelo médico da Casa Real Mestre António de Lucena, conjuntamente com a vontade da Rainha Dona Leonor em fazer uma obra de maior relevância, e ao mesmo tempo inserida no movimento de reformulação de assistência aos pobres e doentes do país<sup>6</sup>, da iniciativa de D. João II e Rainha Dona Leonor, formaram as premissas para o surgimento de um edifício com características assistenciais, pioneiro pelo modo de aproveitar as águas sulfúreas para tratamento de doenças.

Derivado ao número de nascentes na zona, deu-se prioridade à que oferecia melhores características e caudal, assim como a posição geográfica deverá ter sido fator de preponderância, e neste vetor o local ocupado pelo balneário existente nas Caldas tinha vantagem uma vez que, se apresentava no cruzamento das vias Óbidos (sul) – Alcobaça (norte) e Foz do Arelho (poente) – Rio Maior (nascente).

---

<sup>5</sup> **Álvaro Dias Borges** foi escudeiro da Casa Real, figura de grande prestígio e influência era conhecedor da região da Estremadura onde desempenhava as funções de magistrado, era também procurador das terras da rainha nesta zona.

<sup>6</sup> Esta ação do poder régio culminou na criação de três instituições de grande importância para o país, Hospital Termal das Caldas da Rainha, Misericórdia de Lisboa e o Hospital de Todos os Santos em Lisboa.

Torna-se difícil desenhar com rigor o que era o primitivo hospital (excluindo a igreja), já que no século XVIII foi demolido na sua maior parte e reconstruído, restando muito pouco do original. Mesmo esse seria derrubado em 1928. De qualquer modo, as descrições e as gravuras (presuntivas) disponíveis dão hipóteses de reconstituição desse conjunto de edifícios. (Mangorrinha, 2000, p. 64)

Foi encarregue da construção do Hospital Termal o Mestre Mateus Fernandes<sup>7</sup> (14??-1515), um dos responsáveis pela construção do Mosteiro da Batalha, que era o grande centro artístico da época. Iniciadas as obras em 1488, não se sabe ao certo por quanto tempo se prolongaram uma vez que a data de conclusão do edifício termal não é consensual, sabendo-se contudo que as obras foram demoradas e decorreram faseadamente devido à dimensão e custo das mesmas, assim como a presença de enfermos durante a época balnear dificultavam a execução das obras. O edifício termal foi construído sobre as nascentes para melhor aproveitamento das propriedades das águas. A única referências existente desta edificação é a [Ilustração 3].

Foi uma obra bem complexa dispondo de um corpo central abrangendo várias casas que constituíam um todo: as piscinas e o banho da Rainha; as enfermarias no piso térreo e superior para homens e mulheres, entrevados, religiosos, leigos, clérigos, febricitantes e convalescentes, num total de cento e dez camas; do lado sul, a casa ou hospital dos peregrinos, com seis camas; a botica, que era das mais bem fornecidas de Portugal; a rouparia; dependências para habitação dos provedores, médicos e empregados dos serviços; e ainda um pequeno paço real. (Machado, 1993, p. 55)



Ilustração 3 - "Frontaria do Hospital das Caldas em 1747". (Mangorrinha, 2000, p. 111)

---

<sup>7</sup> **Mateus Fernandes** foi um reconhecido mestre, responsável por parte das obras do Mosteiro da Batalha, na qual é apontado como autor das abobadas das capelas imperfeitas. O Mosteiro era a maior escola e centro de formação de canteiros do país, Mateus Fernandes colocava-se assim como a pessoa mais bem preparada para a execução das obras do Hospital e Igreja de Nossa Senhora do Pópulo.

Simultaneamente foi erguida a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, com características de uma igreja manuelina, igreja salão, também da autoria do Mestre Mateus Fernandes, inicialmente destinava-se a ser capela hospitalar, tendo por isso o acesso diretamente pelo interior do Hospital. Composta somente pela nave, e capela-mor, de proporções modestas e simplicidade decorativa, apresenta alguns pormenores que revelam o espírito de ousadia e inovação característicos do estilo manuelino **[Ilustração 4]**.

A invocação desta igreja a Nossa Senhora do Pópulo, deve-se provavelmente à influência que o cardeal D. Jorge da Costa, referido no ponto 2.2, tinha sobre a Rainha Dona Leonor fundadora da vila das Caldas. O cardeal reunia junto do Papa autorizações para a construção das intenções da Rainha Dona Leonor.

Nave e capela-mor são cobertas por abobadas nervuradas de grande efeito plástico e que, pelo contraste com a simplicidade já apontada do exterior do templo, mais reforçam a qualidade do interior. A cobertura da nave revela alguns aspectos originais que vale a pena destacar. Por um lado, o mestre que a delineou prescindiu da utilização de contrafortes exteriores, facto que, apesar de os materiais serem leves, não deixa de construir ousadia construtiva; por outro lado, também no interior não existem colunas ou pilares de suporte para as nervuras, aspecto que contribui para o reforço da unidade total desse espaço, pela ausência de cortes verticais no ritmo das paredes; finalmente, as nervuras empregues são todas secundarias, desaparecendo quer as ogivas quer o arco toral que definiria os dois tramos da abobada. (Vieira da Silva, 1993, p. 82, 83)



**Ilustração 4** - "Interior da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Consecutivamente, com a elevação das Caldas de Óbidos ao estatuto de Vila, viria a ser munida com os elementos próprios de uma igreja paroquial, sendo-lhe acrescentada a torre sineira, e a pia batismal, estas alterações são já da autoria dos



filhos do mestre Mateus Fernandes. Ver: (Serra, 1997, p.22) Como já referido anteriormente, o acesso à Igreja de Nossa Senhora do Pópulo era feita pelo interior do hospital, uma vez que, se destinava a ser capela hospitalar, por este facto o acesso principal à igreja passou a fazer-se por um portal que se encontra na fachada lateral norte [Ilustração 5].

Apesar das alterações ocorridas ao longo dos tempos, na qual se destaca o aumento exterior sobre a fachada norte durante o período filipino, posteriormente destruído, a igreja de Nossa Senhora do Pópulo chegou até aos nossos dias na sua forma primitiva.

Pesem, embora, modificações várias realizadas ao longo dos séculos (sobressaindo o magnífico revestimento azulejar seiscentista) ou restauros empreendidos mais recentemente, a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo conserva, no essencial, o aspecto da construção mandada erguer pela Rainha D. Leonor. Desde a nave única, tratada como um salão de proporções harmoniosas, às abóbadas que cobrem os espaços interiores, passando pelos elementos decorativos de qualidade artística insuspeita, tudo identifica este templo das Caldas da Rainha como um edifício importante na evolução da arquitectura tardo-gótica. (Vieira da Silva, 1993, p. 86)



Ilustração 5 - "Igreja de Nossa Senhora do Pópulo", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Com o intuito de satisfazer as necessidades do Hospital e ao mesmo tempo fazer progredir a Vila, D. João II passou em 1488 uma carta de privilégios, graças e liberdades, na qual concedia a vinte homiziados e a mais dez pessoas que aqui se quisessem estabelecer numerosas vantagens, e o direito de explorar os campos em redor das caldas. Ver: (Machado, 1993, p.57) O documento enunciava também que as Caldas passavam a ter Câmara e Vereação de Juízes e Oficiais, passando assim a funcionar autonomamente da Vila de Óbidos.

Esta independência relativamente a Óbidos levou ao desmembramento em relação à Vila de Óbidos e conseqüente demarcação da nova Vila de Caldas, embora realizada em 1490, viria somente a ser publicada em 1511 pelas mãos do Rei Dom Manuel I, irmão da fundadora da vila das Caldas. A delimitação das Caldas foi aproveitada também como medida política, para travar o alargamento territorial dos monges cistercienses, para terras do domínio regeu e remarcar as fronteiras terrestres entre Óbidos e Alcobaça [Ilustração 6].

Os limites dos coutos de Alcobaça foram de novo restabelecidos na fronteira inicial do tempo de D. Afonso Henriques, que partiam dos termos de Salir do Porto e de Óbidos pela foz do rio Salir acima até chegar ao termo de Santarém. (...)

Assim surgiu em 1490 a pequena vila, com termo de cerca de meia légua em redor dos banhos e que abrangia aproximadamente a actual das Caldas da Rainha e pequenas áreas de outras (Tornada, Coto, Serra do Bouro, Nadadouro e Foz do Arelho), dentro dos limites da vila de Óbidos mas confrontando de leste e nordeste com os coutos de Alcobaça. (Machado, 1993, p. 63, 64)



Ilustração 6 - "Aspecto da expansão fundiária do Hospital nos fins do séc. XV – XVI", João Saavedra Machado e F. Tino. (Machado, 1993, p.64)

Este território recém-demarcado, foi palco de um crescimento e desenvolvimento acentuados, uma vez que, o Hospital Termal era um pólo atrativo de população, e também derivada à posição geográfica centralizada que ocupava, e da qual saiu beneficiada, através da interação e trocas comerciais com as vilas de Óbidos e Alcobaça.

Urbanisticamente, a nova Vila desenvolveu-se tendo como centro irradiador o Hospital Termal, e onde a via que ligava Óbidos a Alcobaça se apresentava como eixo relevante. Sobre esta via estendeu-se a Rua Nova, atual Rua Rafael Bordalo Pinheiro, localizada uns metros acima do Hospital, onde foi construído um conjunto habitacional,

destinado a pessoas que prestassem serviços no Hospital, consolidando também a mancha construída ali existente.

Da frente do Hospital, Largo da Copa, saía para norte a Rua Direita hoje Rua Frederico F. Pinto Basto, que levava a um espaço frequentado por lavradores e artesões, denominada Praça Nova e Rossio, presentemente Praça da República, viria a assumir a sua importância para a vila, tornando-se o primeiro espaço de sociabilidade urbano, onde se começaram a efetuar trocas comerciais, reflexo da vila ser o centro de uma região agrícola em crescimento, cunho que marcou o futuro das Caldas da Rainha e desta praça em especial.

Nesta praça foi erguido em 1532 um pelourinho pago pelo Hospital, que era a entidade que governava a Vila. O Hospital e a Câmara<sup>8</sup> iriam mais tarde criar uma tensão entre ambas, uma vez que, a Câmara chamava a si a gestão da Vila e o provedor da instituição hospitalar, era desde a época de fundação do Hospital Termal, a figura de referência do povoado. No entanto, esta indefinição de poderes nunca foi um obstáculo à expansão e desenvolvimento da vila.

O bom desempenho das Caldas de Óbidos, deveu-se à proteção, doações e atenção dada pela Rainha ao Hospital, regravando-o com um “Compromisso”, por si elaborado com vistoria do Cardeal Dom Jorge da Costa, datado de 18 de Março de 1512. Ver: (Carvalho, 1932, p.41) Todos os anos a época balnear se iniciava a 1 de Abril com uma cerimónia de abertura na qual era lido este regulamento, contudo as regras nele estabelecidas acabariam por não ser cumpridas na íntegra, conduzindo o balneário termal a situações de má gestão da instituição.

Ao longo dos anos, o Hospital Termal foi alvo de proteção régia, com vista a suprir as necessidades deste edifício assistencial, sendo-lhe concedidas várias doações e isenções por parte do poder real. Porém, reflexo da utilização e do tempo, este viria a apresentar algumas marcas de degradação, e inadequação das exigências termais e da ciência, situação posteriormente corrigida com uma intervenção profunda em setecentos.

---

<sup>8</sup> Esta disputa pelo poder da Vila entre o Hospital e a Câmara era provocada pela subordinação da Câmara em relação ao provedor do hospital. A instituição que originou a Vila era o centro de poder da mesma, sendo o provedor a figura responsável pela gestão das caldas, é também de salientar que a Câmara surgiu posteriormente ao Hospital, ficando instalada numa dependência do mesmo e que o orçamento que disponha era muito reduzido comparativamente com o do Hospital Termal. Este motivo conduzia a que as obras de urbanização da Vila fossem na maioria efetuadas pelo Hospital como é exemplo o pelourinho.

## 2.4. REFUNDAÇÃO DAS ÁGUAS



**Ilustração 7** - “Plano da Vila das Caldas feito no ano de 1742 em que El Rey Nosso Senhor foi tomar o remedio dos banhos”, João Pedro Ludovice. (Serra, 1993, p.106)

Em meados do século XVIII, a Vila das Caldas foi alvo de uma grande intervenção urbanística levada a cabo por Dom João V, que aqui se deslocou diversas vezes entre Julho de 1742 e Maio de 1748, para fazer tratamentos nas águas termais. Durante esse período a vila e o hospital sofreram diversas alterações, sendo esta época considerada o período de refundação<sup>9</sup> das Caldas da Rainha. Foram encarregues destas obras o engenheiro Manuel da Maia<sup>10</sup> (1677-1768) e Eugénio dos Santos<sup>11</sup> (1711-1760), “ [...] Dom João V, em 27 de Fevereiro de 1747 ordenou ao engenheiro militar Manuel da Maia que planeasse e executasse todos os melhoramentos materiais de que estava necessitado o hospital e a vila.” (Carvalho, 1932, p.153, 154)

Efetuada o levantamento da vila [**Ilustração 7**], realizaram-se os planos de melhoria, um vasto leque de operações urbanísticas foram realizados entre 1747 e 1750. Das obras decorrentes nesta intervenção, assistiu-se a uma mudança do centro político, consequência da separação física das entidades que geriam a Vila. O edifício da

---

<sup>9</sup> Entende-se “refundação” pelos reflexos e implicações das obras decorrentes na vila, durante este período, marcadas pela re-edificação do Hospital Termal, assim como pelas alterações do centro político, e da separação física entre a Câmara e o Hospital que até então funcionavam juntas no mesmo edifício.

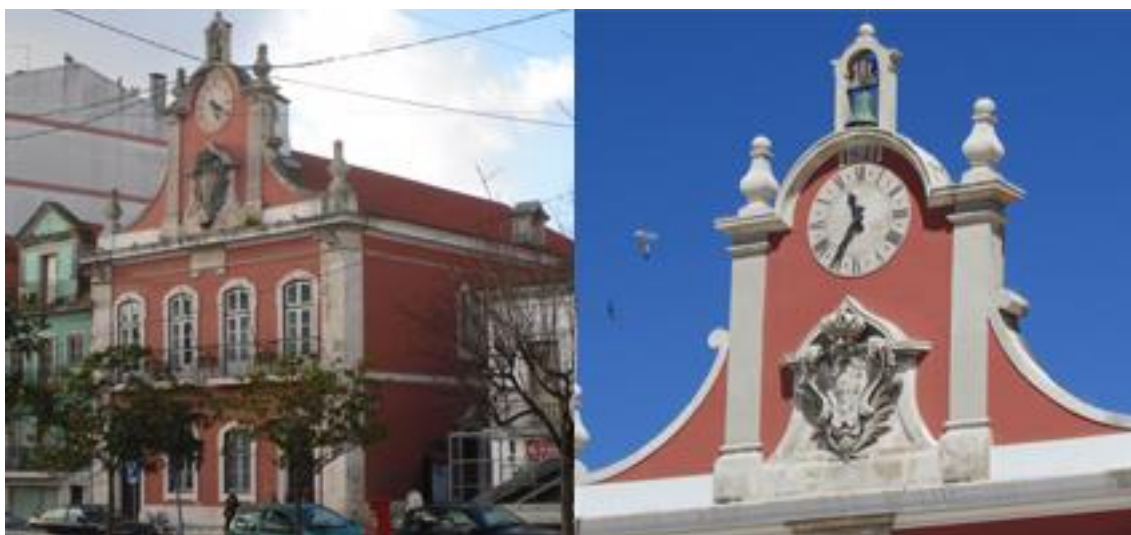
<sup>10</sup> **Manuel da Maia** foi arquiteto e engenheiro, era o professor da Aula de Fortificações sendo nomeado engenheiro-mor do reino em 1754. Da sua vasta obra destaca-se o Aqueduto das Águas Livres, contudo é após o terramoto de 1755, onde assume a coordenação das operações na reconstrução da cidade de Lisboa que ganha maior notabilidade. Aquando dos incêndios provocados pelo terramoto, teve uma acção fulcral para a preservação de documentos históricos na altura guardados no Arquivo Real, do qual era Guarda-Mor, enfrentando as chamas para salvaguardar os mesmos.

<sup>11</sup> **Eugénio dos Santos** formado na Aula de Fortificações e Engenharia Militar foi arquiteto, engenheiro militar e inspetor das Reais Obras de Arquitetura da Corte, ainda no período de formação trabalhou nas fortificações de Estremoz, mas onde ganhou maior destaque foi após o terramoto de 1755, onde desenvolveu ao máximo as políticas de segurança e salubridade no plano que desenhou para a baixa lisboeta.

Câmara assim como o edifício da cadeia, que se encontravam numa dependência do Hospital Termal, tiveram de ser demolidos para a realização do novo balneário, estabelecendo-se assim a Câmara em edifício próprio a meio do lateral norte da Praça Nova, de frente para o pelourinho que se encontrava no centro desta praça.

As obras do novo edifício da Câmara [**Ilustração 8**] tiveram início em 24 de Novembro de 1749, patrocinadas pela Rainha Dona Maria Ana, “ [...] A Casa da Câmara, sendo no todo uma peça arquitetónica sóbria, marca inconfundivelmente toda a praça em que está inserida, destacando-se, pela nobreza das suas formas, dos restantes edifícios de traçado mais ou menos modesto.” (Mangorrinha, 1993, p.148) O edifício é composto por dois pisos, tem os vãos alinhados sendo o piso térreo constituído por duas portas e duas janelas, e o primeiro piso por quatro janelas de sacada, onde a varanda destas marca o friso que divide os pisos. Sobre o segundo piso, ergue-se a meio do edifício uma escultura representativa do poder real, sobre a qual está o relógio com a indicação do ano 1841, provavelmente a data do fim da construção do edifício.

Com esta mudança a Praça Nova assumia definitivamente o seu lugar na vila, se a atividade comercial e mercantil que ali se realizava já a tornavam no sítio mais ativo do aglomerado, com a realocação da Casa da Câmara passava em definitivo a assumir-se como o centro de maior importância da Vila. Ver: (Carvalho, 1932, p.205)



**Ilustração 8** - "Edifício da Casa da Câmara, actual Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Contribuiu igualmente para o melhoramento urbano, a construção de uma rede de abastecimento de águas, proporcionando à população o fácil acesso à água, que era

um dos problemas dos centros urbanos da época. Para esse efeito, realizaram-se reparações e limpeza nos aquedutos e minas de água, assim como se procedeu à construção de três chafarizes, destacando-se aqui o gosto e influência da arte Barroco, que na altura se disseminava pela europa, pela temática da água, onde a cenografia e movimento eram explorados, associando o interesse pela mitologia clássica aqui implícito nas bicas dos três chafarizes. “ [...] As bicas são uma alusão às sete plêiades, filhas de Atlas e da oceânide Plêione (...) retomando, assim a temática da mitologia clássica, conforme era habitual na iconografia barroca presente em arquiteturas relacionadas com água.” (IPAR, 2009).

O chafariz das Cinco Bicas [Ilustração 9] apresenta-se como o exemplar mais exuberante deste conjunto, este corresponde ao terminal da cena mitológica no qual pode ler-se “Coeli beneficio salubriu regis munificencia prereniu pleiadum que aliae quinque, sat unde bibas”<sup>12</sup>.

Arquitetonicamente, revela grande monumentalidade e decoração ao gosto barroco, apresentando-se flanqueado por duas partes laterais decoradas em baixo-relevo, em frente a estas encontram-se as escadas que dão acesso à parte central do chafariz, onde se acham as cinco bicas, e um conjunto de “conchas” pelas quais a água escorre em cascata, até um reservatório. Deste a água passa para outro situado posteriormente às escadas, que ocupa toda a base do chafariz, onde os animais se refrescavam.



Ilustração 9 - “Chafariz das cinco Bicas”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

---

<sup>12</sup> “E estas as outras cinco Plêiades, de onde beberás quando quiseres, saudáveis por benefício do céu, sempre correndo por mercê do Rei” (tradução, Mangorinha, 1993, p.146)

Contudo, de todas as operações urbanísticas efetuadas a mais relevante foi sem dúvida a (re) construção do Hospital Termal. Jacob de Castro Sarmiento<sup>13</sup> (1691-1762), que por esta altura se encontrava a realizar as primeiras análises científicas às águas termais caldenses, lamentava o reduzido conhecimento das águas caldenses fora do país, considerando-as na sua qualidade termal ao nível de Aix-la-Chapelle (Alemanha), Bourbon (França) ou Bath (Inglaterra), que à época eram as mais importantes da Europa. Recomendava no entanto a edificação de um novo balneário, para igualar e competir com os atrás mencionados, chegando a propor um esboço baseado na compartimentação das termas romanas, com um corredor central que distribuía para as divisões do edifício. Porém o traçado do novo hospital é da autoria de Eugénio dos Santos, caracterizando-se pela modernidade e imponência, ao invés do edifício de quinhentos, que disponha de instalações comuns aos hospitais medievais [Ilustração 10].



Ilustração 10 - "Hospital Termal, década de 1870 (80)", João Rodrigues da Silva. (Serra, 2005, p.112)

Da obra deixada pela rainha, composta pelo Hospital Termal e Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, apenas a última ficou intacta, uma vez que no ano de 1747, foram demolidos o conjunto de edifícios que compunha o balneário, assim como as dependências anexas, para a realização do novo hospital.

A fachada do novo Hospital era a "casca" visível da reabilitação que compunha o novo edifício, conjugando-o com alguns elementos preservados do anterior. Apresentava

---

<sup>13</sup> **Jacob Castro Sarmiento** formou-se em medicina, dedicando parte dos seus estudos às águas termais, descrevendo os processos de examinação e propriedades terapêuticas das águas salientando-se as primeiras análises químicas às águas das Caldas da Rainha que à época eram as mais importantes do país.

uma mistura entre dois estilos, por um lado identificamos traços de arquitetura Chã, aqui visível na pureza da fachada, regularidade, simplicidade e na ausência de decoração, por outro é pontuada por elementos Barrocos, ainda que de forma modesta, são exemplo a forma da fachada desdobrada em três planos na qual o central se encontrava saliente relativamente aos laterais.

A cantaria dos vãos apresentavam-se salientes da fachada e com um recorte geométrico notável, sendo que os do corpo central eram assinalados na parte superior, distinguindo-se por isso das laterais. Esta parte da fachada era encimada por um frontão triangular, onde se vislumbrava uma decoração escultórica, representando a Anunciação. O portal de entrada apresentava outra das características Barrocas, ligando-se ao vão superior, causando algum dinamismo na fachada. Da junção do portal com a janela do primeiro piso, surgiu um friso que se estendia ao longo da fachada principal e dividia os dois pisos do edifício.

O edifício joanino era composto no piso térreo pelo átrio de entrada, que posteriormente distribuía para as divisões desse piso, onde se encontravam do lado esquerdo o boticário, a casa da copa e o balneário masculino e do direito a cozinha e o balneário feminino. No átrio de entrada estavam também as escadas de acesso ao piso superior, onde se localizavam as enfermarias, camarotes e os quartos particulares. Após a conclusão das obras, foi colocada na Casa da Copa, uma pedra **[Ilustração 11]** alusiva a estas modificações de invocação a Dom João V, que se manteve até à atualidade, ainda que posteriormente tenha sido alterada a sua localização, onde pode ler-se:



JOANNES QUINTOS  
LUSITANIAE REX VIGESIMUS QUARTOS  
BENEVOLENTIA, ET CHARITA MOTUS  
HANC THERMARUM HOSPITALISSIMAM  
DOMUM  
INSTAURARE À FUNDAMENTIS,  
ET DECENTIUS AUGERE JUSSIT  
AD MAIUS EGROTANTIUM COMMODUM  
ANNO REDEMPTIONIS MDCCXLVII.  
ET IN TRIENNIO ABSOLUTA CONSPICITUR:  
LEONORA REGINA  
REGIS JOANNIS II DILECTISSIMA CONJUX,  
CONSTRUXERAT ET ORDINAVERAT,  
SOLICITÉ, LIBERALITER, ET RELIGIOSÉ  
ANNO DOMINI MCCCCLXXXVIII  
AMBO MISERICORDES  
AMBOBUS DEUS RETRIBUET  
FRUERE, HOSPES,  
IMITARE QUANTUM POTUERIS  
ET NON POENITEBIT.<sup>14</sup>



**Ilustração 11** - “Pedra alusiva a reedificação do edifício termal”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

---

<sup>14</sup> “D. João V; Vigésimo quarto rei de Portugal; Movido pela; Bondade e pela Caridade; Mandou restaurar desde os alicerces; esta muito acolhedora casa das termas; E também a mandou aumentar de modo mais harmonioso; com vista a uma maior comodidade dos doentes; No ano da redenção de 1747; Em três anos é realizada a totalidade da obra; A Rainha Dona Leonor; diletíssima esposa do Rei D. João II; Construíra e organizara esta casa; De modo solucito, digno e religioso; no ano do senhor de 1488; Um e outro foram movidos pela misericórdia. Tu, hospede, aproveita esta casa! E, no que te é possível, tenta imita-los; Não te arrependers. “ (Tradução, Aires-Barros, 2005, p. 12)

No centro desta sala encontrava-se o Pocinho<sup>15</sup> [Ilustração 12], do qual se tirava água para dar às pessoas que procuravam terapia através da ingestão da mesma.



Ilustração 12 - "Pocinho", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

A construção do novo edifício hospitalar, foi acompanhada da redefinição do espaço envolvente, foi edificado nas traseiras do Hospital Termal um palácio real, para albergar a corte quando esta se deslocasse à vila, e despontaram dois novos edifícios na praça em frente ao hospital. Do lado norte surgiu o hospital civil, denominado Hospital de Santo Isidoro, de modo a que o balneário termal se destinasse exclusivamente para tratamentos com águas medicinais, e a sul surge um edifício denominado Casa da Convalescença.

Este edifício destinava-se ao acompanhamento dos doentes após o ciclo de tratamentos, uma vez que, a permanência dos doentes após os tratamentos retirava a hipótese de novos doentes serem tratados derivado às camas se encontrarem ocupadas, conjugando a necessidade de um edifício desta natureza associada à doação feita por Manuel de Matos e Sousa<sup>16</sup>, para a edificação de um edifício com esta finalidade.

As obras do edifício destinado à convalescença<sup>17</sup> com traçado do Arquiteto Rodrigo Franco<sup>18</sup>, mereceu o reparo de Manuel da Maia, que coordenava todas as obras que

---

<sup>15</sup> Este pocinho é uma réplica do original, encontra-se o autêntico em exposição no Museu do Hospital e das Caldas da Rainha.

<sup>16</sup> **Manuel de Matos e Sousa** era comendador da Ordem de Cristo e Capitão - Tenente na Torre do Outão, Setúbal, doou ao Hospital Termal a quantia de 40000 cruzados para a edificação de um edifício destinado a Convalescença.

<sup>17</sup> "Ao Arquiteto João Baptista Barros foi dada uma provisão, em 1733, para projetar a Casa da Convalescença, que não teve seguimento. Posteriormente, foi dado o projeto sucessivamente aos

se executavam na Vila das Caldas, o engenheiro mor do reino, considerou “ [...] que se devia rejeitar uma janela que se queria abrir em uma casa que pertencia ao comodo e o lavor que nas janelas da tal convalescença se intentava fazer de mais despesa e feitio que o da Frontaria do Hospital.” (Carvalho, 1932, p. 156) As obras deste edifício eram para se iniciar depois de terminado o novo Hospital Termal, contudo as obras deste edifício viriam a sofrer alguns períodos de paragem, sendo inaugurado somente em 1855<sup>19</sup>, mais de cem anos depois do início das obras.

O conjunto de melhoramentos atrás mencionados marcou uma revolução urbanística na Vila das Caldas, não existindo um plano urbanístico deliberado, mas sim a execução de edifícios estratégicos, que colmatavam as carências que a Vila apresentava. No entanto a refundação das Caldas deu-se não só a nível urbanístico, mas também, no funcionamento da instituição assistencial, já durante o reinado de Dom José, a 20 de Abril de 1775 o Marquês de Pombal<sup>20</sup> (1699-1782) reviu os estatutos do regulamento elaborado pela fundadora do Hospital Termal, vetando o “Compromisso” e todas as cartas relativas à administração do hospital até à data, uma vez que, se encontrava desatualizado em relação aos novos conhecimentos científicos da medicina, mentalidade e necessidades sociais, resultantes da corrente iluminista.

O novo regulamento, estabelecia que o balneário termal passava a ser gerido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a quem competia nomear os administradores do Hospital Termal. Ordenou que os funcionários dos cargos de maior responsabilidade, passassem a ter maior formação científica e proibiu a aceitação de doentes para quem as águas termais não fossem solução, assim como a criação de enfermarias destinadas à convalescença, que segundo indicações do Marquês de Pombal, deveriam obedecer “ [...] à simplicidade, à robustez e à funcionalidade das

---

Arquitetos Custodio Vieira e Carlos Mardel, que também não teve sequência pelo envolvimento deste último arquiteto nas obras da Universidade de Coimbra, adotando-se, de novo, o projeto de João Baptista Barros. Porém, foi Rodrigo Franco, arquiteto das Três Ordens Militares, que acabara de projetar a Igreja do Senhor da Pedra em Óbidos, que viria a projetar o edifício para a convalescença ”(Pinto ; Mangorrinha, 2005, p.149)

<sup>18</sup> **Rodrigo Franco** foi Arquitecto Capitão das Três Ordens Militares, terá trabalhado nas obras de Maфра onde terá contactado com arquitetos italianos adquirindo um conhecimento da arte barroca que lhe permitiu erguer a sua mais relevante obra, a igreja do Senhor da Pedra em Óbidos.

<sup>19</sup> Ver: (Mangorrinha, 2000, p.123)

<sup>20</sup> **Sebastião José de Carvalho e Melo** também denominado Marquês de Pombal, titulo concedido em 1769, foi embaixador de D. João V nas cortes inglesa e austríaca, onde adquiriu formação politica e económica. Nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, após a subida ao trono de D. José I, demonstrou com o terramoto de 1755 a sua capacidade de chefia e organização, assim como protagonizou importantes reformas para fazer face à crise económica provocada pela quebra na exploração de ouro do Brasil, retomando antigas políticas de fomento industrial.

suas dependências, de forma a que todas elas pudessem observar as necessárias condições de higiene.” (Belo, 2007, p. 80, 81).



### 3. DA INSTABILIDADE AO APOGEU

“A vila das Caldas há de vir a ser esplendida, rica, procurada por milhares d’estrangeiros, quando tirarem o hospital de cima das piscinas, quando os banhos tomarem a largueza e o conforto que a bondade das águas merece, quando se fizerem com luxo e comodidade todas as aplicações terapêuticas da água termal em uso, quando houver na vila um magnífico hotel á americana, onde mil famílias possam encontrar as conveniências e o luxo que a bolsa de cada um permitir, quando de dia e de noite haja divertimentos variados ao sabor de todos, quando no mesmo hotel haja uma boa biblioteca, um bom teatro e uma boa sala para dança.”

CARVALHO, Augusto Silva (1966) – Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884) fac-simile da edição de 1932. Leiria : Textiverso. p. 247

### 3.1. NOVO PARADIGMA SOCIAL

O início do século XIX, foi pautado por uma sequência de acontecimentos que afetaram negativamente o desenvolvimento do país e do balneário termal. O conjunto de invasões francesas entre 1807 e 1810, da qual resultou a fuga da corte portuguesa para o Brasil, e posteriormente a revolta das populações pela subordinação à Inglaterra<sup>21</sup>, deu consistência aos ideais liberais que culminaram com a Revolução do Porto em 24 de Agosto de 1820.

Os revolucionários exigiam o regresso do Rei Dom João VI a Portugal, para restaurar a dignidade do país restabelecendo Lisboa como capital do reino, e voltar a ter o domínio e exclusividade sobre o comércio com a colónia brasileira. Portugal tinha perdido a soberania do comércio com o Brasil, ao trocar o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, que retirou a exclusividade do comércio efetuado entre os portos brasileiros e portugueses, advindo daí uma grave crise económica, uma vez que a escolta efetuada por Inglaterra à corte portuguesa, quando esta se refugiou no Brasil, realizou-se com esta contrapartida.

Se um dos objetivos da revolta liberal foi conseguido, Dom João VI regressou ao país em 1821, este regresso levou ao descontentamento do povo brasileiro que viria a reclamar independência no ano seguinte, ficando o seu filho Dom Pedro I como Imperador do Brasil. Portugal perdia assim, uma das suas grandes fontes de sustentação financeira. Este clima de instabilidade política e financeira que se vivia no território português, não deixou que o país se desenvolvesse, contrariamente aos restantes países da Europa, que se adaptavam à velocidade da máquina, e aos métodos produtivos daí inerentes.

As políticas liberais pretendiam no entanto recuperar esse atraso, através da reativação da agricultura, desenvolver comércio no continente africano e melhorar a rede de transportes em Portugal. Deste conjunto de medidas destaca-se a ação do ministro das Obras Públicas Fontes Pereira de Melo<sup>22</sup> (1819-1887), através de um plano que visava uma série de melhoramentos nas vias e meios de comunicação por

---

<sup>21</sup> As invasões napoleónicas deram-se na sequência da corte portuguesa não acatar as ordens dadas por Napoleão relativamente ao bloqueio continental a Inglaterra, na qual consistia fechar os portos, declarar guerra, sequestrar os bens e deter os cidadãos ingleses. Nesse sentido os militares ingleses defenderam Portugal durante a guerra peninsular e após esta ficaram a dominar o país, situação que não agradava tanto a população como aos militares que se tinham de reger pelas ordens inglesas.

<sup>22</sup> **António Maria de Fontes Pereira de Melo** foi o rosto mais visível do movimento regenerador, que pretendia a renovação política através da incrementação definitiva do liberalismo e a criação de infraestruturas que permitissem ao país desenvolver-se a nível económico, industrial e comercial.

todo o país, e onde o surgimento do comboio se apresentava como um importante passo na modernização do país.

O liberalismo constitucional, que defendia a liberdade e igualdade, tinha como elite a classe burguesa, que tinha especial gosto pelos passeios ao ar livre e divertimentos. Na ótica da convalescença, associada à afirmação da burguesia como classe social, foi criado sob a administração do Dr. António Gomes da Silva Pinheiro<sup>23</sup>, um jardim denominado Passeio da Copa, que se estendia perpendicularmente ao hospital, formando uma alameda. Este jardim tinha a dupla função de embelezar a zona envolvente ao balneário termal e servir para distração e recreio dos aquistas.

Como marco deste período surgiu também na vila caldense em 1837 entre o Hospital Termal e o Passeio da Copa, o edifício do Clube de Recreio<sup>24</sup> [Ilustração 13], que era um espaço de reunião e troca de ideias, onde se organizavam bailes e faziam jogos. As termas passaram a ser consideradas um lugar de lazer e divertimento, pelo que o aumento do número de banhistas devia-se, não só ao reconhecido valor medicinal que as águas possuíam, mas também devido às mudanças sociais que se viviam por toda a Europa, onde frequentar termas se tornou moda.



Ilustração 13 - "Entrada do Clube de Recreio, cerca de 1883-84", João Rodrigues da Silva (Serra, 2005, p.113)

---

<sup>23</sup> **António Gomes da Silva Pinheiro** médico formado em Coimbra, físico mor do reino, foi administrador do Hospital Termal entre 1799 e 1833, apanhando por isso o tempo em que o hospital recebeu os soldados franceses, ingleses e portugueses oriundos da guerra peninsular.

<sup>24</sup> "Em 1837, foi fundado nas Caldas o Clube de Recreio, localizado defronte do Hospital, entre este e o Passeio da Copa. Foi instituído com biblioteca, sala de leitura e sala de jogo, pagando cada socio uma quota de 1200 reis. O Clube de Recreio veio oferecer uma opção para as tardes e noites dos utentes destas termas, mas também dos seus acompanhantes, a quem era preciso oferecer propostas de actividade e de lazer para preencher o tempo livre. Este tipo de edifício começa a surgir, nas termas europeias, a partir desta altura, vulgarizando-se em meados do século." (Pinto ; Mangorrinha, 2005, p.152)



### 3.2. VIVER PARA AS TERMAS

A segunda metade do século XIX é considerada como a época de ouro das Termas portuguesas. O turismo termal estava em alta, as elites acorriam a estas estâncias não só como forma de tratamento, mas como meio de empreender um passeio exótico, em mudança de ares. Passar o Verão nas termas, não só era uma forma moderna e respeitada de tratar os males de saúde, como era chique e socialmente prestigiante. (Feio, 2010, p. 2)

As termas caldenses que durante este início de século, afetadas pelas circunstâncias vividas no país, sofreram uma quebra na procura das águas termais, acolheram os feridos das batalhas da Roliça e do Vimeiro, resultantes das invasões napoleónicas, assim como as suas dependências foram utilizadas para o aquartelamento de soldados franceses.

No entanto como esta expresso na [Tabela 1], o número de aquistas a concorrer às termas das Caldas da Rainha na segunda metade do século XIX, não só voltou para números semelhantes ao período anterior à conturbação político-social, como na última década de oitocentos quase duplicou a assiduidade registada a meio do século. “ [...] A estabilização política nacional conseguida a partir de 1851, a retoma das deslocações da corte às termas, (...) recolocou as termas, mais do que nunca, como motor das atividades produtivas e comerciais da vila e áreas envolventes.” (Serra, 1995, p. 59) A vila termal passou a ser procurada por pessoas de diversas classes sociais, passando por esta diversos ilustres na qual se destaca Ramalho Ortigão<sup>25</sup> (1836-1915), que fez referencia à Vila na sua obra literária *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, onde elucida bem o clima que se vivia neste destino termal, e nos dá indicação que as termas e a vila caldense eram procuradas na época balnear por famílias de Lisboa e também de Espanha. Ver: (Ortigão, 1875, p.86).

Tabela 1 - Evolução do número de banhistas na segunda metade do século XIX.

| Anos      | 1852 | 1864 | 1876 | 1890 |
|-----------|------|------|------|------|
| Banhistas | 2370 | 2730 | 3650 | 4712 |

Fonte: João B. Serra. (1995, p.46)

<sup>25</sup> **José Duarte Ramalho Ortigão** nasceu no Porto, estudou direito na Universidade de Coimbra, e iniciou-se no jornalismo, colaborando no Jornal do Porto. Participou em diversas publicações, conjuntamente com Eça de Queirós, e posteriormente sozinho, redige “As Farpas”. As publicações serviam para caricaturar e criticar a sociedade portuguesa. Fez parte da chamada Geração de 70 que pretendia aproximar Portugal da sociedade e culturas europeias, viriam contudo a voltar-se para a pátria após a desilusão com os reflexos do pensamento iluminista.

Francisco Pimentel<sup>26</sup> administrou o Hospital num tempo que justificava uma reforma geral da estância, atendendo ao desenvolvimento do termalismo europeu, especialmente em França, e ao incremento que se esperava no nosso país com a exploração anunciada de outras nascentes (Mangorrinha, 2000, p.86)

Reflexo da procura cada vez maior que a estância termal era alvo, das novas exigências e inovações do termalismo, exigiam que o Hospital Termal se modernizasse<sup>27</sup>. Nesse sentido, decorreu uma reunião em 1884 na qual estiveram presentes médicos do balneário termal, da escola médico-cirúrgica de Lisboa, ministros, um engenheiro de obras públicas e o governador civil.

Este conjunto de individualidades, definiram uma lista de modificações e melhoramentos, a realizar no balneário e sua envolvente, para competir com as estâncias termais nacionais e europeias. Ver: (Carvalho, 2010, p.269, 270). Das medidas traçadas destacam-se pela sua importância a separação do estabelecimento balnear e hospitalar, destinando o balneário apenas a aplicações terapêuticas e a retirada do hospital civil de Santo Isidoro do Largo da Copa.

Contudo, as novas políticas liberais tinham institucionalizado totalmente a instituição assistencial caldense, passando este a ser da inteira responsabilidade do Estado. Com a extinção da Casa das Rainhas, anularam-se todas as doações régias e os foros, perdendo o Hospital Termal a base de sustentação financeira. Derivado às dificuldades financeiras daí inerentes do conjunto de medidas pretendidas, o administrador apenas conseguiu executar o alargamento do Passeio da Copa.

Se já existia a necessidade de um plano de requalificação das termas e da sua envolvente, a chegada do comboio à vila caldense no primeiro dia de Agosto de 1887, a modernização do Hospital passava assim a ser uma necessidade, para albergar os novos utentes, que através do comboio em grande número acorriam a vila das Caldas, facto que o administrador Francisco Pimentel perspectivava desde 1877. A chegada da primeira locomotiva à vila termal, era relatada no jornal Diário de Notícias da seguinte forma:

---

<sup>26</sup> **Francisco Eduardo de Andrade Pimentel** foi médico e administrador do Hospital Termal entre 1877 e 1888.

<sup>27</sup> A temática da modernização do Hospital Termal iniciou-se na segunda metade do século XIX, sendo objetivo das sucessivas administrações captar aquisitas de classes sociais mais elevadas, equacionando para isso a separação física entre classes de utentes assim como a construção de um novo equipamento termal. A construção de um novo estabelecimento termal era já equacionada desde a administração de Ginioux de Campos entre 1860 e 1862, onde foi projetado pelo engenheiro Pedro José Pezerat um novo estabelecimento termal e um hotel, no entanto a morte do administrador viria a deitar por terra esta intenção.

A máquina passará hoje na sua marcha triunfal de montanha em montanha, serpenteará pelos vales, subirá as rampas sempre avante e orgulhosa, conduzindo na sua esteira as carruagens repletas de passageiros, e levando ao som do seu silvo alegre e estridente o anúncio do progresso, dos benefícios resultantes, dos melhoramentos, da rápida transformação, às cidades, às vilas, aos mais modestos lugares, que vão ficar ligados por este meio à capital do Estado e ao resto do mundo. D'ora avante deixarão de estar separados da capital por longas horas de diligências incómodas as frequentadas termas das Caldas da Rainha... Hoje a máquina conduzirá à estação termal o grande número de famílias que há muito almejavam por esta viagem cómoda e rápida (Tavares, 1996, p. 40) **[Ilustração 14]**



**Ilustração 14** - “Estação de Caminho de Ferro de Caldas da Rainha, 1887”, (Aires-Barros, 2005, p.27)

No entanto, para Ramalho Ortigão este desenvolvimento fazia-o recordar os tempos em que a caminhada de Lisboa para as caldas, se efetuava através dos barcos a vapor que partiam do Terreiro do Paço em Lisboa e subiam pelo rio Tejo, onde os passageiros eram deixados em Vila Nova da Rainha, de onde faziam o resto do percurso em diligências.

No entanto, se o comboio se apresentava como um importante passo no progresso e desenvolvimento das termas e da vila caldensa, esta não se encontrava no mesmo patamar e apresentava ainda algumas realidades que necessitavam de ser corrigidas, como aponta um cronista do jornal *Correio da Noite*, “ [...] Tinha por si é certo o comboio e as águas. Mas praticava, no seu entender, um autêntico suicídio quando as suas ruas cheiravam mal, (...) ou quando os hotéis e casas de hóspedes eram caros e sem comodidades.” (Serra, 1993, p. 395)

Perante este facto, fazer da vila das Caldas uma estância balnear de excelência, não dependia exclusivamente da atividade e qualidade das dependências do Hospital

Termal, mas também a Câmara tinha de assumir as suas responsabilidades, no que respeita ao ordenamento e higiene dos espaços da vila.

É esta necessidade de modernizar a vila, os serviços e o balneário termal, conjugada com algumas críticas de Rafael Bordalo Pinheiro<sup>28</sup> (1846-1905), ao administrador Francisco Pimentel, que levam à sua aposentação, ao fim de trinta e cinco anos de serviço no Hospital Termal como médico e administrador, “ [...] o Governo nomeou, em sua substituição, um arquitecto de 39 anos, com experiência de administração termal, Rodrigo Maria Berquó.” (Serra, 1997, p. 380)

---

<sup>28</sup> **Rafael Augusto Prostes Bordalo Pinheiro** nasceu em Lisboa no seio de uma família de artistas, tendo desenvolvido a sua atividade entre artista plástico, caricaturista, ilustrador e decorador. Conjuntamente com dois irmãos e o amigo Ramalho Ortigão fundou a fábrica de faianças das Caldas da Rainha em 1884, que se propunha explorar a cerâmica ornamental e de revestimento assim como a utilitária, elevando a cerâmica portuguesa para um patamar europeu. Criador da personagem “Zé Povinho” era através das caricaturas e ilustrações, um crítico da sociedade.

### 3.3. PERFIL DO ARQUITETO

#### 3.3.1. PERCURSO ATÉ 1888



Ilustração 15 - “Rodrigo Berquó”. (Pinto ; Mangorrinha, 2005, p. 166)

Rodrigo Maria Berquó [Ilustração 15] nasceu a 1 de Janeiro de 1839, filho de D. Maria Teresa Pinto Guedes Smissaert Caldas e de D. João Maria da Gama e Freitas Berquó<sup>29</sup> (1839-1896). A sua naturalidade não é consensual divergindo entre Lisboa ou o Brasil, contudo o local mais provável apresenta-se como sendo a cidade de Lisboa. Ver: (Mangorrinha, 1996, p. 17).

Ainda que a infância tenha sido ligada às atividades desportivas, acabou por fazer a sua formação em engenharia e arquitetura, frequentando a Escola Politécnica e a Escola do Exército, “ [...] Berquó procura claramente conhecimento na arte de projetar.” (Mangorrinha, 1996, p. 20) No entanto, nos registos existentes nas escolas não consta que Berquó tenha concluído nenhum curso. Sendo provável que derivado às obras desenhadas e dirigidas tenha alcançado esse estatuto.

Berquó viveu em Cascais, onde terá dirigido obras em algumas casas, visto que assim como a família Berquó, muitas outras oriundas de Lisboa se fixaram em Cascais após os melhoramentos registados nas vias de comunicação e da regularização da linha de costa, tendo por isso nascido “ [...] um conjunto apreciável de arquitetura de veraneio

---

<sup>29</sup> **D. João Maria da Gama e Freitas Berquó** foi jovem para o Brasil, uma vez que a sua mãe viajou com a corte portuguesa para o Brasil no contexto das Invasões Francesas, já referenciadas no ponto 3.1. Foi apoiante de D. Pedro I, Imperador do Brasil, que lhe concedeu o título de Marquês de Cantagalo a 12 de Outubro de 1826, por este facto também seu filho aparece conotado como Rodrigo Cantagalo.

à boa maneira de Biarritz<sup>30</sup>, que espelha bem um certo gosto pela diferença dentro da corrente romântica da época.” (Mangorrinha, 1996, p. 20) Das habitações aqui executadas, destaca-se a casa do duque de Loulé<sup>31</sup> (1804-1875), da qual Berquó foi diretor de obra entre 1870 e 1872, projetada pelo arquiteto Pedro d’Ávila<sup>32</sup> (1832?-1904).

Vê-se que foi obra traçada e dirigida por um verdadeiro artista, porque toda ela obedece a um pensamento artístico. A arquitectura faz sobressair no fundo o estilo de Luís XIII, mas ornamentada com reminiscências da antiguidade grega e árabe, harmoniosamente combinadas. (...) sendo dividido em três andares: rés-do-chão, primeiro e mansardas. As paredes exteriores apresentam um bonito xadrez de tijolo encarnado. A cantaria das portas e janelas é alternada de pedras grandes e pequenas, conforme o estilo de Luís XIII. (...) forma anteriormente cinco pavilhões, dos quais os três mais salientes terminam em graciosas agulhas douradas, com cataventos. As divisões interiores foram adaptadas à forma do edifício que o arquitecto sujeitou sem esforço às irregularidades do terreno. (...) Todo o edifício é inundado de luz e convenientemente arejado. (...) É sabido que ao distinto arquitecto português o sr. Ávila se deve primorosa fabrica; sendo porem certo que o sr. Rodrigo Cantagalo, cujo génio artístico e aprimorado gosto todos conhecem, não deixou de concorrer, e concorre para a conclusão da obra, movido pela íntima amizade que o liga ao proprietário. (Mangorrinha, 1996, p. 21) **[Ilustração 16]**



**Ilustração 16** - “Casa do Duque de Loulé, Cascais”. (Mangorrinha, 1996, p.21)

---

<sup>30</sup> Biarritz é uma localidade do sudoeste francês que se encontra nos Pirenéus Atlânticos, é uma concorrida estância de veraneio.

<sup>31</sup> **Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto** foi o nono conde de Vale de Reis, segundo marquês de Loulé e primeiro duque de Loulé. Teve uma presença constante na vida política integrando a Presidência do Conselho de Ministros de Portugal por três ocasiões.

<sup>32</sup> **Luís Caetano Pedro d’Ávila** iniciou a sua formação em Engenharia Militar em Goa, Índia, de onde era natural. Veio para Portugal para concluir o curso de arquitetura na Escola Politécnica de Lisboa entre 1866 e 1867. Foi integrado no Ministério das Obras Públicas, tomando conhecimentos com a elite. Este ministério permitiu-lhe completar a formação na Escola de Belas Artes de Paris. Após regressar a Portugal a sua primeira obra foi a residência do Conde de Loulé.

Foi também administrador das propriedades do Visconde da Gandarinha<sup>33</sup> (1815-1892), que lhe encomendou diversas obras, destacando-se o Palácio da Gandarinha e a renovação da Quinta da Penha Longa, em Sintra, esta última iria marcar uma nova função para Berquó, que seria nomeado para administrador da mesma. “ [...] no que diz respeito às construções delineadas neste período na Quinta da Penha Longa, seria iniciado um imóvel de grandes dimensões, destinado a um hotel, embora nunca tenha sido concluído, nem habitado nos anos seguintes..” (Mangorrinha, 1996, p. 22, 23). Este projecto viria a não se concretizar por desistência do Visconde **[Ilustração 17]**.



Ilustração 17 - "Casa da Gandarinha, Sintra", (<http://www.sintraemruinas.blogspot.com>)

No ano 1882, mesmo ano do falecimento da sua mãe, recebeu e aceitou o convite para dirigir as obras das termas de Felgueira, concelho de Nelas. As termas estavam a iniciar a sua atividade, sob o impulso da Companhia de Águas da Felgueira, que contratou Berquó para “ [...] desenvolver e dirigir os projetos e trabalhos conducentes à construção de uma nova estância termal. Aqui, para além dos trabalhos preparatórios de sondagem e captação, ser-lhe-ia confiado o projeto para o estabelecimento balnear.” (Mangorrinha, 1996, p. 23)

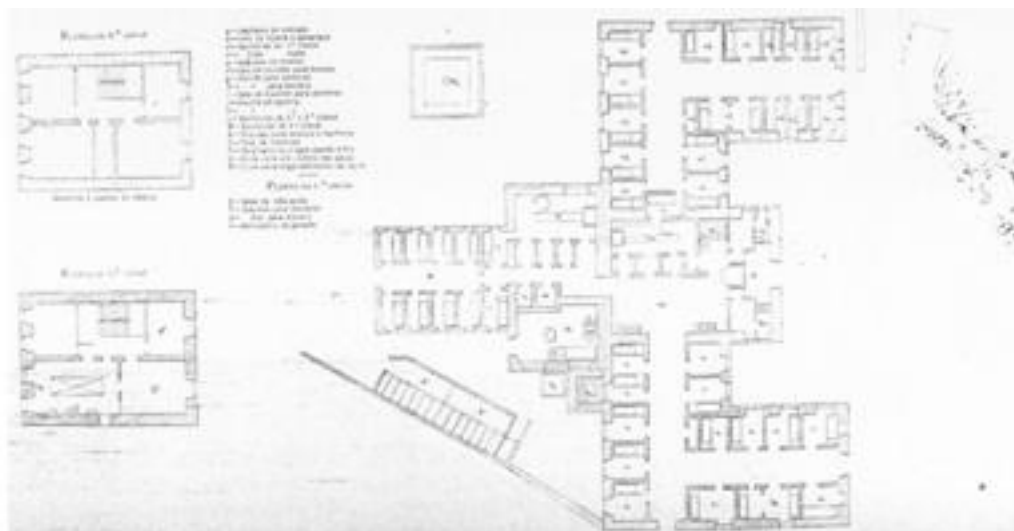
Para a realização deste projeto, Berquó deslocou-se a França para estudar as características dos balneários termais estrangeiros, e com esse conhecimento, projetou nas margens do rio Mondego o estabelecimento termal de Felgueira.

O edifício era composto por três elementos **[Ilustração 18 e 19]**, o central distribuía-se ao longo de três pisos, e os laterais de apenas um. O edifício disponha de corredores

---

<sup>33</sup> **Sebastião Pinto Leite** desenvolveu atividades comerciais em Portugal e Inglaterra. Recebeu de D. Luís I o título de Visconde de Gandarinha em 1879 e o de Conde de Penha Longa em 1886.

arejados com iluminação natural, refletindo preocupações de higiene e salubridade. Destaca-se o desenho dos vãos, e dos cunhais que vão surgir no edifício de estudo com alguma semelhança. As obras decorreram entre 1882 e 1887, tornando-se um dos melhores balneários termais de Portugal.



**Ilustração 18** - “Planta do Balneário Termal de Caldas de Felgueira”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1996, p.51)



**Ilustração 19** - “Balneário das Caldas da Felgueira”, Col. Património Histórico – Grupo de Estudos. (Mangorrinha, 1996, p.24)

Na sequência dos bons resultados apresentados nas termas de Felgueira, e após a aposentação do administrador do Hospital Termal caldense Francisco Pimentel, foi em 1888 proposto para ocupar o cargo, na altura em que se impunha a necessidade de uma atualização do balneário termal caldense.

O arquiteto perfilava-se como a pessoa ideal para o cargo de administrador do Hospital Termal caldense, uma vez que, para além de ter conhecimento da vila das Caldas, sendo sócio do Clube de Recreio desde 1873, tinha já o conhecimento e



experiência adquiridos pelo projeto e direção técnica das obras de exploração das termas de Felgueira, assim como por razões políticas. Ver: (Mangorrinha, 1996, p. 24)

### 3.3.2. INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS

As obras de Berquó refletem as influências resultantes das edificações que acompanhou, onde se destacam a direção de obras nas casas de veraneio da linha de Cascais, assim como refletir os conhecimentos adquiridos nas visitas que efetuou aos balneários termais estrangeiros, nomeadamente em França, como já foi referido anteriormente.

O estilo Luís XIII<sup>34</sup>, presente no traçado do palácio do duque de Loulé, da qual Berquó foi diretor de obra como referido anteriormente no ponto 3.3.1, constituiu como é visível uma grande influência estética nas obras de Berquó. Esta corrente estilística tem no castelo de Clermont [**Ilustração 20**], e no palácio de Luxemburgo [**Ilustração 21**], ambos em França, os maiores exemplares deste estilo arquitetónico.

O Castelo de Clermont, em França, construído entre 1643 e 1649, caracteriza-se por uma abordagem dos estilos renascentista e barroco. O tijolo encarnado e a pedra branca que compõe a cantaria das fenestraçãoes de dimensões irregulares, a utilização de mansardas, janelas retangulares até ao teto, e óculos no piso das mansardas são algumas características deste estilo presente no edifício.

---

<sup>34</sup> O estilo Luís XIII, também denominado Henrique IV, uma vez que o estilo foi o mesmo durante o reinado destes dois reis franceses, foi uma corrente que recebeu influências dos artistas holandeses e flamengos, mas também de Itália e Espanha. Ainda que não seja considerado um estilo por falta de edifícios com estes atributos, caracterizou-se essencialmente no reinado de Luís XIII pela excessiva ornamentação de influência italo-castelhana. Esta corrente durou do fim do século XVI até meados do século XVII, altura em que surge em França o absolutismo de Luís XIV e conseqüentemente todo o fausto da arte barroca.



Ilustração 20 - "Castelo de Clermont, França", (<http://www.ouest-france.fr/le-cellier-un-musee-louis-de-funes-prevu-cet-ete-144046>)

Por sua vez o palácio de Luxemburgo, da autoria do arquiteto Salomon de Brosse<sup>35</sup> (1571-1626), que foi construído para a Rainha Maria de Médicis<sup>36</sup> (1575-1642), tornou-se celebre pelos pavilhões, pátios e os jardins. O palácio deve o seu nome por ter existido neste local um hotel, que a Rainha adquiriu, e onde posteriormente mandou edificar este palácio, que transformou em residência desde 1625, tendo as obras ficado concluídas em 1631. O edifício encontra-se envolto num jardim com 25 hectares, por onde se distribuem lagos, estatuas e espaços relvados. Entre 1845 e 1847, o edifício foi alvo de uma intervenção profunda da autoria de Alphonse de Gisors<sup>37</sup> (1796-1866), onde foi remodelada a fachada que se defronta para o jardim.

O edifício apresenta uma planta típica de um castelo francês, composto por um pátio quadrado, onde a entrada do edifício se encontra ladeada por duas alas de pavilhões. Assim como o edifício atrás descrito, também o Palácio de Luxemburgo é composto por pavilhões laterais, que se encontram salientes da zona central da fachada. Apresenta três pisos e um de mansardas, a fachada do edifício é toda em pedra, com um friso a marcar a limitação entre cada piso, e os vãos retangulares acompanham toda a dimensão do piso. As coberturas constituem-se nas laterais por uma maior verticalidade, nas quais se localizam as chaminés do edifício.

---

<sup>35</sup> **Salomon de Brosse** descendente de arquitetos conhecidos foi o mais importante arquiteto francês do século XVII. A partir de 1608 foi nomeado para o cargo de arquiteto da corte.

<sup>36</sup> **Maria de Médicis** foi rainha de França por casamento com o rei Henrique IV, o segundo do soberano. Após a morte deste foi regente do reino enquanto o seu filho Luís XIII foi menor.

<sup>37</sup> **Alphonse de Gisors** nascido no seio de uma família de arquitetos, fez a sua formação na escola superior de belas artes onde também ele se formou em arquitetura.



**Ilustração 21** - “Palácio de Luxemburgo, França”, (<https://www.flickr.com/photos/enrigp/4959809429/>)

Para além desta influência, de carácter essencialmente decorativo, disseminava-se pela Europa desde finais do século XVIII e durante o século XIX, os revivalismos que viriam a dar origem ao estilo Romântico, que se apresentavam como exaltação dos sentimentos. Numa época em que o sentimentalismo e o humanismo se sobreponham ao racionalismo e pensamento iluminista, assistia-se assim à transição de uma época racionalista para uma idealista e poética. As mudanças sociais incutidas pelas revoluções e políticas liberais, já referidas no ponto 3.1., eram o reflexo de uma sociedade guiada pelo sonho, virada para as capacidades do indivíduo e para o nacionalismo.

Um dos pontos mais relevantes desta época na arquitetura são as técnicas e métodos construtivos inovadores, com a incrementação do ferro e dos elementos cerâmicos nos edifícios. Um aspeto singular é o revestimento das fachadas dos edifícios com azulejo [**Ilustração 22**], Caldas da Rainha apresenta-se como um dos grandes centros desta corrente estética e decorativa, tanto na arquitetura como na cerâmica, onde o barro tomou a forma dos elementos naturalistas, marcando uma das faces da louça das Caldas.



Ilustração 22 - "Edifícios revestidos a azulejo, Caldas da Rainha", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

### 3.3.3. INTERVENÇÕES NAS CALDAS DA RAINHA

Se na Felgueira contribuiu para o surgimento e construção de uma nova estância termal, nas Caldas da Rainha, por seu turno, propôs-se dotar estas termas de infra-estruturas mais amplas e apropriadas a um termalismo moderno e competitivo, criando novos equipamentos, revitalizando outros e arrastando a vila para uma estratégia de conquista de novas classes de aqistas – gente abastada que procurasse nas termas fonte de rejuvenescimento e lugar de sociabilidade. (Mangorrinha, 1996, p. 27)

Chegado às Caldas a 5 de Novembro de 1888, presidiu no mesmo dia à primeira reunião como presidente da administração do Hospital Real das Caldas da Rainha. A primeira prioridade do novo administrador foi, a transformação do Passeio da Copa e das vinhas adjacentes num parque arborizado em que consistiam, o alargamento do passeio existente, a construção de um lago artificial, e a segurança, para a qual contribuiria a vedação e o policiamento. Segundo o arquiteto, neste parque seriam instalados diversos divertimentos, que distrairiam os frequentadores das águas termais assim como, seria um fator de concorrência relativamente às outras estâncias termais<sup>38</sup>. A realização deste parque marcaria o primeiro embate entre o novo administrador do Hospital Termal e a Câmara caldense, uma vez que os terrenos pretendidos para esta operação teriam de ser expropriados, e os mesmos eram pretendidos por dois requerentes que queriam os terrenos ao largo do Passeio da Copa, para criar uma urbanização. Contudo Rodrigo Berquó viria a concretizar a sua

---

<sup>38</sup> “ [...] Neste parque tenciono estabelecer diferentes jogos, tais como o lawn-ténis, croquet, jogo da bola, tiro à pistola, tiro à seter, passeios em velocípedes, etc. etc. estas diversões tomarão sem dúvida esta localidade muito mais aprazível aumentando necessariamente a concorrência.” (Mangorrinha, 2000, p.184)

intenção recorrendo a pareceres médicos que atestavam que a urbanização nestes terrenos iria afetar negativamente o balneário.

Apesar de conseguir levar a sua intenção de criar um parque naqueles terrenos, as obras não se realizaram tão rapidamente como o novo administrador desejava, uma vez que o processo de expropriação não se revelou fácil. À medida que as obras foram avançando, surgiram novos problemas como o abastecimento de água para o lago, que o arquiteto tinha inicialmente pensado encher com o remanescente das águas termais, mas esta viria a revelar-se insuficiente, tendo sido então canalizada água de uma nascente da mata para o interior do parque.

O traçado do parque [Ilustração 23], que aproveitou a parte existente do Passeio da Copa, aproximava-se do estilo Romântico<sup>39</sup>, que se difundia na Europa e assentava as suas bases no naturalismo e sentimentalismo, ao invés do traçado regrado do jardim barroco, patente no Passeio da Copa.



Ilustração 23 - "Planta do parque elaborada por Rodrigo Berquó". (Pinto, 2005, p.212)

Conjuntamente com as obras do parque, que ficaram concluídas em Junho de 1892, foram realizados melhoramentos no antigo Clube de Recreio, e erguido o Céu de Vidro, onde o arquiteto utilizou os novos materiais: ferro e vidro<sup>40</sup>, que constituem a cobertura desta galeria e lhe conferem uma atmosfera singular [Ilustração 24]. No

---

<sup>39</sup> O jardim inglês como também ficou conhecido o jardim romântico caracteriza-se pela combinação de elementos naturais com elementos construídos e o cultivo de espécies exóticas.

<sup>40</sup> Estes materiais passaram a ser utilizados com maior frequência a partir do meio do século XIX, reflexo dos avanços tecnológicos alcançados com a Revolução Industrial. Viriam consecutivamente a marcar um período na história da arquitetura, conhecida como Arquitetura do Ferro.

Céu de Vidro os candeeiros apresentam-se como elementos singulares, onde são exploradas as potencialidades decorativas do ferro, ao jeito das Arts and Crafts.



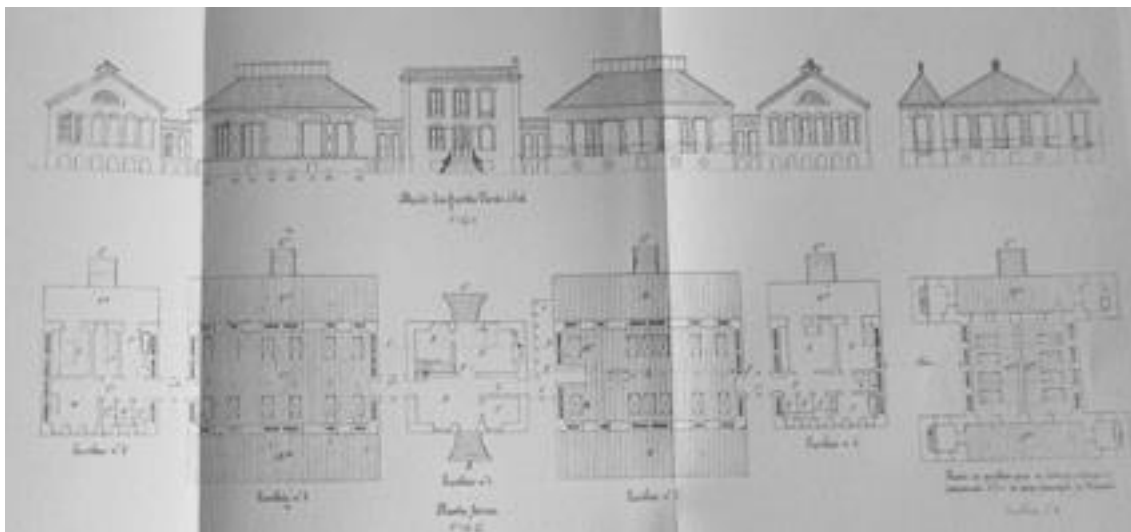
Ilustração 24 - "Atual Fachada e interior do conjunto edificado que compõe a galeria do Céu de Vidro," André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

A segunda prioridade para o novo administrador, era também um dos pontos referidos na reunião de 1884, referida anteriormente no ponto 3.2, prendia-se com a realocação do hospital civil de Santo Isidoro, anexa ao Hospital Termal. Ver: (Mário Tavares, 1993, p.236). Reflexo do crescimento demográfico da vila e da aceleração da urbanização, impunha-se a retirada do hospital civil para outro local afastado do balneário termal, atendendo a questões de salubridade, higiene, funcionalidade e estética.

O novo administrador pediu no entanto, um parecer aos médicos do balneário termal José Filipe de Andrade Rebelo e Luís António Pereira acerca desta problemática, que se mostraram concordantes com a realocação do hospital civil. Berquó realizou durante a época balnear de 1889 os estudos para o projeto do hospital de Santo Isidoro<sup>41</sup>, e simultaneamente para o edifício do novo Hospital D. Carlos I.

---

<sup>41</sup> Ainda que este edifício não seja o tema central desta dissertação, foi projetado na mesma altura e pelo mesmo arquiteto que o edifício de estudo, parecendo-nos por isso pertinente colocar a "Memoria Descritiva" deste edifício em anexo, de forma a melhor entender os pensamentos, prioridades e questões do arquiteto Rodrigo Berquó. Os projetos ao serem elaborados na mesma altura e em parte com a mesma finalidade devem na elaboração do projeto ter pontos de interligação.



**Ilustração 25** - "Projeto para o Hospital Civil de Santo Isidoro, nas Caldas da Rainha", Rodrigo Berquó. (Mangorrinha ; Serra, 1993, p.72)

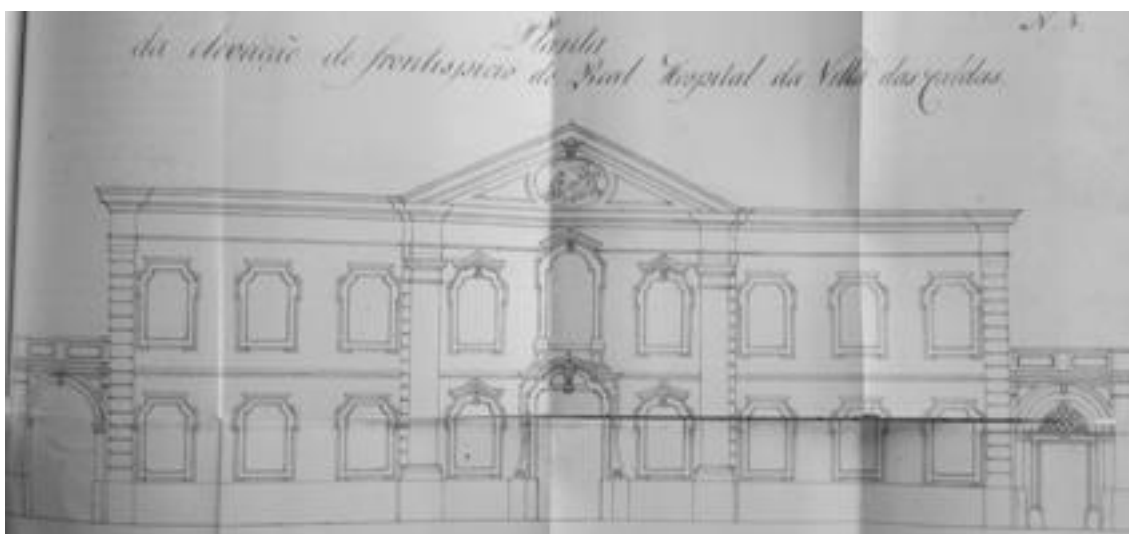
O novo hospital foi instalado fora do núcleo da vila, arquitetonicamente o edifício primou pela inovação, e atendia às questões de higiene e salubridade, “[...] o projecto em pavilhões, adoptado por Berquó, já era utilizado, desde o princípio do século, noutros países europeus, constituindo este uma das primeiras realizações no nosso país.” (Mangorrinha, 1996, p. 56) **[Ilustração 25]**

O novo hospital civil utilizou os materiais correntes dos edifícios românticos como o tijolo e o ferro. Berquó impôs algumas alterações ao projeto inicial, provavelmente motivadas pela viagem que o arquiteto fez a França em 1890. Ver: (Jorge Mangorrinha, 1999, p.16) A inauguração do novo hospital de Santo Isidoro aconteceu no dia 19 de Março de 1893, o edifício sofreu alterações recentes **[Ilustração 26]**.



**Ilustração 26** - “Edifício do Hospital de Santo Isidoro, atual biblioteca da Escola Superior de Arte e Design – Caldas da Rainha”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Nesta sequência de obras, em 1894 iniciaram-se as obras de ampliação do Hospital Termal, acrescentando-se mais um piso no edifício setecentista, mantendo no entanto, as características e o traçado do edifício existente. Berquó efetuou o levantamento do edifício existente, antes de acrescentar o segundo piso [Ilustração 27]. Esta obra justificava-se com a exclusividade do edifício termal para aplicações hidroterapêuticas, conseguindo através da construção de mais um piso, a aplicação das novas técnicas e métodos desenvolvidos pela medicina, permitindo um conjunto mais alargado de aplicações terapêuticas, que atrairia novos públicos.



**Ilustração 27** - "Planta da elevação do frontispício do Real Hospital da Vila das Caldas", Rodrigo Berquó. (Arquivo do Museu do Hospital e das Caldas)

Para além da construção de mais um piso mantendo a traçado anterior das fachadas, foi prevista a instalação de novas salas para banhos de tinas e para inalações e pulverizações. Entre o final de 1893 e o novo ano, foi colocado o pavimento do piso a levantar, enquanto a instalação das novas salas foi executada para funcionarem em 1894. (...) No exterior, Berquó limitou-se a manter o desenho da fachada setecentista, transpondo para o novo piso todos os símbolos pré-existent. (Mangorrinha, 1996, p.59). [Ilustração 28]





**Ilustração 28** - “Frontaria do Hospital Termal com a ampliação do terceiro piso (atual)”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Durante a sua passagem pelas Caldas da Rainha, Berquó desempenhou um papel ativo no desenvolvimento urbano da cidade, tendo inclusive entrado na vida política sendo eleito presidente da Câmara em 1890, acumulando o cargo simultaneamente com o de administrador do Hospital Termal. “[...] a sua acção á frente da Câmara teria algumas importantes repercussões no campo urbanístico, apesar da sua curta permanência no cargo. Berquó criou normas administrativas, de modo a ele próprio controlar o desenvolvimento construtivo.” (Mangorrinha, 1996, p. 24, 25)

Um dos braços de ferro entre o novo administrador e a Câmara era a questão do matadouro “[...] Estando o velho matadouro a funcionar em casas pertencentes ao Hospital, que já apresentavam condições pouco próprias para o bom funcionamento, constituíam um obstáculo mais à expansão do complexo termal que Berquó prosseguia concretizar”. (Mangorrinha, 2000, p.90) Após conseguir autorização para a construção de um matadouro municipal, executou em finais de 1891 o projeto para o edifício que viria a ser construído no ano seguinte. Ver: (Serra, 2003, p. 388) Presentemente o edifício alberga o centro de juventude. **[Ilustração 29]**



**Ilustração 29** - “Edifício do Matadouro Municipal, atual Centro da Juventude”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Foi também responsável pelo traçado da habitação do Dr. Luís António Pereira, que desempenhava as funções de cirurgião no hospital. “ [...] Construída a meio da Rua do Sacramento, esta casa pelas suas dimensões e equilíbrio espelha a condição do seu proprietário e o cuidado do seu projetista, mantendo hoje ainda a sua traça primitiva.” (Mangorrinha, 1996, p.27) **[Ilustração 30]**



**Ilustração 30** - “Prédio localizado na Rua do Sacramento da autoria de Rodrigo Berquó”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Como se verifica pelas obras que o arquiteto executou ao longo da sua carreira, nomeadamente em Caldas da Rainha, constata-se que o arquiteto tem presente nos seus projetos, preocupações de higiene e salubridade, conjugando materiais e elementos decorativos contemporâneos adequando cada edifício à sua função.

### 3.4. PAVILHÕES DO PARQUE

#### 3.4.1. POÉTICA DO LUGAR

Para Vitruvius<sup>42</sup> existe um cuidado a ter na escolha do local para fundar as cidades, que deve atender a questões de salubridade e ao clima, mas também os edifícios tem posicionamentos e localizações próprias, “ [...] distribuídas as vielas e dispostas as praças, há que proceder, de acordo com a utilidade pública e o interesse comum, à escolha das áreas para os templos sagrados, para o foro e restantes espaços comuns.” (Maciel, 2009, p. 53)

Exemplo desta organização territorial é a acrópole de Atenas<sup>43</sup>, um grande centro de templos que se enquadram perfeitamente na paisagem natural, dos quais se destaca o Pártenon<sup>44</sup>, dedicado à deusa grega Atena, construído para substituir um templo antigo, tornou-se o elemento principal de Atenas. Construído no século V a.C. é presentemente considerado um dos maiores monumentos culturais da história da humanidade. [Ilustração 31]

Ainda que não signifique que todos os espaços sejam criteriosamente fundados e desenvolvidos conforme as “normas de Vitruvius”, todos os espaços têm implícita uma organização, desenvolvida e sedimentada ao longo dos anos. Todos os espaços têm uma história que lhes confere uma identidade própria e tornam cada local um lugar singular. A identidade dos sítios é formada pela história, influências, e referências de uma sociedade ao longo dos tempos, sendo por isso um elemento em mutação que vai sendo alterado, mas que representa a génese e cultura daquele lugar e respetiva população.

---

<sup>42</sup> **Marcos Vitruvius Polião** viveu no século I a.C. foi arquiteto e deixou uma obra composta de dez volumes onde explora todas as vertentes da arquitetura, desde os princípios para a edificação de uma nova cidade, até as propriedades dos materiais.

<sup>43</sup> A Acrópole de Atenas foi a génese de uma cidade que aqui se formou pelas características defensivas que apresenta, erguida no cimo de uma montanha. Com o passar dos anos e o crescimento da cidade este local transformou-se em sede administrativa e religiosa, sendo a maioria das construções do período de Péricles.

<sup>44</sup> O Pártenon foi mandado construir por Péricles, um dos principais líderes democráticos de Atenas. O traçado pertence aos arquitetos Calícrates e Ictinos, sendo as esculturas da autoria de Fídias, o maior escultor da época, que inclusive esculpiu a estátua da deusa Atena Partenos, que se encontrava no interior do templo. Ao longo dos anos foi transformado numa igreja cristã, e posteriormente numa mesquita estas alterações conduziram a usurpação de elementos do edifício. Este acabaria por ser destruído em 1687, ao ser atacado com uma munição de canhão, que destruiu a estrutura interna, o telhado e algumas colunas tendo sido posteriormente reconstruído em 1975, sendo reconstruído algumas partes que não retiraram com essa intervenção autenticidade ao edifício.



Ilustração 31 - “Vista sobre o Pártenon”, F. Bandarin. (UNESCO, 2004)

Essa relação entre o lugar e a história resulta na expressão utilizada por Christian Norberg-Schulz<sup>45</sup> (1926-2000), e Aldo Rossi<sup>46</sup> (1931-1997) “genius loci” – espírito do lugar. Nesse conceito estão implícitas as memórias passadas que conferem ao espaço um significado próprio, construído pelo sítio e pelas marcas do tempo. O lugar é assim o resultado de uma combinação de fatores, e compete ao arquiteto compreender o sítio na sua plenitude, de modo a que o edifício que propõe se integre na topografia do lugar, se identifique com a cultura onde vai ser inserido, e cumpra a função a que se destina.

No caso da cidade de Caldas da Rainha, a sua origem, história e desenvolvimento estão intimamente ligados à água termal e a esta temática. As águas originaram o Hospital Termal e este sustentou o desenvolvimento da vila em seu redor. “ [...] Em termos urbanos, o balneário é o elemento inicial da estrutura edificada. É deste ponto que irradiam ruas, casas, espaços intersticiais, numa teia que se constrói e se dispõe em função dessa origem.” (Mangorinha, 2000, p.154)

A partir do foco inicial a mancha construída foi-se alastrando em torno do hospital consoante as necessidades da instituição, da população residente, dos aquistas e das exigências da ciência.

---

<sup>45</sup> **Christian Norberg-Schulz** formou-se em arquitetura no Instituto Politécnico de Zurique. Escreveu livros sobre a história da arquitetura e preocupou-se em particular com as questões do lugar, onde se salienta a sua obra *Genius Loci, Towards a phenomenology of architecture*, 1979.

<sup>46</sup> **Aldo Rossi** foi um arquiteto e teórico que explorou a temática do espírito do lugar tendo escrito sobre o tema o livro *Arquitetura da Cidade*, 1996.

Como já foi referido no ponto 2.4., no início de oitocentos foi criada uma zona para recreio dos frequentadores do Hospital Termal, o jardim do Passeio da Copa, dotado de uma beleza assinalável, como aparece descrito por Ramalho Ortigão e por Júlio Machado nas citações seguintes.

A villa é em extremo pitoresca e tem lindíssimos subúrbios. Fica situada n'um extenso valle, recostado a um monte que olha para o poente e de cuja elevação se desfructa um panorama de sete léguas de extensão, abrangendo o mar  
Há dois passeios lindíssimos: o da Copa, onde os doentes passeiam ordinariamente as águas à sombra de velhos plátanos e faias seculares, e o da Matta, que é ao fim da tarde o lugar aprasado ao encontro de todos os banhistas (Ortigão, 2010, p. 85, 86)

Caldas da Rainha é inquestionavelmente uma linda vila: grave, vistosa, enfeitada. O passeio é cem vezes mais bonito que o de Lisboa: chamo um passeio ser bonito, ter mais árvores e muita água; isto é – muita frescura e muita sombra (Tavares, 1988, p.)

A atmosfera aqui presente, terá sido o ponto de partida para a intenção do arquitecto e administrador Rodrigo Berquó, em transformar o passeio num parque arborizado. Desta pretensão não deve estar dissociada a intenção do administrador, que pretendia tornar as termas caldenses uma referência para o país e europa, de erguer um novo estabelecimento termal no interior do Parque D. Carlos I, como veio a suceder.

Segundo Jorge Mangorrinha, Berquó terá durante a administração das termas de Felgueira, ido em visita de estudo aos Pirinéos Orientais onde possivelmente visitou as termas francesas de Le Boulon, Vernet Les Bains e La Preste Les Bains. Ver; (Jorge Mangorrinha, 1999, p.12). Já como administrador do Hospital Termal das Caldas da Rainha, deslocou-se à cidade francesa de Vichy em Abril de 1890. Nesta época era vulgar construir-se os balnearios termais e hotéis no interior de zonas arborizadas, como o parque termal de Vichy [**Ilustração 32**], assim sendo, o parque D. Carlos I figurava como o cenário ideal para esta pretensão de Rodrigo Berquó.



Ilustração 32 - "Vista aérea sobre a zona termal de Vichy, França", (Bing Maps, 2014)

Estas viagens permitiram ao arquiteto tomar conhecimento das necessidades de um estabelecimento termal, uma vez que as estâncias termais francesas foram alvo de melhoramentos e actualizações durante o século XIX, constituindo por isso uma importante referência para o administrador do balneário caldense. O arquiteto realizou diversos planos para o novo Hospital Termal das Caldas da Rainha, antes e depois da viagem a Vichy, notando-se algumas alterações significativas entre os vários estudos. Os estudos serão analisados detalhadamente no ponto seguinte.

### 3.4.2. ESTUDOS E COMPOSIÇÃO FORMAL

O primeiro projecto dos Pavilhões do Parque foi desenvolvido durante o ano de 1890, embora talvez se tenha iniciado ainda no ano anterior. Muito provavelmente, a viagem de Rodrigo Berquó a França, em Abril de 1890, deu-lhe novas ideias, podendo ser essa a causa que o levou a elaborar uma segunda versão. (Mangorrinha, 1999, p.16)

#### Forças do lugar

" [...] A explicação da forma deve surgir da sua utilização, e quando isto é legível, considero o melhor dos elogios. (...) o lugar, a utilização e a forma. A forma remete para o lugar, o lugar é este e a utilização é esta." (Zumthor, 2006, p. 69)

A forma é o reflexo da conjugação de vários factores como as forças do lugar, resposta ao terreno, conceito do projeto, função, entre outros. Segundo Geoffrey Baker, (1998, p.4) "edifícios se relacionam com seu entorno da maneira mais positiva, levando em conta factores tais como a vista, a posição do sol ou a proximidade de uma via." No caso do projecto para o novo Hospital Termal das Caldas da Rainha,

Rodrigo Berquó, teve em conta diversos factores que condicionaram a implantação da sua proposta [Ilustração 33]. Ao ser um edifício para alojamento dos utentes termais, não se podia distanciar muito deste, assim como o Parque D. Carlos I projectado pelo mesmo arquitecto, pela beleza natural e pelas influências das estâncias termais estrangeiras, devia ter já implícita a intenção de ver surgir uma edificação deste tipo no seu interior. A intenção de aproveitar o edifício da Convalescença, que à época já não tinha essa função<sup>47</sup>, surge da excelente posição que o edifício ocupava no Largo da Copa, assim estavam reunidas todas as condições para aqui surgir o novo edifício termal. Ver ponto 3.3.2. da presente dissertação.

A ligação com a paisagem envolvente não foi descurada neste projecto. O facto de estar integrado num grande parque confere-lhe, simultaneamente, uma outra dimensão e uma maior carga romântica, e fornece importância ao próprio desenho do Parque. Atingindo uma altura considerável, será dele que se obterá a melhor perspectiva (aérea) de toda a área ajardinada e, simultaneamente, do contorno do lago (Mangorrinha, 1999, p.29)



Ilustração 33 - "Forças do Lugar – Hospital Termal e parque D. Carlos I", André Barros. (Ilustração nossa, 2014, p.)

### Entrada do novo edifício

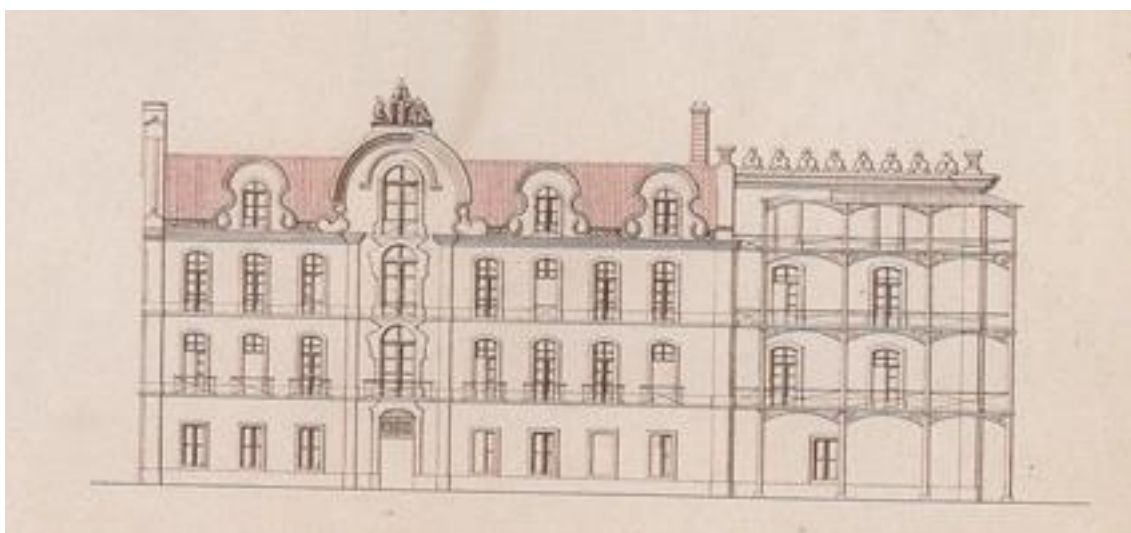
O projecto do novo hospital integrava a remodelação da Casa da Convalescença, pelo que uma ligação coberta entre este edifício e o estabelecimento balnear se justificava como meio de tornar possível a circulação comoda dos aquistas entre o local de tratamentos e o seu alojamento. (Mangorrinha, 1999, p.17)

---

<sup>47</sup> “ [...] Foi projectada no seculo XVIII mas só teve a sua plena concretização no seculo seguinte, sendo inaugurada em 1855 com a novidade de ter uma passagem aérea e coberta, em comunicação com o estabelecimento balnear. Até esta data, funcionou como Hospital dos Inválidos. No final do seculo, já não servia predominantemente essa função, na medida em que surge denominada como a “antiga convalescença”. (Mangorrinha, 2000, p.161)

A entrada para o novo estabelecimento termal, era segundo a primeira proposta de Berquó, para se realizar pelo edifício existente da Casa da Convalescência. A adaptação deste edifício ao projeto apresentava-se como uma excelente solução para a entrada do novo edifício, uma vez que tirava partido da posição que este ocupava no Largo da Copa, e como já foi referido anteriormente, à época este edifício não funcionava como enfermaria de convalescência.

A remodelação do edifício da convalescência, previa a demolição e reconstrução de uma nova fachada para o Largo da Copa, que seria a fachada principal do novo hospital. A adaptação ao novo projeto proponha o acrescento de um piso, em concordância com o número de pisos do novo balneário termal, sendo o último de mansardas **[Ilustração 34]**.



**Ilustração 34** - "Alçada da frente principal", Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.45)

Como é perceptível pela "planta do rés-do-chão, planta de subterrâneo" **[Ilustração 35]**, o acesso ao novo estabelecimento termal era feito pelo interior da casa de Convalescência, que posteriormente, pela escadaria que se encontrava neste hall, dava acesso ao primeiro andar do edifício da convalescência, que correspondia ao rés-do-chão do novo edifício **[Ilustração 36]**. A ligação entre o edifício existente e o novo hospital, seria feita por meio de uma galeria em estrutura de ferro e vidro<sup>48</sup>. Pela mesma planta apercebemo-nos que estava também previsto nesta proposta uma entrada para o rés-do-chão do novo hospital pela Rua Nova.

---

<sup>48</sup> A estrutura metálica que iria fazer a ligação entre edifícios, assim como as obras no edifício da Convalescência nunca chegaram a ser feitas, acabando por ser demolido na década de 1930. Para o lugar deste foi projectado o edifício hoje existente denominado Balneário Novo que serviu para ampliar a oferta de serviços hidroterapêuticos. O projecto foi da autoria do arquitecto Álvaro Augusto Machado.



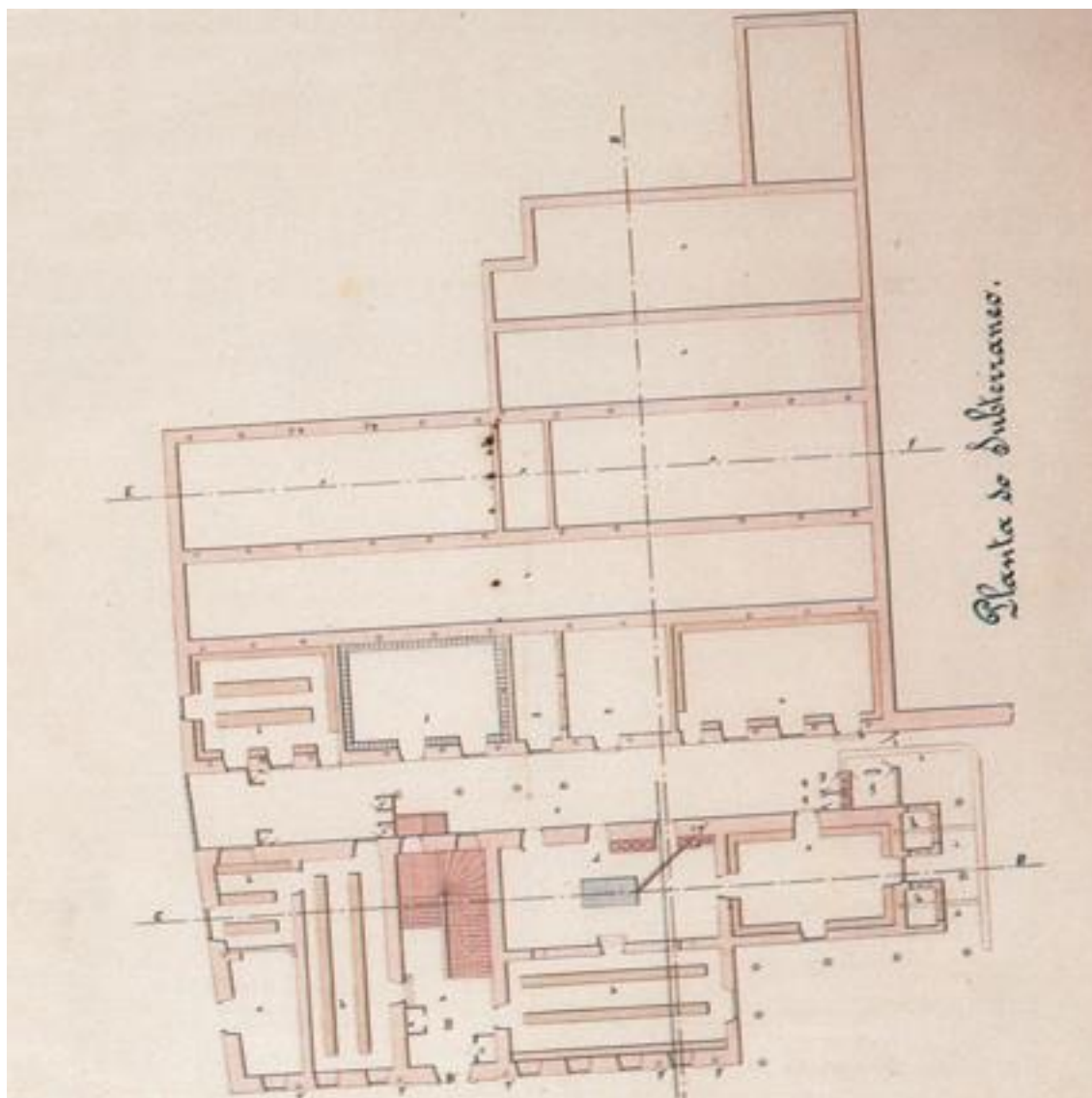


Ilustração 35 - "Planta do Rés-do-chão, Planta do Subterrâneo", Rodrigo Berquó. (Mangorinha, 1999, p.41)

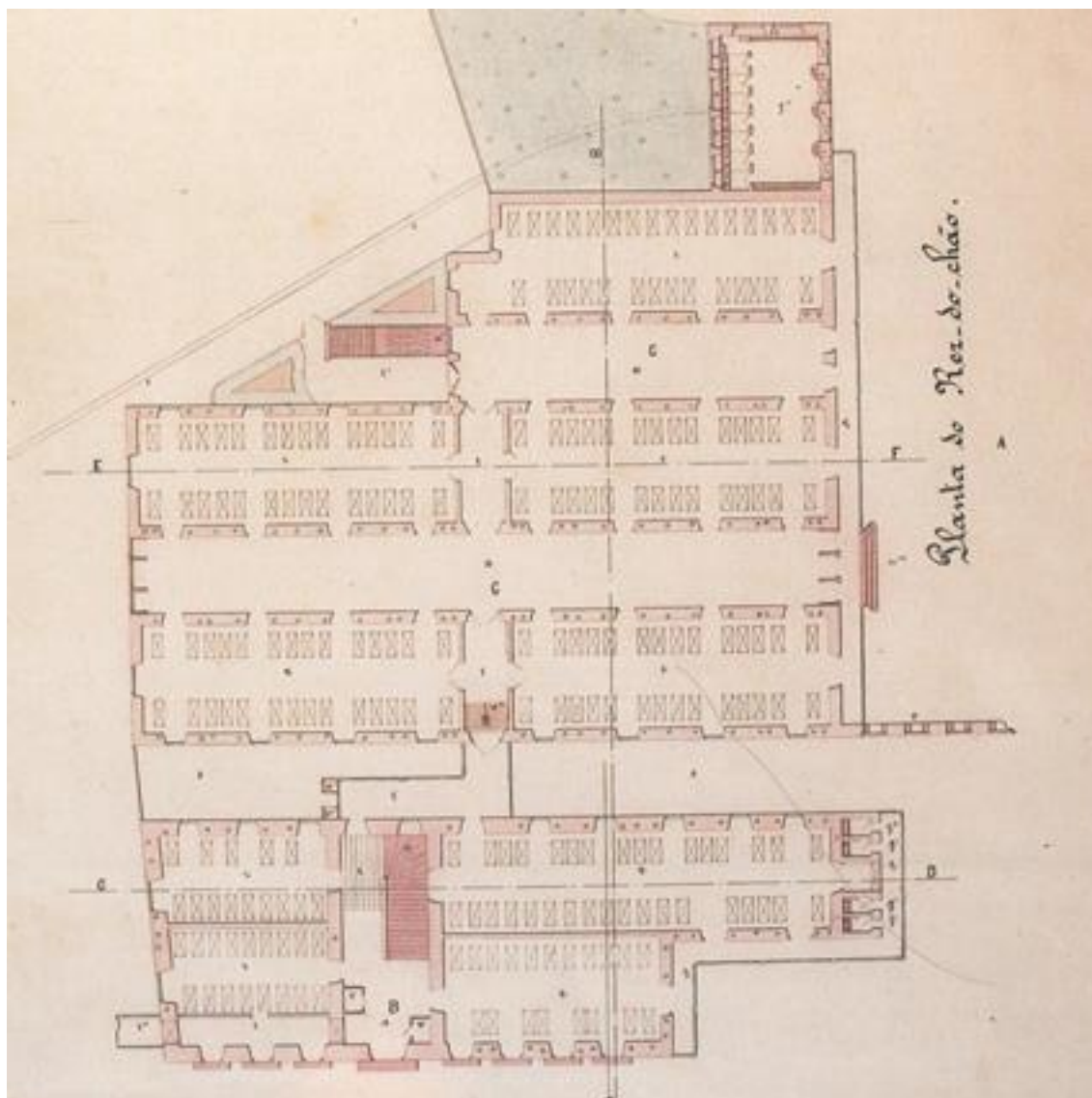


Ilustração 36 - "Planta do Primeiro andar, Planta do Rés-do-chão", Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.42)

## Resposta ao terreno

A relação de um edifício com o seu sítio é de importância capital e embora normalmente, e sob o ponto de vista da dimensão, o sítio predomine sobre o edifício, a verdade é que este embora pequeno, pode destruir totalmente aquele, quando o que seria de desejar era a obtenção de um equilíbrio harmónico entre os dois elementos em presença. (Távora, 2006, p.59)

A topografia do local foi um dos motivos que conduziu a reformulação do projeto desenhado por Berquó, como já foi referido existiram vários estudos para o edifício do Hospital Termal D. Carlos I, no primeiro estudo, como é visível pelo, alçado nascente [Ilustração 37], vislumbra-se que o edifício se adapta à topografia acidentada desta zona junto à Rua Nova. Pelo traçado da fachada poente, confrontante com o parque

[Ilustração 38], denota-se que o novo edifício se encontra elevado o equivalente a um piso, respetivamente ao edifício da Convalescença, adaptando neste alçado a topografia ao edifício.

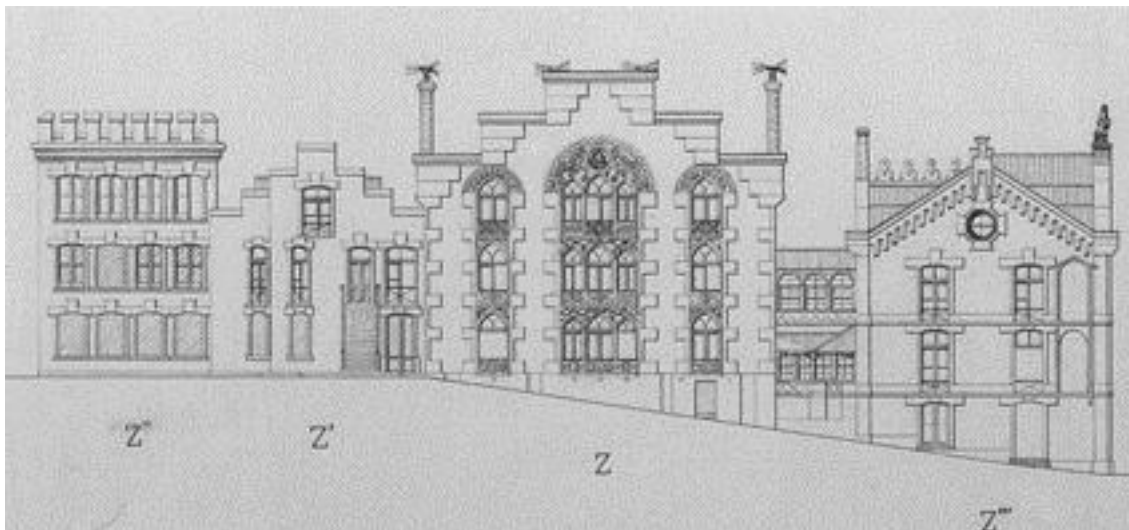


Ilustração 37 - "Alçado da frente lateral do Nascente", Rodrigo Berquó. (Jorge Mangorrinha, 1999, p.46)

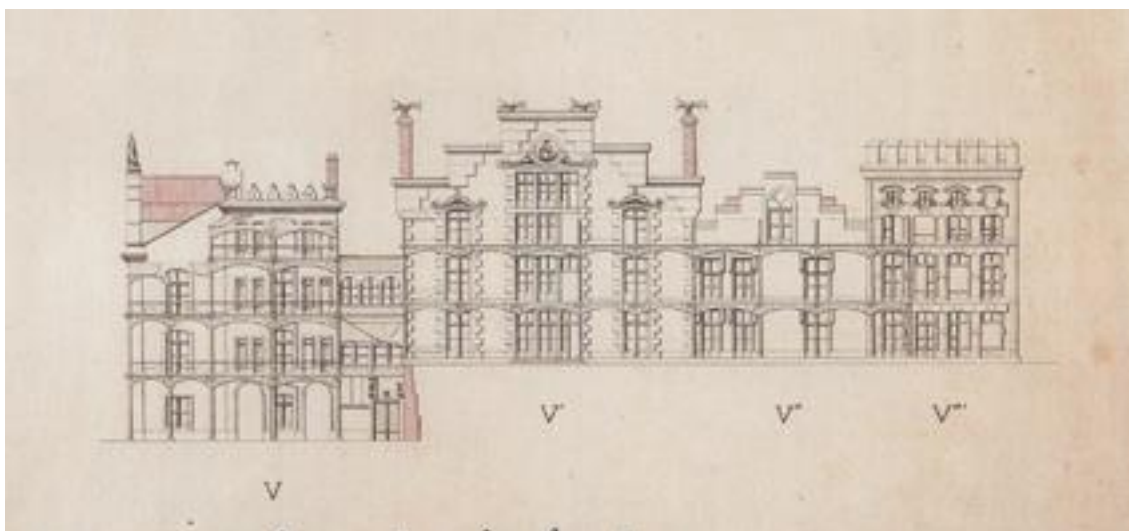


Ilustração 38 - "Alçado da frente lateral do Poente", Rodrigo Berquó. (Jorge Mangorrinha, 1999, p.47)

### Higiene e Salubridade

As plantas da primeira proposta demonstram espaços bastante amplos, destinados às enfermarias, com capacidade para albergar um grande número de enfermos, como é perceptível pelas plantas do edifício [Ilustração 35, 36, 39]. O alçado interior do novo hospital [Ilustração 41] demonstra no entanto que essa questão se encontrava resolvida, pelo número de fenestraçãoes projetadas, a ventilação natural do edifício estaria assegurada.

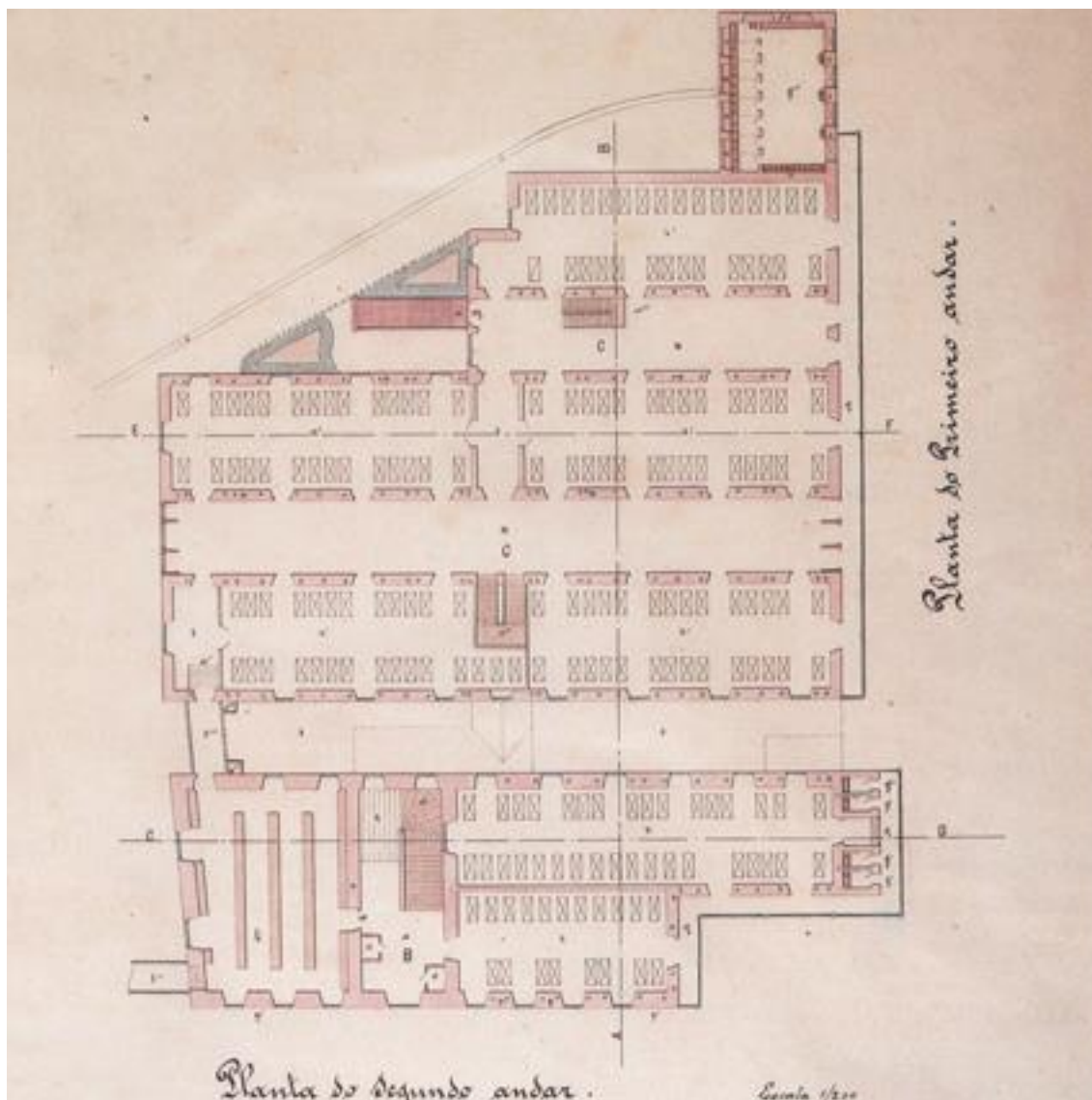


Ilustração 39 - "Planta do Segundo andar, Planta do Primeiro andar", Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.43)

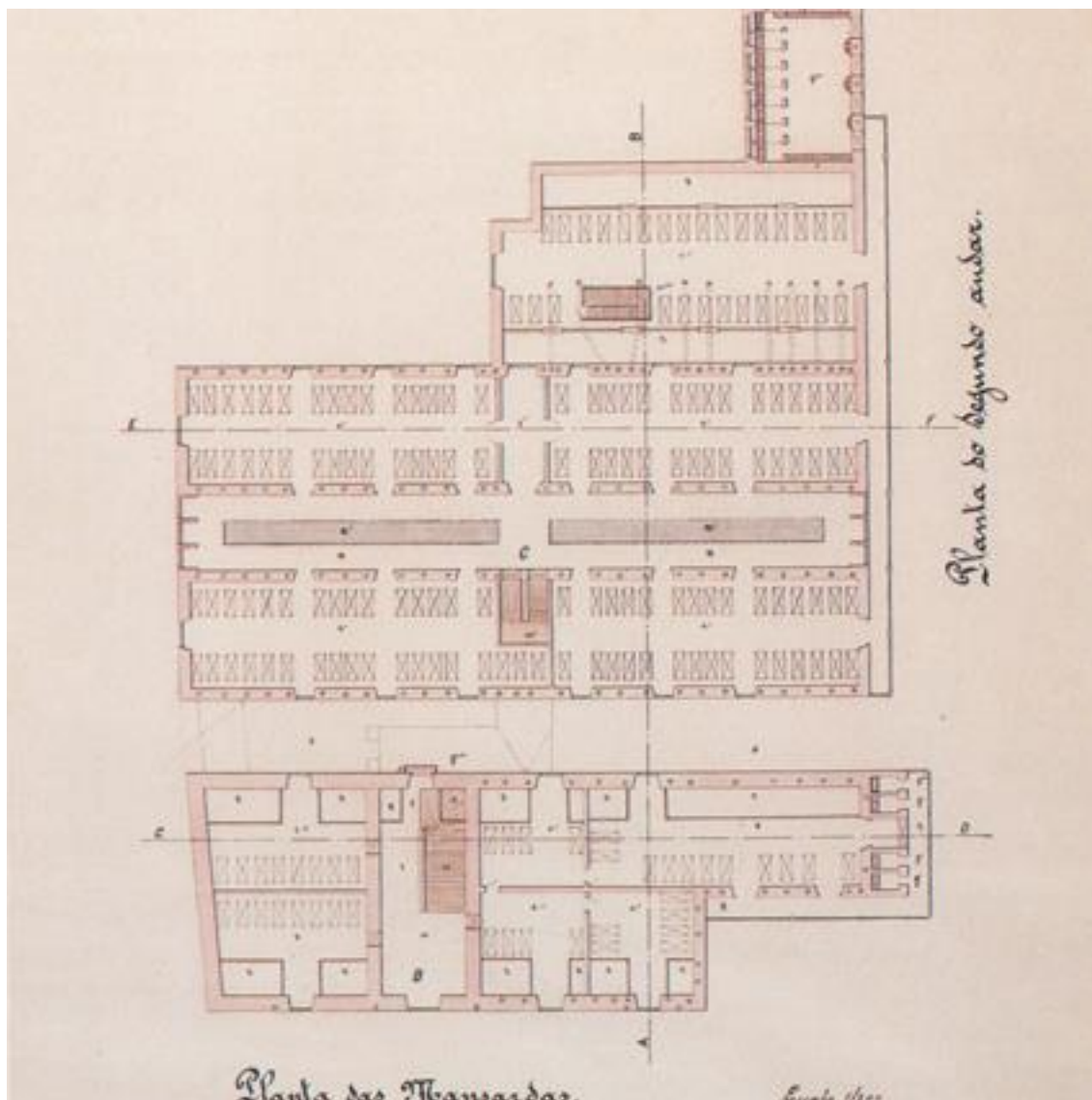


Ilustração 40 - "Planta das Mansardas, Planta do Segundo andar", Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.44)

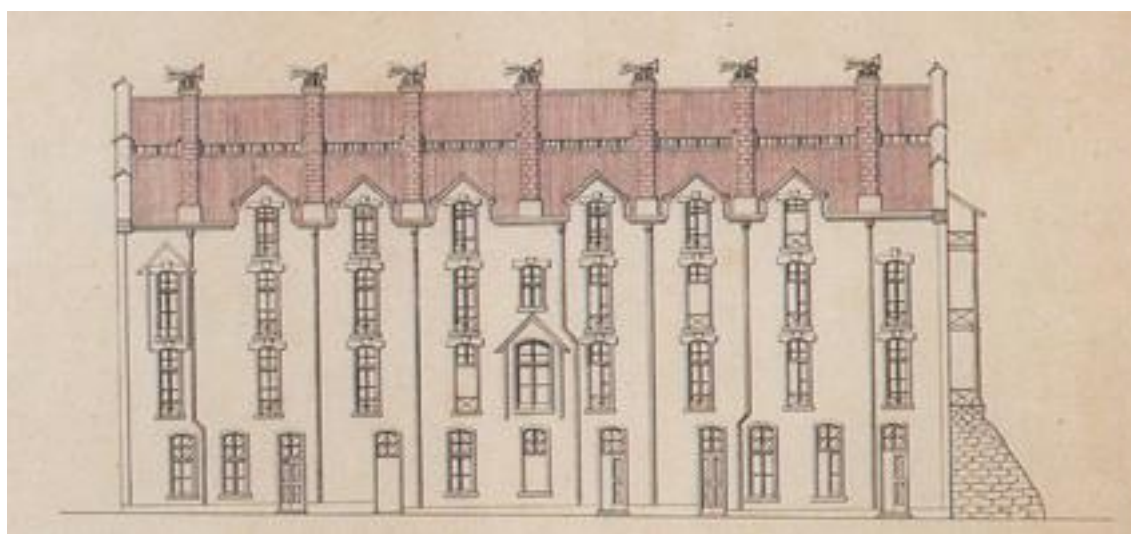


Ilustração 41 - "Alçado da frente interior sobre o pátio", Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.48)

## Proposta final

Como referido no ponto 3.4.1., após a deslocação de Rodrigo Berquó a França, onde terá contactado com outras concepções termais induziram-no a produzir uma nova versão do projeto para o Hospital D. Carlos I.

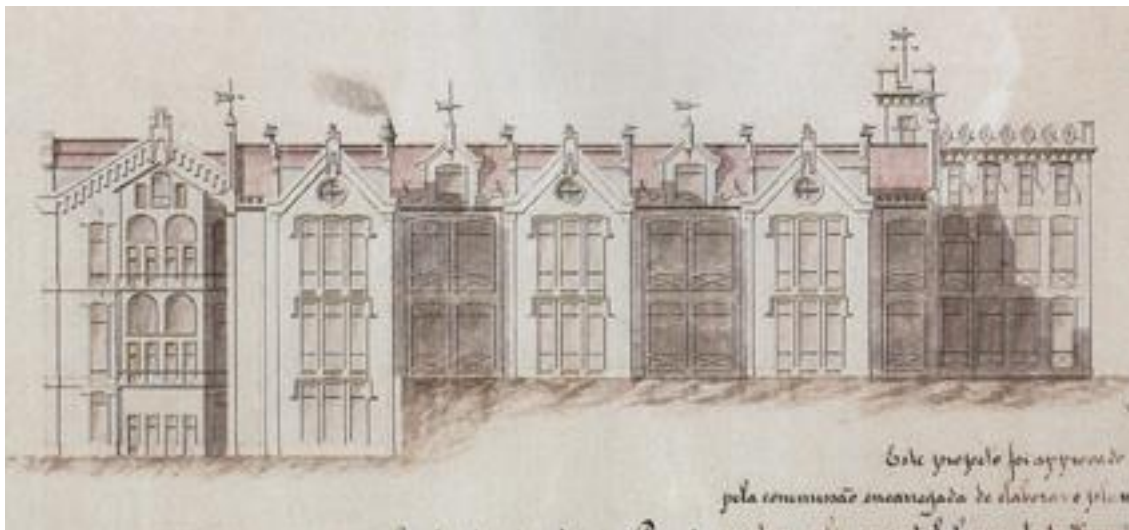
O edifício para o novo Hospital das Caldas veio ao encontro da conjuntura higiénica da época, com base num modelo de salubridade decorrente do progresso científico regenerador: a separação das células do modelo de distribuição pavilhonar em vez do modelo do Norte da Europa do tipo apalaçado. (...) O século XIX colocou novas exigências aos hospitais, defendidas pela medicina europeia e norte-americana que, para o internamento, definiam um novo modelo de estruturas hospitalares, dispostas em pavilhões isolados, de um só pavimento de enfermarias, formando grupos de salas. (...)

No novo Hospital das Caldas convergiu a programação funcional do hospital-barraca, no entanto, não foi cumprida a recomendação estabelecida, de se criar um edifício de um piso e de lhe adicionar mais pavilhões para uma maior lotação de doentes, pelo contrário o edifício ganha altura (três pisos e mansardas), já que os utentes destas enfermarias não eram portadores de doenças infecciosas. A sua implantação teve em conta, (...) a localização, bem orientada ao sol, isolado de outras construções e convenientemente inserido numa «zona sanitária» - o parque, que é o elemento fundamental para a convalescença e lazer. (Pinto ; Mangorrinha, 2005, p.170)

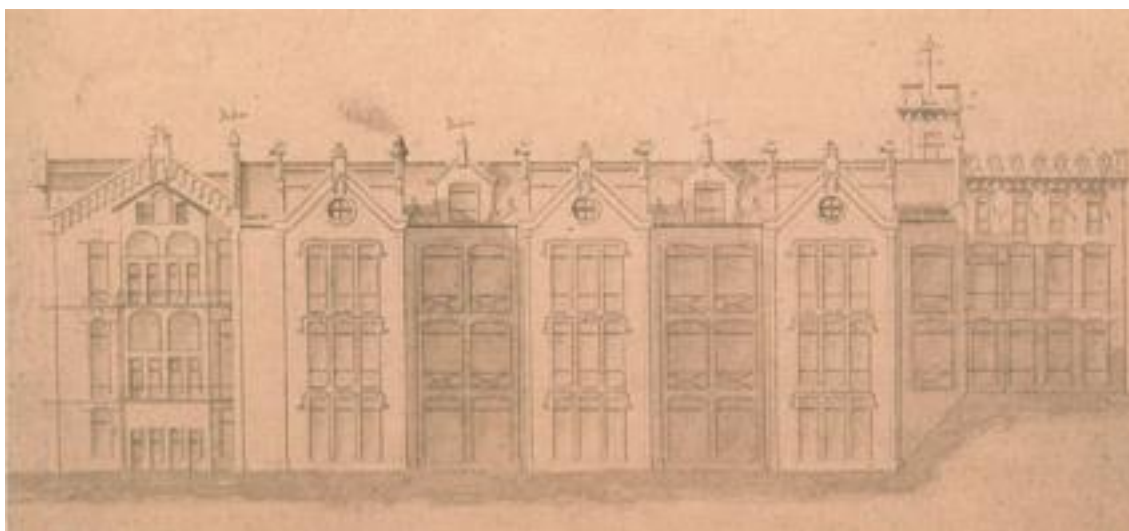
Ao longo dos estudos para o novo hospital são perceptíveis algumas modificações, para além das alterações formais, nota-se alguma preocupação com a salubridade e higiene dos espaços interiores. Enquanto no primeiro estudo, o edifício se componha de um aspeto mais compacto e com um pé direito mais reduzido, a versão construída demonstra uma evolução no espaçamento entre os corpos que compõem o edifício, permitindo a ventilação das alas que o compõem isoladamente. “ [...] O projecto definitivo e aprovado (...) mereceu elogios pelo «respeito à ventilação e cubagem, principais factores a atender nas construções hospitalares» ”. (Pinto ; Mangorrinha, 2005, p.171)

Nesta proposta para o edifício, apenas se registam alterações do ponto de vista formal e sobretudo nos alçados que confinam com o parque, existindo dois estudos sendo a **[Ilustração 42]** o desenho final aprovado, e a **[Ilustração 43]** a versão final do alçado poente que acabaria por ser construído, onde a topografia foi adaptada a este novo projeto que pretendia ter uma frente com ligação ao interior do parque. A fachada nascente **[Ilustração 44]** tomou também novos contornos, apresentando dois volumes similares aos da fachada poente, contudo perdeu a entrada prevista para esta fachada no primeiro projeto. É visível no corpo mais à esquerda a estação meteorológica que Berquó pretendia erguer. Ainda que não existam muitos dados para esta versão final

do novo edifício é perceptível que de alguma forma, este edifício continuava a interligar-se com o edifício da Convalescença, contudo não existem elementos desenhados que permitam confirmar esta teoria, já que na construção não se veio a realizar.



**Ilustração 42** - "Alçado final da frente do Poente aprovado", Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.53)



**Ilustração 43** - "Alçado da frente do Poente construído", Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.54)



**Ilustração 44** - “Alçado da frente do Nascente”, Rodrigo Berquó. (Mangorrinha, 1999, p.55)

A expressão ecléctica do conjunto da obra arquitectónica de Rodrigo Berquó enquadra-se no ambiente artístico da época onde prevaleceu um pluralismo de propostas. Na sua extrema singularidade, os Pavilhões do Parque são formalmente um exemplar raro da arquitectura hospitalar portuguesa de Oitocentos, apesar de se situarem na corrente de influência francesa dominante.

Estamos perante uma arquitectura romântica no sentido que a rodeia e revivalista nos gestos e soluções que a criaram. (Pinto ; Mangorrinha, 2005, p.171)

## **Construção**

Não deverá haver maior cuidado por parte do arquitecto que não seja o terem os edifícios correctos planeamentos de acordo com proporções reportadas a uma determinada parte. (...) a sua boa realização tenha em conta a natureza do lugar, seja no que respeita ao uso, seja no que respeita ao aspecto exterior, procedendo a ajustamentos através de alterações, diminuindo ou acrescentando proporcionalmente, de modo a transparecer que o edifício foi planeado devidamente, e nada foi deixado ao acaso, no que concerne ao resultado final. (Polião, 1996, p.226).

A construção dos Pavilhões do Parque levou a população a desconfiar desta pretensão de Berquó, uma vez que não queriam a construção de um novo hotel que viesse fazer concorrência durante a época balnear, onde tinha um rendimento extra albergando nas suas casas os turistas que se deslocavam à vila. A dar razão a esta desconfiança, está a forma como Berquó se referiu ao novo edifício numa comunicação que fez a 21 de Março de 1889, “Quando mandei perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se poderia elaborar o projeto para o novo Hospital Real, e para o futuro Hotel [...]” (Pinto ; Mangorrinha, 2005, p.168)

Apesar do projeto ser aprovado em 1892, e da primeira pedra lançada pelo rei Dom Carlos I, no mesmo dia em que inaugurou o Hospital Civil de Santo Isidoro, 19 de



Março de 1893, as obras do novo edifício apenas se iniciaram após o terminar da época balnear de 1894 [Ilustração 45]. Os trabalhos não se iniciaram com a celeridade pretendida, uma vez que a expropriação das casas que se encontravam junto ao local onde se pretendia erguer o novo edifício, se demonstrou complexo e demoroso. Ultrapassado este problema iniciaram-se as obras, beneficiando as Caldas da Rainha da crise no sector das obras públicas, recebendo por isso um contingente de homens para a execução desta obra.

A 28 de Junho, Berquó solicitou autorização ao Presidente da Câmara para fazer «escavações em degraus, entrando cerca de 2,00m. na calçada da Rua Nova», devido às características precárias do terreno (argiloso na parte superior e arenoso na inferior). A este ofício seguiu-se um outro, datado de 5 de Julho, informando a Câmara da necessidade de fazer uma vedação de protecção junto à escavação. (Mangorrinha, 1999, p. 18)



Ilustração 45 - "Construção do Hospital D. Carlos I (Pavilhões do Parque), cerca de 1893-94". (Aires-Barros, 2005, p.35)

O projecto erigido compõe-se de sete pavilhões, dos quais cinco se destinavam, no projecto a enfermarias e a uma galeria com 55 metros de comprimento por 9 de largura, comunicando com os cinco pavilhões referidos. O sétimo pavilhão, situado a sul no extremo da grande galeria e com acesso a esta por meio de passagens descobertas, destinar-se-ia a instalações sanitárias. Junto a este pavilhão, ficaria situada a torre para observatório meteorológico.

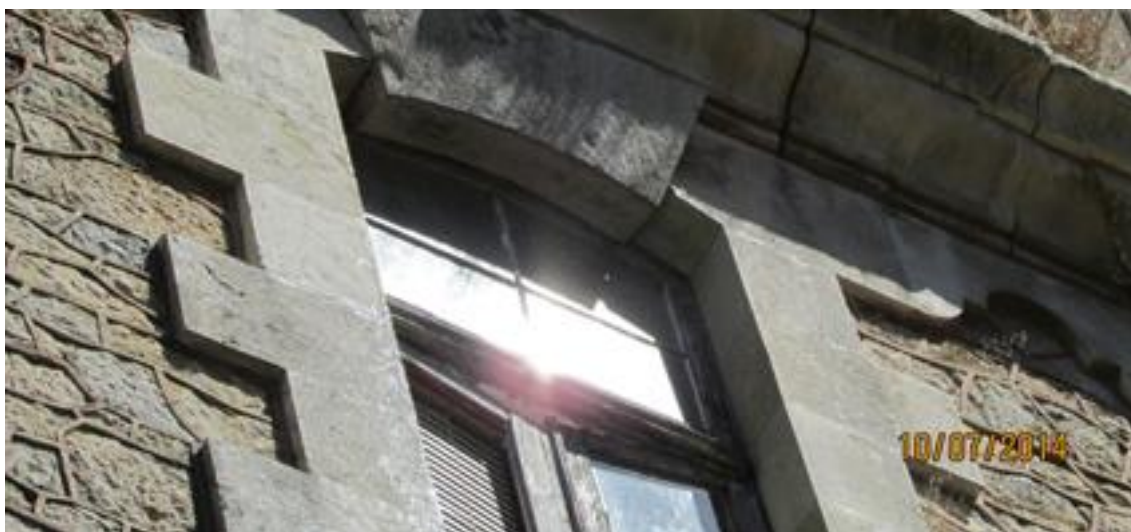
Em termos funcionais, o projecto aponta uma separação física das enfermarias com 9,50m. entre si, ficando esse espaço para ajardinamento. Esta separação permitiria uma renovação de ar directa e imediata de cada uma delas sem que houvesse comunicação de umas para as outras.

*«dos cinco pavilhões acima descritos, três serão de 1º e 2º andares e mansardas, dois terão caixa de ar, rez-do-chao, 1º andar e mansarda»* (Mangorrinha, 1996, p.60)

O novo hospital foi construído em tijolo e pedra, nas lajes foram incutidos materiais inovadores para a época, sendo estas compostas por vigas de ferro e elementos cerâmicas, que eram posteriormente revestidos com soalho de madeira.

A sua forma e textura, impares nesta cidade, contribuem decisivamente para o seu valor patrimonial. A sua superfície em pedra à vista é extraordinariamente importante para a sua autenticidade material e imagem de natureza histórica já que ela própria foi concebida para ser vista assim. A sua salvaguarda será essencial para o imóvel e a sua envolvente. (Mangorrinha, 2005, p.196)

As influências que Berquó recebeu das obras que acompanhou, são aqui impressas no projeto dos Pavilhões do Parque, as fenestrações tinham a dimensão do piso, possibilitando por isso uma grande entrada de iluminação e ventilação natural. O recorte das cantarias e dos cunhais aqui construídos são ao estilo de Luís XIII, similares às do palácio do Duque de Loulé, estando as pedras de cantaria colocadas em volta das fenestrações com tamanhos variáveis [**Ilustração 46**].



**Ilustração 46** - "Pormenor das Fenestrações dos Pavilhões do Parque", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Como é visível pela [**Ilustração 47**], a fachada tem uma grande dinâmica implícita pelo grande número de vãos, que é igual em todos os pisos, e culmina com uma mansarda no último piso.



Ilustração 47 - “Ritmo da fachada imposta pelos vãos”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

O novo hospital D. Carlos respondia à «moda» e estratégia termal deste tempo para equipar as estâncias com grandes hotéis localizados, muitos deles, no interior de zonas arborizadas. É uma arquitectura romântica no sentido que a rodeia e revivalista nos gestos e soluções que a criaram. A verticalidade da sua forma geral tem tradições no norte da europa. (...) neste projecto continua a estar patente uma grande preocupação com questões de higiene, através da abertura de um número considerável de vãos por forma a permitir um maior arejamento e iluminação natural. (Mangorrinha, 1996, p.63)

### 3.4.3. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Uma vez que não existem plantas desta versão final dos Pavilhões do Parque, ficamos pela descrição feita pelo arquiteto Jorge Mangorrinha em *Rodrigo Berquó Cantagalo 1839-1896 Arquitecto das Termas*<sup>49</sup>.

Daqueles três pavilhões um será dividido em dois compartimentos perfeitamente iguais e se destinam a albergar a qualquer hora do dia ou da noite os doentes pobres de ambos os sexos que antes da hora regulamentar não podem ser admitidos nas enfermarias.

Contíguos aqueles compartimentos ficam outros dois onde serão a cozinha e a despensa ligando a cozinha com o rez-do-chao da convalescença, onde ficam os refeitórios, por meio de passagem coberta.

O rez-do-chao de um dos três pavilhões referidos dividiu-se em três compartimentos, onde se instalaria a lavandaria. Outro destinava-se a depósito das roupas que os doentes pobres vestiam à sua entrada para o hospital, mas previamente lavadas e desinfectadas. Ainda outro seria destinado para quartos dos empregados da cozinha e do porteiro.

---

<sup>49</sup> O arquiteto Jorge Mangorrinha faz referência a uma “Memoria Descritiva”, que não conseguimos localizar, possivelmente este excerto que aqui reproduzimos da sua obra, será proveniente desse documento.

As enfermarias dos doentes do sexo masculino ficariam no primeiro andar de três dos cinco pavilhões indicados e no rez-do-chão dos dois restantes desses mesmos pavilhões ficarão as enfermarias do sexo feminino.

As mansardas daqueles três e a galeria central indicada servirão também para alojar doentes separadamente de ambos os sexos. Em cada enfermaria comunicável com a grande galeria central haverá 32 camas. Nessa galeria central estaria previsto 3 hectares de terreno contíguo ao parque D. Carlos e onde os doentes pudessem passear livremente e quando o tempo o permitisse. Essas faixas de terreno seriam separadas do Parque por meio de sebe viva (acácias, espinheiras e pilriteiros). (Mangorrinha, 1996, p.61)

### 3.5. SUSPENSÃO DO PROJETO

#### 3.5.1. MUDANÇA DE PRIORIDADES



Ilustração 48 - "Fronte Poente dos Pavilhões do Parque, após a interrupção das obras". (Mangorrinha, 1996, p.64)

O arquiteto e administrador Rodrigo Berquó foi vítima de doença cardíaca, tendo falecido prematuramente em Lisboa a 17 de Março de 1896, tinha o arquiteto 57 anos, deixando assim, inacabado o plano que tinha para transformar as Caldas da Rainha numa estância termal de excelência [Ilustração 48]. Neste seguimento foi designado o médico José Filipe de Andrade Rebelo novo administrador do Hospital Termal, que se inteirou do estado das obras que o seu antecessor promovera. Após o parecer do capitão de engenharia Basílio Alberto de Souza Pinto, que concluiu que apesar do estado avançado das obras, nomeadamente do novo Hospital D. Carlos I, faltaria ainda bastante, tanto em termos de execução de obra como financeiros, para terminar o edifício - que tinha já ultrapassado o orçamento estipulado.

Perante a problemática da falta de verbas, o novo administrador optou por concluir somente as obras de acrescento do Hospital Termal “O conselheiro José Filipe concluiu, de facto, uma das obras iniciadas pelo seu antecessor – o acrescentamento de um piso ao edifício do Hospital – mas a execução do restante plano de reformas foi na prática suspenso [...]”. (Santa Marta de Soure, 1993, p.35) Desta forma ficaram por construir o Observatório Meteorológico, não foi concluído o edifício isolado mais a sul, nem se fizeram as obras no edifício da convalescença.

A difícil condição económica da Instituição e a opção de fazer passar pela remodelação do estabelecimento balnear a reinstalação das enfermarias de internamento, foram condições que inviabilizaram qualquer possibilidade de finalização das obras do novo Hospital. A falta de apoio do Estado para este efeito, durante os anos seguintes, e supostamente o aparecimento de outras concepções de âmbito funcional e estético, terão deixado esse equipamento à sua eterna condição de edifício inacabado. (Mangorrinha, 1999, p. 24)

O Hospital Dom Carlos I, que era uma das grandes realizações da obra de Rodrigo Berquó, ficou assim interrompido “ [...] A utilidade a dar aos Pavilhões do Parque foi uma das questões que passou a colocar-se à administração do Hospital, após a sua decisão em não dar continuidade às obras” (Mangorrinha, 1999, p.23)

Se a morte de Berquó precipitou a paragem das obras que decorriam em torno da vertente termal, o início do século XX ficaria marcado por mais um período de instabilidade no país, que consecutivamente afetou o balneário termal. Nos primeiros anos de noventa ocorreram duas guerras mundiais e em Portugal viria a implementar-se a República a 5 de Outubro de 1910. Estas alterações políticas e sociais viriam a ter impacto no Hospital Termal, e suas dependências que revelaram neste período e posterior, alguma falta de atenção e cuidado por parte das entidades gestoras.

De 1903 a 1914, seguiu-se a administração de Augusto Cymbron, a quem coube o período de transição política, registando-se um conjunto de melhoramentos funcionais, de acordo com as tendências hidroterapêuticas mais modernas e as recomendações superiores. (...) O período Republicano caracterizou-se pela atribuição da gestão do Hospital a Comissões Administrativas. Contudo, durante a Primeira Republica, o Hospital não sofreu grandes melhoramentos nem alterações na sua estrutura de serviços, mas manteve índices elevados de frequência termal. (...) Passada a Primeira Republica, estas termas assistiram a uma decrescente frequência termal, devido sobretudo à inadaptação do Hospital à medicina quimioterápica e à especialização medica. (Mangorrinha, 2000, p.92, 93)

“ [...] O cosmopolitismo caldense continuou até meados do século, perdendo gradualmente alguns contornos de identidade ao mesmo tempo que a componente termal foi decrescendo de importância no contexto da ritualização da sociedade”. (Mangorrinha, 2000, p.240). No entanto reflexo das alterações e desenvolvimentos que a Vila foi sofrendo, sobretudo nos finais do século XIX, associado ao aumento populacional, culminaram em 1927 com a elevação das Caldas da Rainha à categoria de cidade.

### **3.5.2. CARIMBO DOS OCUPANTES**

Apesar do edifício referente ao novo Hospital Dom Carlos I nunca ter sido concluído, como demonstra a [Tabela 2], albergou ao longo dos anos diversas entidades, que naturalmente adaptaram o espaço às suas necessidades, inculcando-lhe alterações na sua composição formal e estética.

**Tabela 2** - Ocupantes dos Pavilhões do Parque.

| Ocupantes dos Pavilhões do Parque |                 |   |
|-----------------------------------|-----------------|---|
| Início da Ocupação                | Fim da Ocupação | Ocupante  |
| 1901                              | 1902            | Escola de Bóeres <sup>50</sup>                      |
| 26.05.1918                        | 08.09.1926      | Regimento de Infantaria Nº 5                        |
| 1920                              | 1920            | I Exposição Agrícola das Caldas <sup>51</sup>       |
|                                   | 2005            | Escola Técnica Empresarial do Oeste                 |
| 1924                              | ?               | Posto de turismo                                    |
| 1925                              | ?               | Primeira sede Gazeta das Caldas                     |
| 01.07.1927                        | Início de 1950  | Regimento de Infantaria Nº 5                        |
| Abril de 1962                     | 1969            | Biblioteca  |
| 1969                              | 1997            | Biblioteca Fixa nº 156 Fundação Calouste Gulbenkian |

Fonte: João B. Serra. (1995)

Para além destes utilizadores os Pavilhões foram utilizados por diversas associações, entre elas constam a liga dos antigos combatentes, artesãos das Caldas da Rainha e a associação de surdos do oeste. Contudo de todas as atividades que aqui se desenvolveram, a atividade que se estabeleceu durante mais tempo foi a de Biblioteca.

<sup>50</sup> Bóeres é a denominação dada aos sul-africanos refugiados da guerra anglo-bóer, após a celebração de paz com Inglaterra voltaram ao continente Africano. Ver: (João B. Serra, 2003, p.561)

<sup>51</sup> A exposição decorreu no parque D. Carlos I, tendo ocupado também parte dos Pavilhões

Alguns dos “habitantes” dos Pavilhões foram deixando a marca da sua presença nas paredes destes, e mesmo após a sua saída, estes carimbos continuam patentes na fachada do edifício [Ilustração 49].



Ilustração 49 - “Identificações deixadas nas paredes dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

### 3.5.3. REFLEXOS DO TEMPO

Atualmente, o conjunto de edifícios encontra-se em avançado estado de degradação derivada a sua não conclusão, assim como às marcas do tempo nele implícitas e expressas nas diversas patologias bem visíveis. O edifício que conta aproximadamente com 130 anos de existência, apesar de não ter sido concluído e por isso nunca ter servido para a sua função inicial pretendida por Berquó, como referido no ponto anterior, foi utilizado por algumas entidades. Contudo foram utilizações de carácter temporário, estando o edifício na maioria do tempo desocupado e sem função. Se é certo que os edifícios se degradam com o uso, é também verdade que a falta de uma função que lhes permita terem manutenção, os degrada igualmente. No ponto seguinte encontra-se desenvolvida uma análise às patologias do edifício.

Os pavilhões são hoje uma “imagem da cidade”<sup>52</sup> de Caldas da Rainha, ainda que a sua presença não seja imposta ao observador pela localização que ocupam, uma vez que apenas são visíveis das zonas envolventes a estes, adquirem pela escala e nobreza do edifício a conotação de um dos ícones da cidade [Ilustração 50, 51, 52, e 53].

---

<sup>52</sup> “A imagem da cidade”, Kevin Lynch, 2011. Nesta obra o urbanista identifica as circunstâncias que levam a tomar percepção de espaços marcantes, edifícios, elementos singulares ou conjuntos que permitem referenciar e conhecer os locais que habitamos e por onde passamos.



Segundo Kevin Lynch, (2011, p.82) “ [...]o uso de elementos marcantes implica o isolamento de algo de uma serie de possibilidades, a característica-chave destes é a originalidade, um aspeto que é memorável ou único num contexto .” Presentemente este ícone da cidade encontra-se integrado na malha edificada a nascente e simultaneamente na paisagem do parque D. Carlos I a poente. Os Pavilhões do Parque ao estarem inseridos no parque D. Carlos I, conjuntamente com a beleza natural do parque, transformam a ambiência e atmosfera do espaço onde se inserem, sendo por isso indissociável esta relação do edifício com o espaço circundante, requerendo esta ligação uma atenção cuidada sobre ambos.



**Ilustração 50** - “Fachada poente dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



**Ilustração 51** - “Parte da fachada norte dos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



Ilustração 52 - "Fachada nascente dos Pavilhões do Parque", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



Ilustração 53 - "Parte da fachada sul dos Pavilhões do Parque", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Como é perceptível pelas imagens, os Pavilhões do Parque assim como os edifícios em geral, estão sujeitos ao longo da sua vida a ações naturais que vão reagindo com os materiais do edifício, acelerando o seu envelhecimento e degradação. Para que os edifícios perdurem no tempo é necessário atenção e periodicamente executar uma manutenção. Os Pavilhões do Parque encontram-se bastante degradados por diversos fatores, como já foi referido anteriormente o edifício não foi concluído, daqui poderá advir algumas patologias, como infiltrações ou o mau condicionamento dos materiais ao ambiente a que estão expostos. As ocupações temporárias que foram tendo, também levaram a que lhe introduzissem alterações, que podem ter originado algumas patologias.

A reabilitação de edifícios, requer uma cuidada análise das patologias presentes no mesmo, de forma a concluir a melhor intervenção ou se o mais aconselhável é não

mexer no edifício. As patologias de um edifício devem ser analisadas segundo a [Tabela 3]:

Tabela 3 - Análise Patológica em Edifícios.

| Análise Patológica em Edifícios |                               |
|---------------------------------|-------------------------------|
| 1º - Avaliação Preliminar       | História da construção        |
|                                 | Inspeção Preliminar “in loco” |
|                                 | Medidas urgentes              |
| 2º - Avaliação Detalhada        | Inspeção detalhada            |
|                                 | Monitorização temporária      |
| 3º - Diagnostico                |                               |

Fonte: Maria de Fátima Lino Fragoso

As patologias dos materiais podem ser divididas em **Intrínsecas** – características dos materiais, e **Extrínsecas** provocados por processos físicos que nada tem a ver com os materiais. Consoante o local onde se encontra a patologia, esta pode ser classificada como **Estrutural** (estrutura e fundações) e **Não Estrutural** (efeitos da água).

Os Pavilhões do Parque apresentam já graves problemas patológicos, que colocam em risco a sustentabilidade do edifício, como são exemplo as pedras de fecho por cima de algumas janelas [Ilustração 54], a falta de fechamento em alguns vãos, corrosão de elementos metálicos, a vegetação parasita e a fratura de alguns troços do algeroz, assim como o revestimento das fachadas [Ilustração 55].

Apresentado em 1984, um diagnóstico da situação do Hospital Termal e seus anexos, intitulado Estudo e Proposta de Medidas para a Recuperação do Hospital Termal rainha Dona Leonor, alerta para as condições de segurança dos Pavilhões do Parque, relativamente à sua estabilidade, designadamente na existência de fissuração «nas paredes exteriores, as quais, devido à técnica construtiva utilizada, são a sua própria estrutura.» (...)

Estas patologias foram de novo diagnosticadas, em 1994, num estudo realizado pelo Departamento de Estruturas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a pedido do Centro Hospitalar. (Mangorrinha, 1999, p.33)



**Ilustração 54** – “Patologia estrutural nos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



**Ilustração 55** - “Patologia não estrutural nos Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



## 4. PATRIMÓNIO EM RUINA

“Em verdade há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defende-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas.”

TÁVORA, Fernando. (2006). Da Organização do Espaço. Porto : FAUP publicações. p. 58

#### 4.1. LINHA DE CONTINUIDADE

O desenvolvimento de uma cidade é feita por etapas passando por varias fases e formas até à forma como nos é apresentada. O presente é a soma da atividade dos antepassados que preservaram e desenvolveram o território e os edifícios consoante as necessidades, imposições e descobertas técnico-tecnológicas da ciência e dos modos de vida da sociedade.

Todos os momentos da história das Caldas se escreveram tendo como base as pedras do passado. Em quinhentos reconstruiu-se as ruínas existentes e levantou-se o primeiro Hospital Termal, que deu origem à vila. Em setecentos adequou-se o hospital às novas exigências da medicina edificando um novo hospital termal, e a vila ganhou novos contornos. Nos finais de oitocentos com o sonho de elevar as Caldas a destino termal de excelência ampliou-se o hospital e construíram-se os Pavilhões do Parque, que ficaram por concluir, no entanto são hoje uma imagem da cidade.

A preservação do património consiste na capacidade de recuperar e manter o que nos foi delegado, perpetuando estes marcos patrimoniais como referências de presente e futuro. No caso das Caldas da Rainha, mais que preocupação com um edifício em particular, ainda que em caso de recuperação cada edifício tenha de ser analisado separadamente, deve-se ter especial atenção para o centro histórico, que é a génese da cidade e onde se encontram a maioria dos edifícios patrimoniais, nesta circunstância a zona envolvente ao Hospital Termal.

Ainda que ao longo dos anos a cidade se tenha distanciado das suas raízes, e o termalismo não tenha hoje o peso de outros tempos, não devemos descorar as nossas origens e o que resta dessa história, devemos sim recuperar a dignidade do vasto património existente, adequando-o às necessidades do presente de modo a perpetuá-lo no tempo, para que um maior número de pessoas possa tomar contacto com estes marcos culturais.

Ainda que nos anos mais recentes se tenha assistido a uma nova preocupação com a cidade e a qualidade dos seus espaços, vislumbrando-se uma nova estratégia que volta a tentar aproximar a cidade das suas origens, com a criação de espaços ajardinados e arborizados, que permitem uma melhor imagem da cidade e uma melhor mobilidade para os peões, dos quais são exemplo as obras recentes incluídas num plano de reabilitação urbana **[Ilustração 56]**.



**Ilustração 56** - “Avenida na atualidade”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Também a zona circundante ao Hospital Termal foi intervencionada ao abrigo do Programa de Valorização das Estâncias Termais da Região Centro - PROVERE – com o intuito de qualificar a zona envolvente ao balneário termal **[Ilustração 57]**.



**Ilustração 57** - “Largo da Copa depois da intervenção do PROVERE”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

São importantes as intervenções realizadas na cidade e núcleo histórico, no entanto seria desejável que fossem mais abrangentes, devendo ser delimitada a zona tampão, importante para a preservação e caracterização da evolução da cidade, de modo a defender o melhor possível o centro histórico das perturbações a que esta sujeito quer pela massificação do tráfego automóvel, como por intervenções nos imóveis que se revelem inadequadas para manter a autenticidade desta zona da cidade.



É também de ter em conta que as intervenções exteriores não resolvem os problemas intrínsecos dos edifícios, é necessário ir a raiz do problema de modo a preservar e defender os edifícios patrimoniais das patologias provocado pelo tempo e pela falta, e má utilização dos mesmos. É necessário inventariar os edifícios existentes na zona histórica e fazer um levantamento de patologias dos mesmos, de modo a perceber se existe a necessidade, e qual o grau de urgência, de intervir nos diversos edifícios existentes nesta zona sensível da cidade, tão importante para manter a génese da mesma.

#### **4.1.1. PERSPETIVAS E DESENVOLVIMENTOS**

Em 1995, o centro Hospitalar elaborou uma proposta que visaria a criação de um equipamento «capaz de revitalizar para o turismo o complexo termal das Caldas da Rainha.» O projecto propõe instalar nos Pavilhões do Parque um hotel «vocacionado para o lazer, congressos e reuniões, e ainda saúde e manutenção de forma física pelas técnicas mais avançadas.» (...) Apesar do parecer favorável que recebeu das diversas entidades, a Camara Municipal não deu continuidade ao processo, ficando este sem efeito pratico (Mangorrinha, 1999, p.37)

Como referido no ponto anterior, tanto o PROVERE como as obras referentes à regeneração urbana, obras que decorreram recentemente e que ainda decorem respetivamente, deram à cidade caldense uma nova imagem e simultaneamente enaltecem as qualidades das Caldas da Rainha. Falta no entanto acautelar as questões referentes à preservação dos edifícios patrimoniais.

Para melhor compreensão, veracidade e enriquecimento deste estudo, foram realizadas algumas questões<sup>53</sup> relacionadas com o futuro e importância do termalismo e da cidade, num contexto de desenvolvimento e preservação do existente, colocadas aos presidentes do Centro Hospitalar Oeste e do Câmara Municipal das Caldas da Rainha, não obtendo resposta deste último.

Quando questionado a cerca do Hospital Termal ser o motivo de nascimento da vila e se encontrar, com problemas de infraestruturas e a recente intenção do Serviço Nacional de saúde que pretendia desintegrar este estabelecimento do seu polo, sendo por isso um património em risco o Dr. Carlos Manuel Ferreira de Sá quando questionado sobre o seu futuro, referiu “que na conjuntura e no modelo de administração atual, muito dificilmente se conseguirão reunir as condições necessárias a um investimento serio na recuperação do termalismo e em particular do Hospital

---

<sup>53</sup> As questões e respostas podem ser consultadas na íntegra em anexo

Termal das Caldas da Rainha. [...]”. Refere também que a solução pode passar pela “cedência do Hospital Termal e restante património, parece-nos que será um passo importante e que criara oportunidade para outras entidades ou agentes, consigam atuar de forma eficaz [...]”.

Sobre a importância do termalismo diz que “Se avaliar-mos a situação actual, por certo facilmente percebemos que a actividade termal deixou de ser determinante na vida da cidade. (...) trouxe consigo graves prejuízos a nível de algumas actividades económicas locais [...] “. No entanto refere que esta situação pode ser invertida, segundo o PENT<sup>54</sup> “as termas de Caldas da Rainha, como uma das que possuem potencial de desenvolvimento e crescimento [...]”.

Quando questionado da forma como vê o futuro da cidade, respondeu que “[...] dependerá evidentemente das linhas estratégicas que forem traçadas para a cidade em si, e da relação que esses objectivos conseguirem criar com toda uma conjuntura de desenvolvimento regional, e se quisermos até nacional “. Objectivos esses, que devem na sua ótica potenciarem as qualidades da cidade.

O futuro da cidade e dos edifícios que compõem o conjunto termal, onde esta incluído o edifício dos Pavilhões do Parque, conheceu nos últimos tempos novos desenvolvimentos. Sobre esta temática o semanário *Gazeta das Caldas* escreveu o seguinte:

#### **Governo já entregou à Câmara proposta de cedência das termas**

São 20 milhões de euros o montante que o município das Caldas terá de despende – durante 50 anos – para ficar com o património do Hospital Termal, que inclui a Mata e o Parque. A isso acresce um custo de utilização da água em função do seu consumo.

Esta a proposta do governo à Câmara das Caldas num documento, a que *Gazeta das Caldas* teve acesso, entregue no princípio da semana e que obriga à construção de um novo hospital termal, salvaguardando o actual edifício e o balneário para “o desenvolvimento de actividades turísticas e culturais a par da sua fruição pública em benefício da população residente e visitantes”.

Na mesma minuta o município compromete-se “a efectuar e concluir obras de recuperação e de adaptação” do Hospital Termal no valor de 2,57 milhões de euros e durante os primeiros três anos. Em contrapartida fica isento de pagamento de renda anual durante 25 anos, passando então a pagar uma renda que variará entre 120 a 200 mil euros por ano.

---

<sup>54</sup> Plano Estratégico Nacional de Turismo - PENT

Prevê-se que as actividades lúdicas no edifício do Hospital Termal após as obras destinadas à sua fruição cultural e turística, possam ser feitas em parceria com “qualquer entidade pública ou empresarial, sob a tutela do Ministério da Saúde”.

Quanto ao Parque D. Carlos I e à Mata Rainha D. Leonor, estes também ficarão cedidos por meio século à autarquia, obrigando-se esta a um investimento inicial de 9,7 milhões de euros em “obras de recuperação e adaptação dos imóveis” (Pavilhões do Parque e Casa da Cultura, entre outros) num prazo de cinco anos.

Também neste caso haverá um período de carência de 25 anos, mas a partir daí a Câmara terá de pagar entre 100 a 200 mil euros por ano ao Estado.

A proposta do governo exclui do património cedido o Museu José Malhoa e os edifícios e terrenos afectos ao Centro Hospitalar do Oeste (CHO).

#### A ÁGUA MINERAL “CALDAS DA RAINHA”

Numa minuta de contrato para a atribuição dos direitos de exploração da água mineral natural denominada “Caldas da Rainha”, o governo propõe que esta seja feita por um período inicial de 50 anos (prorrogável por 20 anos). Em contrapartida, a Câmara terá de elaborar, no prazo de quatro anos, “um projecto de construção de um estabelecimento termal”, o qual terá de ser executado sob pena de perder a concessão.

No curto prazo, em apenas um ano, o município terá de “instalar um sistema de monitorização de todas as captações” de acordo com as normas legais em vigor.

A Câmara obriga-se ainda, no prazo de quatro anos, a “propor à DGEG [Direcção Geral de Energia e Geologia] um projecto de preservação e eventual classificação do antigo balneário termal de forma a preservar o edifício, bem como as antigas nascentes termais que se localizam nas caves do edifício”. Acresce ainda a obrigação de em dois anos elaborar um estudo de viabilidade de aproveitamento do recurso geotérmico e propor a sua respectiva classificação.

O documento é omissivo acerca da possibilidade de a exploração termal ser feita em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

Estas minutas foram entregues ao executivo caldense na passada segunda-feira, devendo serem discutidas nas próximas semanas a fim de comunicar uma decisão final ao governo. É ainda provável que o assunto seja também debatido na Assembleia Municipal.

A formalização por escrito destas propostas consagra o interesse do governo em desfazer-se dos encargos relacionados com o património termal das Caldas da Rainha, passando-o para o município. (Gazeta das Caldas, 2014)

Perante este facto pode-se pelo menos esperar que num futuro próximo existam desenvolvimentos que vão de encontro ao que neste trabalho é defendido que é a valorização, recuperação e dignificação dos edifícios patrimoniais caldenses tão

importantes na qualificação, significado e imagética da cidade, que coloquem as Caldas da Rainha de novo no mapa das termas de Portugal.

## **4.2. EDIFÍCIO PATRIMONIAL - PROPOSTA DE REABILITAÇÃO**

### **4.2.1. CONCEITO (S)**

O conceito de preservação e reabilitação são conceitos recentes, representando a consciência da proteção ao património histórico, iniciada no século XIX, como medida para restaurar os monumentos e edifícios destruídos pela guerra. A preservação dos monumentos, centros e sítios históricos é fundamental para manter a autenticidade, cultura e significado do próprio lugar e da sua população. Reabilitar é no entanto um conceito pouco consensual, onde a tarefa dos intervenientes deve ser encarada com muita responsabilidade, uma vez que o património histórico é parte essencial da cultura.

Sobre esta temática foram ao longo dos anos surgindo documentos que regulamentam e orientam as linhas gerais sobre a conservação dos monumentos e sítios históricos. Na Carta de Atenas<sup>55</sup> sobre o Património Histórico das Cidades está redigido o seguinte:

Os valores arquitectónicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos).

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do génio humano. Eles fazem parte do património humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança.

Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral...

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnias, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de

---

<sup>55</sup> A Carta de Atenas foi um documento resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, realizada em Atenas no ano de 1933. O texto desta foi escrito por Le Corbusier, uma das principais figuras do movimento moderno.

conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incómodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico. (Assembleia do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna - CIAM, 1933, p.25, 26)

Todos os lugares têm a sua historia, quer seja uma cidade de grandes dimensões ou uma pequena vila. Diversos fatores terão estado na origem da fixação humana nos locais onde se encontram, por razões defensivas, de subsistência, salubridade, transporte ou outras. São locais específicos que foram desenvolvidos e ampliados com o passar dos anos. Este processo de maturação e sedimentação de conhecimentos que são transmitidos de geração em geração resultam de anos de história de uma civilização.

A cidade é um aglomerado das várias fases da sua história, correspondendo o centro histórico à sua gênese. Para a manutenção das características culturais de uma civilização é necessário ter em atenção os centros históricos que devem ser protegidos através da criação de zonas urbanas de transição, evitando o isolamento e a mumificação que por sua vez conduzira à não funcionalidade e morte do mesmo.

A cidade vive dos seus homens, das suas capacidades e contradições, de dúvidas, de silêncios, de significantes emergentes inesperados. A cidade é a construção voluntária dos homens, dos seus quereres ou das suas impossibilidades. (...) o passado da cidade, como de qualquer outro espaço, é também algo de aparente, luminescente, enganador mesmo. Mas usufruir do seu brilho é um encantamento irresistível que nos prova que vivemos e somos hoje o presente e o futuro da história. (Gomes, 1994, p.57)

Contemplar cidades pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser. Tal como uma obra arquitectónica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. (...)

Todo o cidadão possui muitas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações. (Lynch, 2011, p.9)

Os edifícios que pontuam a cidade contribuem para a identidade de cada aglomerado, que é construída a partir da memória coletiva criada pela população, com os diversos níveis etários e culturais dos cidadãos. Esta identidade é influenciada pela capacidade de cada geração em conservar e prolongar a vida útil do património. Segundo o

Documento de Nara (1994)<sup>56</sup>, encontramos autenticidade nos materiais, na forma de execução, concepção e na envolvência. A autenticidade depende de duas variáveis, o espaço e o tempo, que formam a singularidade dos edifícios e lugares. No entanto para Ramalho Ortigão (2006, p.93) “ [...] O nosso povo porém desaprendeu de ver a obra artística do seu passado, e nem sequer levanta os olhos para os seus mais comunicativos monumentos, que ninguém lhe explica, que ninguém o ensina a compreender e a amar”.

Apesar de ter uma presença muito forte como peça isolada, os Pavilhões do Parque estabelecem uma ligação umbilical com o Parque D. Carlos I. Ambos têm em comum a sua origem e o Autor, e criaram entre si uma relação cristalizada que estimula o olhar de qualquer veraneante. O sentimento inicial por um edifício ou um sítio é sempre de natureza emocional: o primeiro pertence sempre ao segundo e, muitas das vezes, o segundo não passa sem o primeiro; ou seja, cada edifício histórico pertence a um sítio, que é o seu território, pelo que qualquer alteração do conjunto influenciara a imagem das partes e do todo (Mangorinha, 1999, p.35)

A destruição dos nossos monumentos é a destruição da nossa cultura “ [...] A história dos seus monumentos é para cada povo a história da sua individualidade, porque não há monumento artístico que não traduza, mais ou menos directamente, a acção intelectual e política da sociedade que o concebeu.”. (Ortigão, 2006, p.96). A intervenção em edifícios patrimoniais é motivo de discordância de pensamentos entre Ruskin, que defende que a obra de arte nasce vive e morre e Viollet-le-Duc<sup>57</sup> (1814-1879), para o qual a obra nasce e deve ser prolongada no tempo no estilo em que foi concebida. Apesar desta divergência a reabilitação de edifícios deve segundo as cartas patrimoniais obedecer a métodos e análises específicas caso a caso, respeitando sempre o edifício e a patine dos seus materiais, devendo a intervenção ser contemporânea, e perceptível a distinção entre o existente e o novo.

Ao restaurar um monumento com critério «científico» (ou pseudo-científico) passa pela cabeça de alguém dar a tal monumento o aspecto que ele teve em época mais ou menos passada, cai-se na utopia de supor que aquilo que já foi pode de novo vir a ser, esquecendo-se que a irreversibilidade do espaço não permite aceitar tal hipótese (...). (Távora, 2006, p.19)

---

<sup>56</sup> “A autenticidade será a consequência da salvaguarda do criativo, da realidade física e do decorrer do tempo histórico” (Documento de Nara, 1994)

<sup>57</sup> **Eugène Viollet-le-Duc** nasceu em França no princípio do século XIX, estudou arquitectura na Escola de Belas Artes de Paris, tendo interrompido os estudos. Desenvolveu o seu trabalho na área do restauro e apresentou-se como um dos principais teóricos da problemática da preservação do património.

#### 4.2.2. PROJETO ACADÉMICO 2012/ 2013



**Ilustração 58** - “Pavilhões do Parque”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Ao frequentar a unidade curricular de Projeto III<sup>58</sup> na vertente de Reabilitação, foi abordada a problemática do património e a importância da sua conservação. Os conhecimentos transmitidos pelos docentes, mediante a combinação da componente teórica sobre Património, com a vertente prática onde no primeiro semestre foi elaborado um plano de salvaguarda, que permitiu tomar perceção que a preservação de um edifício patrimonial implica tomar uma atitude perante o território onde este está inserido, não se confinando com a área de implantação do edifício.

Com esta base no segundo semestre foi proposto a escolha de um edifício patrimonial com o intuito de elaborar um projeto de reabilitação onde seria aplicado o conhecimento sobre medidas e técnicas de preservação adquiridos durante as aulas. Recaiu a escolha sobre os Pavilhões do Parque [**Ilustração 58**], edifício emblemático das Caldas da Rainha que desde sempre despertou curiosidade pela magnífica beleza do edifício e a forma como influência o espaço envolvente.

---

<sup>58</sup> A unidade curricular de Projeto III é a última unidade curricular de projeto do curso de Arquitetura da Universidade Lusíada de Lisboa, foi no ano 2012/2013 coordenada pela Professora Doutora Arquitecta Nuno Santos Pinheiro e assistida pela Professora Doutora Arquitecta Maria de Fátima Lino Fragoso.

Como já foi referenciado anteriormente ao longo do trabalho, os Pavilhões do Parque localizam-se na cidade das Caldas da Rainha [Ilustração 59 e 60]. A cidade faz parte da sub-região do oeste, na região centro, distando aproximadamente 80km de Lisboa, sendo servida por um grande número de meios de comunicação como a autoestrada do oeste (A8), que permite a chegada ao aeroporto em menos de uma hora, ou a linha do oeste onde o trajeto entre Caldas e a capital, de comboio, demora cerca de duas horas.



Ilustração 59 - "Localização das Caldas da Rainha", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



Ilustração 60 - "Localização dos Pavilhões do Parque, Caldas da Rainha". (Bing Maps, 2014)

Inseridos na fronteira entre o Hospital Termal e o parque D. Carlos I, o edifício apesar de nunca ter sido concluído, e com isso não ter servido para o propósito para o qual foi construído, é hoje um marco da cidade de Caldas da Rainha, não passando despercebido a quem passa por eles, pela monumentalidade do edifício, para a qual contribui a envolvente natural do parque a poente, que também adquire outra dimensão pela presença deste edifício [Ilustração 61]. Do lado nascente, onde se



encontra o Hospital Termal, os dois pavilhões que compõem essa frente do Largo D. Carlos I, enquadram-se na envolvente não sobressaindo muito para além dos edifícios envolventes [Ilustração 62].



Ilustração 61 - “Levantamento Fotográfico confrontação Poente”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



Ilustração 62 - “Levantamento Fotográfico confrontação Nascente”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Também referido anteriormente, derivado à idade e aos fenómenos naturais, o edifício apresenta-se bastante degradado, sendo visíveis algumas patologias, necessitando este, que nunca foi concluído de ser recuperado e conservado, para que perdue no tempo de modo a perpetuar-se para as gerações vindouras<sup>59</sup>. Segundo Jorge

---

<sup>59</sup> Segundo a Carta Europeia do Património Arquitectónico redigida em Amsterdão, em Outubro de 1975, o princípio 5º *O património arquitectónico tem um valor educativo determinante*, redige o seguinte “Ele oferece um manancial privilegiado de explicações e de comparações do sentido das formas e uma fonte de exemplos das suas utilizações. Ora, a imagem e o contacto directo adquirem de novo uma importância decisiva na formação dos homens. Importa por isso conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências. A sobrevivência destes testemunhos não estará assegurada se a necessidade da sua protecção não for compreendida pela grande maioria das pessoas e especialmente

Mangorrinha (1999, p.35) “O futuro dos Pavilhões do Parque passa por se encontrar uma adequada reutilização que justifique um projecto de reabilitação arquitectónica. Trata-se de recuperar um edifício emblemático na cidade e, por isso, impõe-se escolher a opção certa.”

A proposta de reabilitação, passa por tentar conciliar as motivações e premissas que levaram à edificação dos Pavilhões do Parque, mantendo a autenticidade do edifício e do lugar, adequando-as às necessidades do presente, atribuindo-lhe uma função<sup>60</sup> que dignifique este elemento arquitetónico de grande simbolismo.

Este edifício teve como princípio da sua existência, funcionar como complemento ao Hospital Termal, servindo para acomodação e internamento dos aquistas, assim sendo, propõe-se na intervenção que mantenha a funcionalidade primitiva, que nunca chegou a desempenhar, adaptando esta intenção com as exigências e necessidades presentes. Passou assim a abordagem por criar um Hotel e Spa, que mantém a função de acolhimento dos banhistas, num local privilegiado como é o parque D. Carlos I. No entanto, derivada a dimensão do edifício e à afluência termal presente assim como ao número de unidades hoteleiras existentes na cidade, não existe a necessidade de ocupar todo o conjunto edificado nesta vertente. Por este facto e reflexo da cidade se ter desenvolvido e destacado como centro cerâmico e artístico, onde a Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha, se apresenta como um centro de formação de novos artistas, julga-se pertinente reservar uma área dos

---

pelos gerações mais jovens que terão amanhã responsabilidade sobre eles.” Na sequência deste princípio, o 9º *A participação de todos é indispensável ao sucesso da conservação integrada*, “Se bem que o património arquitectónico seja propriedade de todos, cada uma das suas partes está á merce de cada um. Alias, cada geração não dispõe do património arquitectónico, senão a título transitório. Ela é responsável pela sua transmissão às gerações futuras. A informação do público deve ser tanto mais desenvolvida quanto os cidadãos têm o direito de participar nas decisões que dizem respeito ao seu quadro de vida.”

<sup>60</sup> A atribuição de uma nova função para os edifícios patrimoniais foi debatido na conferencia sobre Restauo realizada em, em Abril de 1972, em Itália, da qual surgiu a *Carta de Restauo*, que refere no Anexo B *Instruções para os critérios das restaurações arquitectónicas* “Sempre com o objectivo de assegurar a sobrevivência dos monumentos, vem-se considerando detidamente a possibilidade de novas utilizações para os edifícios monumentais antigos, quando não resultem incompatíveis com os interesses histórico-artísticos. As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural e da sequência dos espaços internos.

A realização do projecto para a restauração de uma obra arquitectónica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc.), relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os dados históricos possíveis. (...)

Uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos.”

pavilhões como sala polivalente onde se possam fazer exposições, instalações, Workshops e outras atividades relacionadas, assim como um auditório onde se possam fazer algumas apresentações.

Após a escolha funcional do edifício foi criado um programa que permitisse a plena execução e funcionalidade desta nova atividade, recorrendo para isso à legislação existente sobre esta temática para a elaboração de um estudo o mais fidedigno possível, que cumprisse os requisitos necessários à sua exequibilidade.

Para além de respeitar a legislação existente sobre esta temática, procurou-se alterar o mínimo possível das primitivas formas do edifício, preservando sempre que possível todas as existências, uma vez que entendemos que o projeto de reabilitação mais que preservar a imagem exterior, trata-se de recuperar um edifício que tem uma história associada, ainda que neste caso a maioria das memórias existentes deste sejam mais da sua forma exterior que da vivência dos espaços do edifício.

A reabilitação arquitetónica apresenta-se como um desafio ao arquiteto, mais que criar um edifício, sem grandes condicionantes, trata-se de recriar tendo como base a estrutura existente que condiciona a livre ação do projetista. Uma reabilitação é um exercício de sensibilidade que apela aos sentidos do arquiteto, que deve respeitar a história e as memórias existentes, devendo sempre executar uma intervenção contemporânea, onde seja perceptível a distinção entre os materiais existentes e os novos. Neste caso concreto derivado à área existente no edifício a hipótese de criar novos volumes nem foi considerada, apenas foram ponderados alguns melhoramentos nos espaços envolventes, incidindo o pensamento arquitetónico mais na organização interna dos espaços e na vivência destes, que na criação de formas exteriores. Contudo realizou-se uma maqueta de estudo do edifício e envolvente [Ilustração 63 e 64]



Ilustração 63 - "Fotografia da maquete de estudo", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

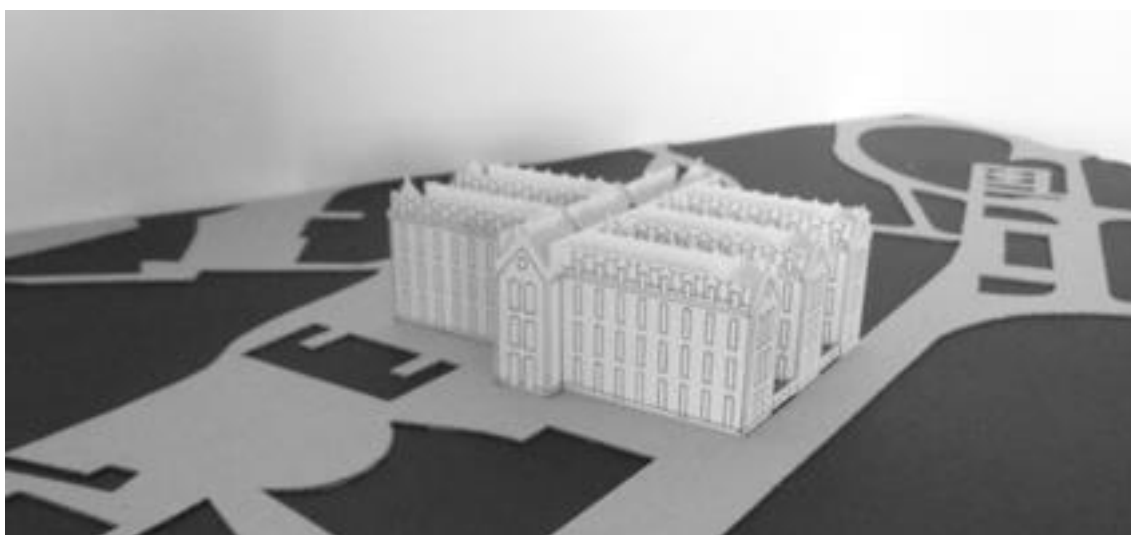


Ilustração 64 - "Fotografia da maquete de estudo", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Ainda que não existam plantas da versão final dos Pavilhões do Parque da autoria do arquiteto Rodrigo Berquó, nem ter sido possível o acesso ao interior do edifício, o gabinete de planeamento do Centro Hospital do Oeste, cedeu gentilmente os desenhos do edifício<sup>61</sup>, sobre os quais desenvolvemos a proposta de reabilitação.

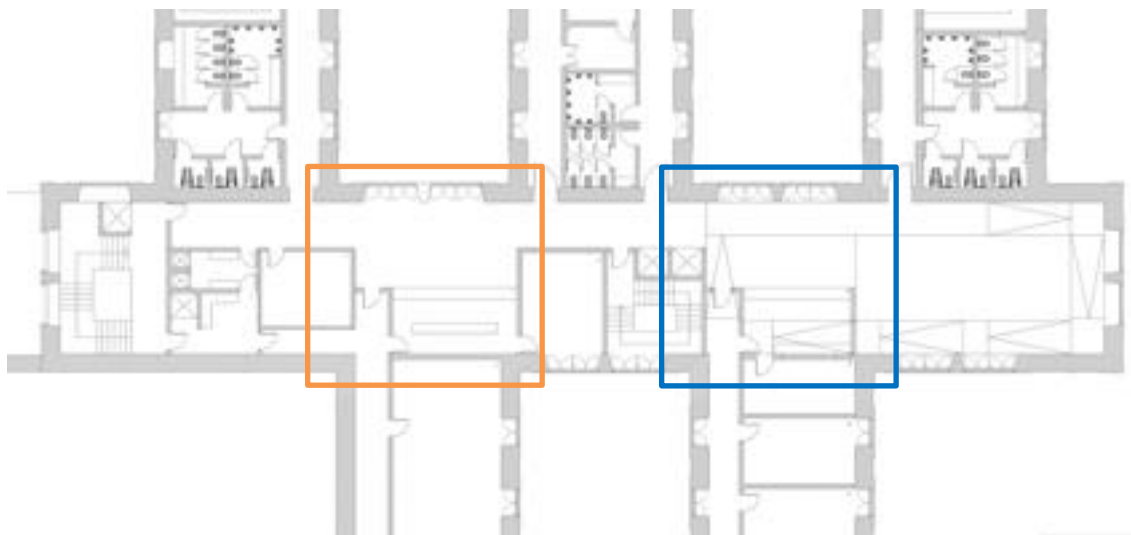
Como referido anteriormente, conferindo a este conjunto edificado duas vertentes funcionais, uma de carácter pública assinalado na [Ilustração 65] com retângulo azul, e outra privada assinalado na [Ilustração 65] com retângulo laranja. A distribuição interna do edifício foi em função destes momentos de chegada ao edifício, a receção

---

<sup>61</sup> Estes desenhos foram executados com base num levantamento efetuado pelo gabinete de planeamento do CHON que podem ser consultados no Museu do Hospital e das Caldas, no arquivo horizontal, gaveta nº5 – nº inv. 59 (Pavilhões do Parque 1º piso), nº inv. 60 (Pavilhões do Parque 2º piso), nº inv. 61 (Pavilhões do Parque 3º piso).

pública distribuía para a sala de exposições, auditório, spa e restaurante. A receção privada, destinava-se exclusivamente para o hotel.

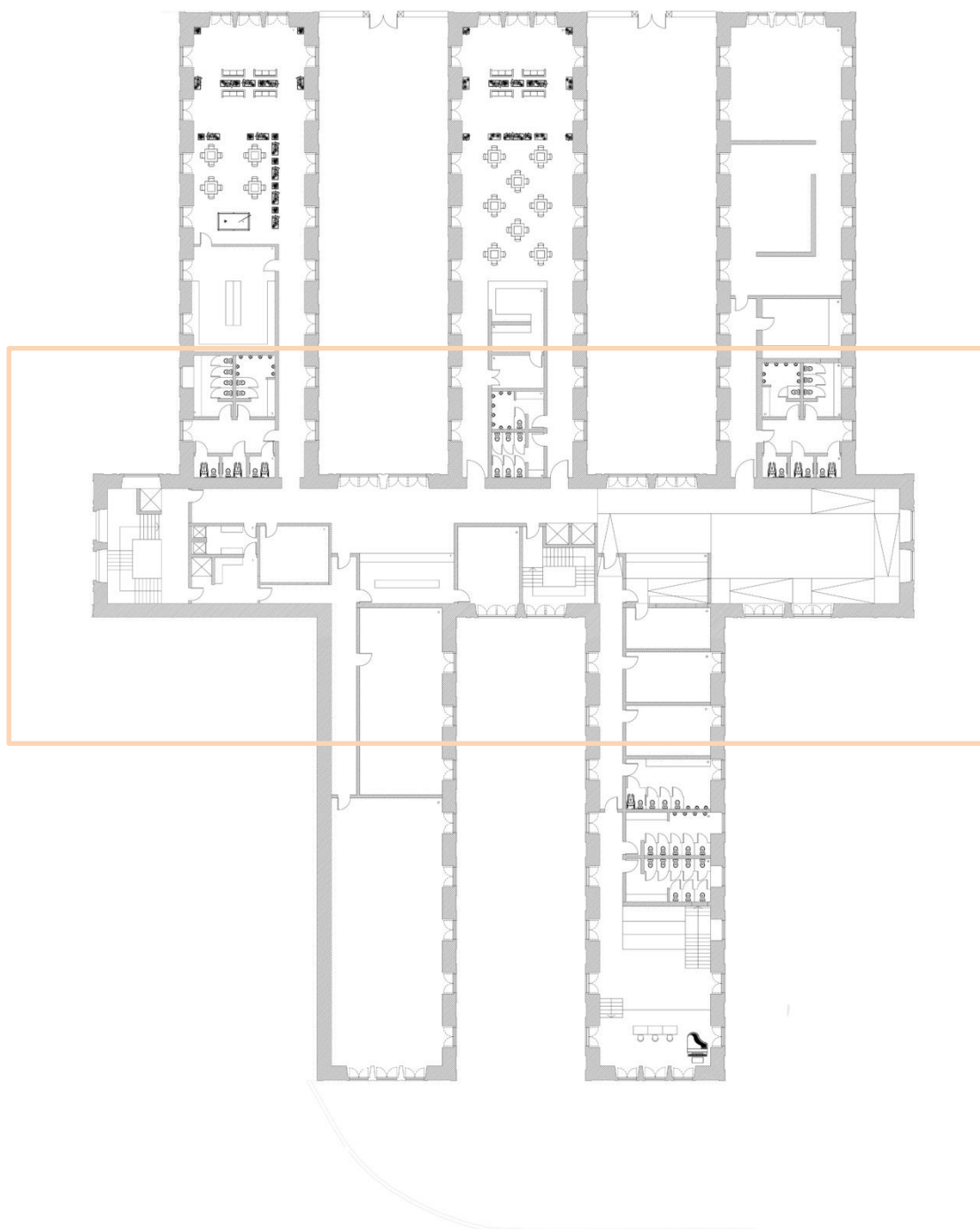
Aproveitando a arquitetura do edifício deixou-se o corpo central que une os cinco pavilhões para zona de acessos, corredores de transição, assim como as zonas de receção se localizam neste bloco central da fachada poente. Sendo a entrada no edifício um momento que requer alguma poética, pois trata-se da transição entre o exterior e o interior, pretendeu-se que esta se realizasse pelo interior do parque D. Carlos I. Desta forma, a entrada seria feita pelas sacadas que existem no corpo central do edifício, tirando partido dos vãos existentes, e do corredor formado pelos pavilhões laterais, desde a entrada do parque até à zona de receção.



**Ilustração 65** - “Pavilhão Central piso 0 – Zonas de Recepção”, André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Assim no piso térreo propõe-se instalar no pavilhão central, virado para o parque, um Bar, tirando partida da vista para os jardins e o lago. O bar seria composto por despensa, copa e esplanada interior, derivado à sua centralidade este serviria tanto para a zona pública localizada no pavilhão direito onde se encontrava a zona expositiva, que tinha aglomerado os compartimentos necessários ao seu funcionamento, como um gabinete de trabalho, e instalações sanitárias, e para o Hotel, localizado no pavilhão esquerdo.

No mesmo piso mas nos pavilhões virados a nascente foi proposto um auditório no pavilhão direito, possuindo camarins, instalações sanitárias, destinando-se o esquerdo, afeto ao hotel, às zonas técnicas e lavandaria, uma vez que este se encontra soterrado do lado esquerdo, não possuindo por isso grandes capacidades espaciais [**Ilustração 66**].

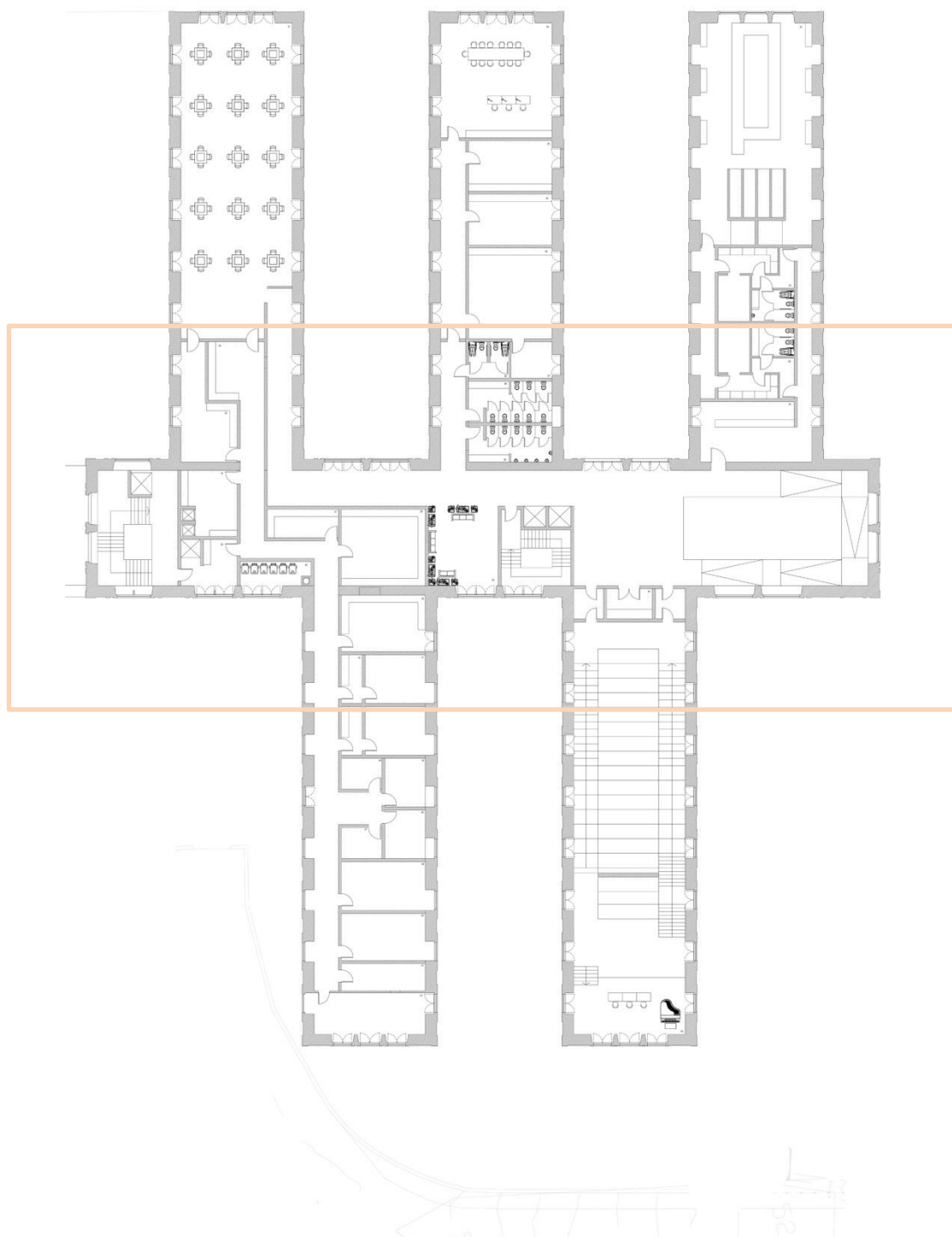


**Ilustração 66** - "Planta Piso 0", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Para o primeiro piso destinou-se na frente do parque o pavilhão direito para a zona de spa, o pavilhão central para a zona administrativa do hotel, e o pavilhão esquerdo para o restaurante, que derivado à sua localização teria uma vista panorâmica sobre o lago e o parque. Do lado nascente o pavilhão direito destinava-se à entrada para o auditório e respetiva plateia, uma vez que o auditório teria duplo pé direito, o acesso do público seria efetuado por este piso, deixando o piso inferior para artistas e convidados. No pavilhão esquerdo localizava-se a cozinha, assim como os acessos de serviço e zona de cargas e descargas, aproveitando a topografia e o acesso existente, concentrando assim a zona de serviços neste pavilhão [Ilustração 67 e 68]. O pequeno edifício que se encontra isolado serviria para albergar as zonas necessárias aos trabalhadores como instalações sanitárias, dormitórios, copa, sala de refeições e sala de convívio, integrando este elemento no projeto de recuperação (Ver Apêndice B).



**Ilustração 67** - "Pavilhão Central piso 1 – Acessos para Restaurante, Zona Administrativa, Spa, Auditório, Cozinha e acesso de serviço", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



**Ilustração 68** - "Planta Piso 1", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)



No terceiro piso os cinco pavilhões ficaram reservados para os quartos do hotel, totalizando 30 quartos, sendo que os 5 localizados nos topos de cada pavilhão dispõem de uma área superior, sendo por isso desenvolvido em duplex, dispondo de uma sala ao nível do piso de baixo e a zona de dormir situada por cima desta [Ilustração 69 e 70].

Ainda que não tenha sido possível confirmar presencialmente, o piso de mansardas pelos desenhos facultados e pelas informações transmitidas pelos membros do gabinete de planeamento do Centro Hospitalar Oeste, não permitem desenvolver espaços habitáveis, por este facto, não se previu nenhuma construção neste piso, devendo no entanto de ser reabilitado à semelhança do restante edifício.



Ilustração 69 - "Pavilhão Central piso 2 – Acesso aos Quartos", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

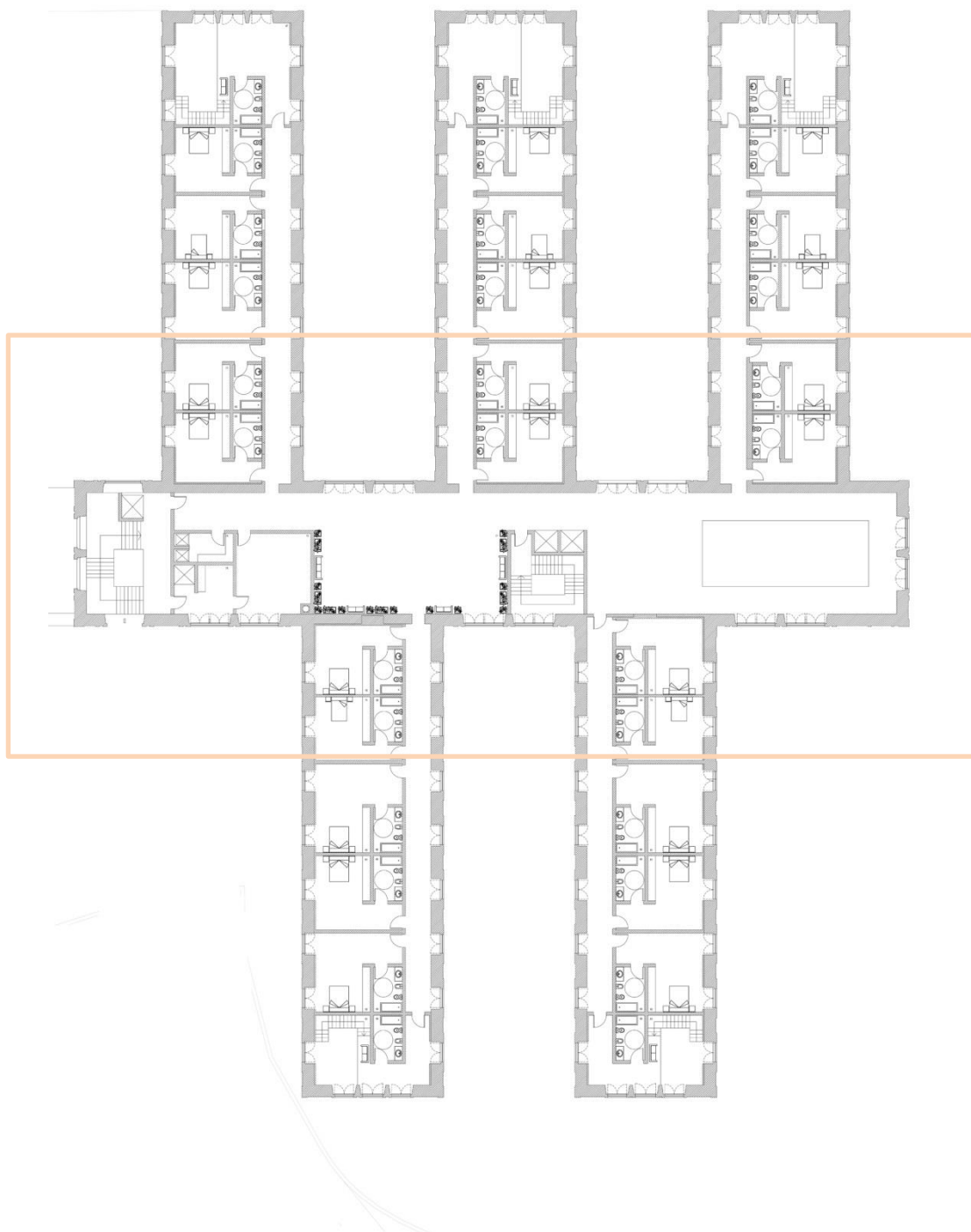


Ilustração 70 - "Planta Piso 2", André Barros. (Ilustração nossa, 2014)

Esta proposta de intervenção reflete a preocupação perante um edifício patrimonial, de grande relevância para a cidade de Caldas da Rainha, uma vez que se afirma como a maior construção de um período que pretendia tornar as termas e a cidade caldense numa referência para o país e para a Europa. Ainda que não tenha sido concluído, não deixa de constituir um marco para a população e para quem toma conhecimento destes, pela singularidade e imponência desta peça arquitetónica. A sua localização no interior do parque D. Carlos I, sublinham a sua beleza e estética, estando estes umbilicalmente ligados. Os Pavilhões do Parque, assim como todos os edifícios patrimoniais, pertencem a este lugar, fazem parte da história, cultura e memória da população, cabendo por isso as gerações presentes e futuras preservar o património que lhes é delegado, para que permaneça vivo este testemunho tão importante de uma época que muito contribuiu para a realidade da cidade.

## 5. CONCLUSÃO

É também comoda e frequente a afirmação de que há que caminhar do geral para o particular, ainda que não menos verdadeira; caminhemos, sim, do geral para o particular mas que o estado do geral não invalide o estudo do particular, pois que um não pode viver sem o outro por indissociáveis e a dificuldade está exactamente no equilíbrio sábio e harmónico destes extremos, aparentemente opostos mas realmente complementares. (Távora, 2006, p.19)

A afirmação anterior justifica a necessidade de compreender a envolvente histórica deste estudo, de forma a poder compreender na íntegra o assunto que se pretende tratar. Querendo com isto dizer, que assim como Fernando Távora, também consideramos que o estudo do particular só tem significado se for compreendido e estudado o geral, que neste caso é a história da cidade de Caldas da Rainha.

A criação do primitivo conjunto termal, em finais de Quatrocentos, localizado no sítio que motivaria o aparecimento da actual cidade das Caldas da Rainha, trouxe para a história da cultura, da medicina e do urbanismo, pelo menos duas particularidades: se, por um lado, nunca antes um núcleo habitacional tinha sido criado e desenvolvido em volta de uma instituição assistencial, por outro lado, surgia como o primeiro Hospital de uma medicina predominante, a das águas, dedicando-se inovadoramente ao tratamento de doenças por via termal. (Mangorrinha, 2000, p.46)

Esta investigação permitiu tomar conhecimento dos factos históricos que estiveram na origem do estabelecimento da cidade das Caldas da Rainha neste local, pela particularidade das nascentes de água termal aqui existentes, sobre as quais foi edificado o primeiro hospital termal, que levou ao surgimento de um povoado e sustentou o seu desenvolvimento ao longo dos tempos.

A presença do Hospital Termal sustentou a evolução da vila, para as quais contribuíram as alterações políticas e sociais que se foram sucedendo, destacando-se o período liberalista no qual se afirmou a burguesia, surgindo um novo interesse pelas águas termais. A afluência de novos públicos, impulsionou a reforma de oitocentos, que conjugada com a chegada do Arquitecto Rodrigo Berquó para administrador do balneário termal, contribuíram através do ideal romântico para a elevação desta estância termal para um patamar superior, ao nível das melhores da Europa, uma das medidas desta reforma foi a construção de um novo Hospital Termal – Os Pavilhões do Parque. Este edifício foi implantado na fronteira do parque D. Carlos I com o Hospital Termal, numa altura em que era habitual instalarem-se equipamentos termais no interior de zonas arborizadas, seguindo os ideais românticos.

Como se constatou no presente trabalho, essa intenção conheceu o seu fim com a morte prematura do arquiteto, assim como o edifício destinado ao novo hospital permaneceu inacabado ao longo dos anos. Apesar destes acontecimentos o edifício é considerado um símbolo desta época, fazendo parte da história e memória das termas e da cidade, para as quais contribuíram as funções temporárias que foi desenvolvendo.

O edifício de estudo pertence ao conjunto de edifícios que compõem o património termal caldense. De uma forma geral encontram-se bastante degradados, sendo a última grande intervenção, a executada por Berquó nos finais do século XIX, tendo o termalismo a partir daí, perdido a sua função de estância de veraneio, facto que contribuiu para o abandono deste património, em especial os Pavilhões do Parque.

A frequência das aulas de Projecto III na vertente de reabilitação, onde foram aprofundados os conceitos relacionados com a salvaguarda do património, cultura, memória e identidade, são essenciais para a formação e consciencialização dos intervenientes em património, dos quais os arquitetos figuram como maiores responsáveis pelas opções arquitetónicas tomadas, nestes edifícios de grande sensibilidade.

A reabilitação de edifícios foi ao longo dos tempos encarado de várias formas, como já foi referido anteriormente. No entanto ao longo da formação como arquiteto e perante a realidade do nosso país, onde existem um vasto numero de edifício em condições precárias, foi suscitada a vontade e sensibilidade de olhar para estes marcos patrimoniais não como algo sem valor ou utilidade, mas sim algo que necessita de ser revitalizado, e valorizado, dando uma nova oportunidade a estes edifícios. A reabilitação destes marcos patrimoniais contribui para a preservação das memórias e da singularidade dos lugares, contribuindo a recuperação de edifícios para a manutenção da génese da cidade que reside no centro histórico.

O aprofundamento destes conceitos permitiu a realização de uma proposta de reabilitação, que procurou conciliar os princípios pelos quais o edifício surgiu, com as exigências e necessidades atuais. A intervenção teve como objetivo salvaguardar as memórias do edifício, garantindo a sua durabilidade e autenticidade, assegurando a continuidade do passado para as gerações futuras, alertando-as para a necessidade de conservar o património que nos é delegado, através de uma atitude de compromisso entre património e contemporaneidade.

A proposta de reabilitação assenta as suas bases na crença da valorização de um edifício patrimonial, pegando nas premissas da sua construção e conferindo-lhe uma nova função que o valorize e respeite. Recaindo a escolha da nova função num Hotel e Spa, uma vez que a origem da construção deste edifício estava ligada à componente termal, especificamente para albergar os aquistas. Desta forma o edifício ainda que autonomamente do Hospital Termal cumpriria a função para que se destinava no passado, e ganhava uma funcionalidade que se adapta ao presente.

Contudo presentemente o termalismo já não representa, nem exerce sobre a cidade a influência dos tempos em que o edifício foi criado, não se justificando a ocupação de todo o edifício com esta funcionalidade. No entanto a vertente de Spa, contribuiria para a valorização do termalismo caldense, que conjugada com a recuperação do Hospital Termal poderia originar um novo folgo para esta atividade. Beneficiando as Caldas da Rainha da posição geográfica centralizada que ocupa.

Sendo as Caldas da Rainha, uma cidade direcionada para as artes em especial pela cerâmica desde os tempos de Rafael Bordalo Pinheiro, sentiu-se necessidade de ver representada esta vertente no projeto, reservando uma ala dos pavilhões como espaço polivalente para a realização de exposições ou outras atividades ligadas a esta temática, contribuindo assim para a dinamização do edifício.

A elaboração desta pesquisa e proposta, fez aumentar o interesse sobre a temática da reabilitação uma vez que, fora tomar conhecimento sobre os factos históricos que conduziram à sua edificação, tomou-se contacto com o estado precário do edifício e da necessidade de uma intervenção urgente, para prolongar a sua história no futuro.



## REFERÊNCIAS

ACCCRO, (2012) – Caldas da Rainha – Portugal – MCMXXIII. (2ª edição - fac-similada) Leiria : Textiverso, Lda.

AIRES-BARROS, Luís (2005) – Introdução. In Caldas da Rainha: património das águas. Caldas da Rainha : Guide – Artes Gráficas, Lda. p.

BELO, Domingos Duarte (2007) – O Hospital Termal e a Vila de Caldas da Rainha no século XVIII. Caldas da Rainha.

CARVALHO, Augusto da Silva (2012) – Memória das Caldas da Rainha (1484 - 1884) fac-simile da edição de 1932. Leiria : Textiverso.

FEIO, Cláudio (2010) – Os Pavilhões do Parque (Caldas da Rainha) e a Problemática da sua conservação [Em Linha]. [S.l. : s. n.]. [Consult. 03 de Setembro 2013]. Disponível em WWW:«URL:[http://www.academia.edu/5144886/Pavilhoes\\_do\\_Parque\\_das\\_Caldas\\_da\\_Rainha](http://www.academia.edu/5144886/Pavilhoes_do_Parque_das_Caldas_da_Rainha)».

GOMES, Saul António (1994) – As Cidades têm uma História: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII. Caldas da Rainha : Gráfica da Ponte.

LYNCH, Kevin Andrew (2011) – A Imagem da Cidade. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, Lda.

MACHADO, João Saavedra (1993) – As Caldas. A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor. in Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura. Caldas da Rainha: Camara Municipal de Caldas da Rainha. p. 39-76

MANGORRINHA, Jorge (1993) – Arquitectura caldense no século XVIII. In Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura. Caldas da Rainha: Camara Municipal de Caldas da Rainha. p. 39-76

MANGORRINHA, Jorge (1996) – Rodrigo Berquó Cantagalo 1839-1896 Arquitecto das Termas. Caldas da Rainha: Gracal – Gráfica Caldense, Lda.

MANGORRINHA, Jorge (1999) – Pavilhões do parque : património e termalismo nas Caldas da Rainha. Caldas da Rainha: António Coelho Dias, S.A.

MANGORRINHA, Jorge (2000) – O Lugar das Termas. Lisboa : Livros Horizonte.

MANGORRINHA, Jorge ; SERRA, João B. (1993) – O Hospital de Santo Isidoro : assistência, higiene e arquitectura no século XIX. Caldas da Rainha : Gráfica da Ponte.

ORTIGÃO, Ramalho (2008) – Banhos de Caldas e Águas Mineraes – fac-símile da edição de 1875. Lisboa : Comedi – Comunicação e Edição, Lda

ORTIGÃO, Ramalho (2006) – O Culto da Arte em Portugal. Lisboa : Esfera do Caos Editores Lda.

PINTO, Helena Gonçalves (2005) – O «Passear as Águas», uma historia da mata e do parque das Caldas da Rainha. In Caldas da Rainha: património das águas. Caldas da Rainha : Guide – Artes Gráficas, Lda. p. 198 - 221



PINTO, Helena Gonçalves ; Mangorrinha, Jorge (2005) – O Programa e a arquitectura Termal. In Caldas da Rainha: património das águas. Caldas da Rainha : Guide – Artes Gráficas, Lda. p. 134 -197

SANTA MARTA DE SOURE, Dulce Maria (1993) – Um Parque para as Caldas : história do Parque D. Carlos I. Caldas da Rainha: Gráfica da Ponte.

SERRA, João B. (1993) – Caldas da Rainha 1887-1927. In Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura. Caldas da Rainha: Camara Municipal de Caldas da Rainha. p. 367-464

SERRA, João B. (1995) – Introdução à História das Caldas da Rainha. Caldas da Rainha: Gráfica da Ponte.

SERRA, João B. (1997) – Caldas da Rainha Cadernos Locais de História, Cultura e Turismo. Caldas da Rainha: ELO – Publicidade, Artes Gráficas, Lda.

SERRA, João B. (2003) – 21 anos, pela História: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos. Caldas da Rainha: Gráficampo - Artes Gráficas, Lda.

SERRA, João B. (2005) – Percurso de cidade com termas, evolução urbana das Caldas da Rainha da fundação aos finais do século XIX. In (coord. Aires-Barros) - Caldas da Rainha: património das águas. Caldas da Rainha: Guide – Artes Gráficas, Lda. p.

TAVARES, Mário (1988) – Entre Lisboa e Caldas no século XIX. Caldas da Rainha: C. P. Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

TAVARES, Mário (1993) – Aspectos do quotidiano caldense no terceiro quartel do século XIX. in Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura. Caldas da Rainha: Camara Municipal de Caldas da Rainha. p. 219-258

TÁVORA, Fernando (2006) – Da Organização do Espaço. Porto: FAUP publicações.

VIEIRA DA SILVA, (1993) – titulo do capitulo. In Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura. Caldas da Rainha: Camara Municipal de Caldas da Rainha. p. 77-86

ZUMTHOR, Peter (2009) – Atmosferas: entornos arquitectónicos : as coisas que me rodeiam. Trad. Astrid Grabow. Barcelona: Gustavo Gili, SL.

Autor capitulo (2005) – Caldas da Rainha: património das águas. Caldas da Rainha: Guide – Artes Gráficas, Lda.

AIRES-BARROS, Luís (1993) – Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura. Caldas da Rainha: Camara Municipal de Caldas da Rainha.

## BIBLIOGRAFIA

BAKER, Geoffrey H. (1998) – Le Corbusier: uma análise da forma. Trad. Alvarar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes

PINTO, Helena Gonçalves (1994) – Caldas da Rainha no Principio do século : Fotografias de Alfredo Pinto. Local: Editora

QUINTELA, Mária Manuela ; NASCIMENTO, José Carlos ; CABRAL, Carlos Pina (2008) – Termas de Portugal. Lisboa: Pixelprint.

RÉZIO, Margarida (2008) – A Cidade Termal das Caldas da Rainha : construção do primeiro hospital termal : fundação da cidade, função social e expansão territorial [Em Linha]. Lisboa : Univ. Nova de Lisboa. Comunicação proferida no VI Congresso de Sociologia realizado de 25 a 28 de Junho de 2008, na Univ. Nova de Lisboa. [Consult. 03 Setembro 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/190.pdf>>.

XAVIER, Isabel (2012) – Os Pavilhões do Parque na História das Caldas da Rainha : alguns momentos [Em Linha]. Caldas da Rainha : [s.n.]. [Consult. 03 de Novembro 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.exercito.pt/sites/ESE/Noticias/Documents/Abertura%20solene%202012/Pavilh%C3%B5es.pdf>>.



## **APÊNDICES**

---



## **LISTA DE APÊNDICES**

- Apêndice A** - Planta de Cores Convencionais Piso 0. Projecto III. 2012/13
- Apêndice B** - Planta de Cores Convencionais Piso 1. Projecto III. 2012/13
- Apêndice C** - Planta de Cores Convencionais Piso 2. Projecto III. 2012/13
- Apêndice D** - Respostas Presidente Administração Centro Hospitalar Oeste



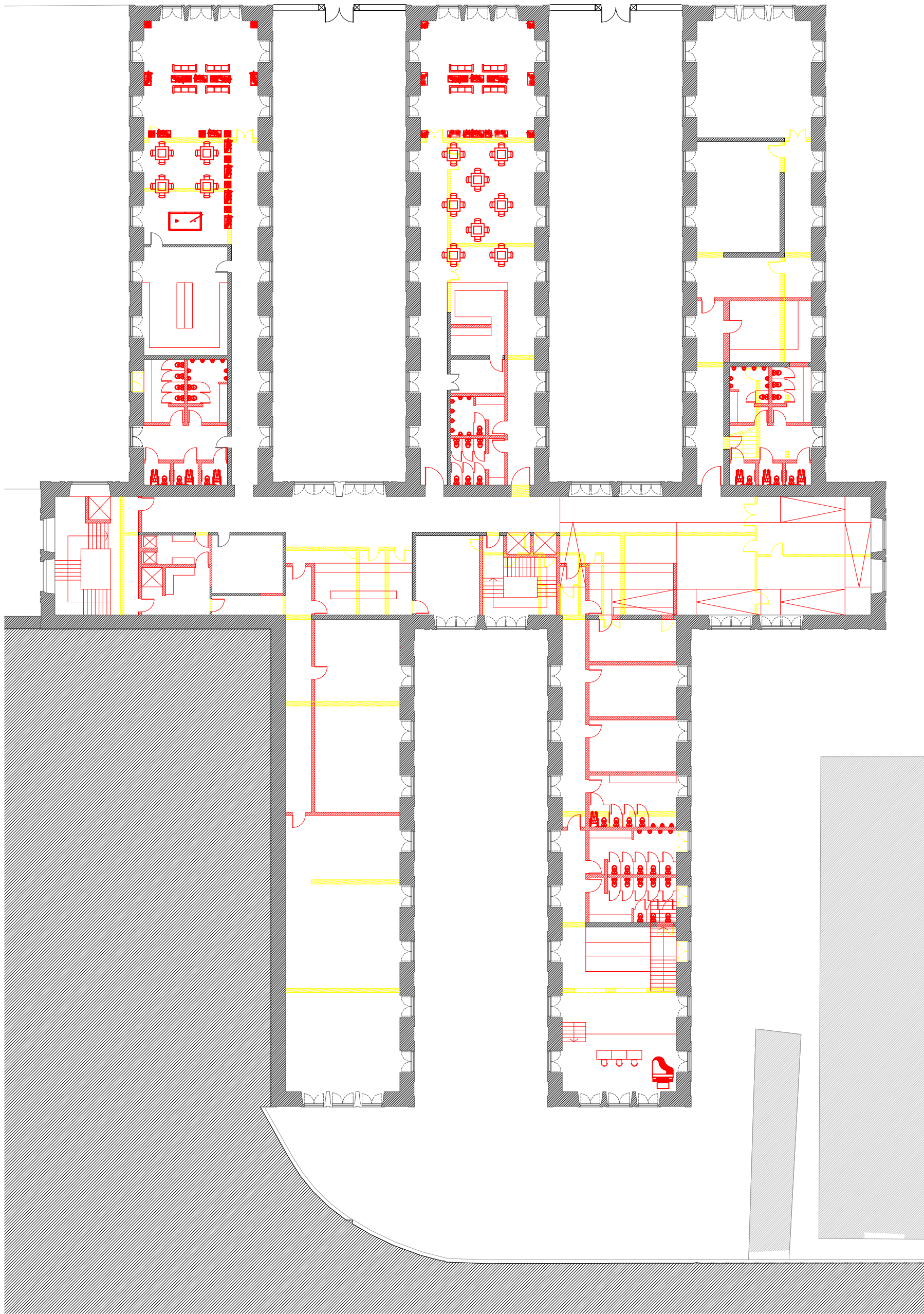
**APÊNDICE A**

---

Planta de Cores Convencionais Piso 0





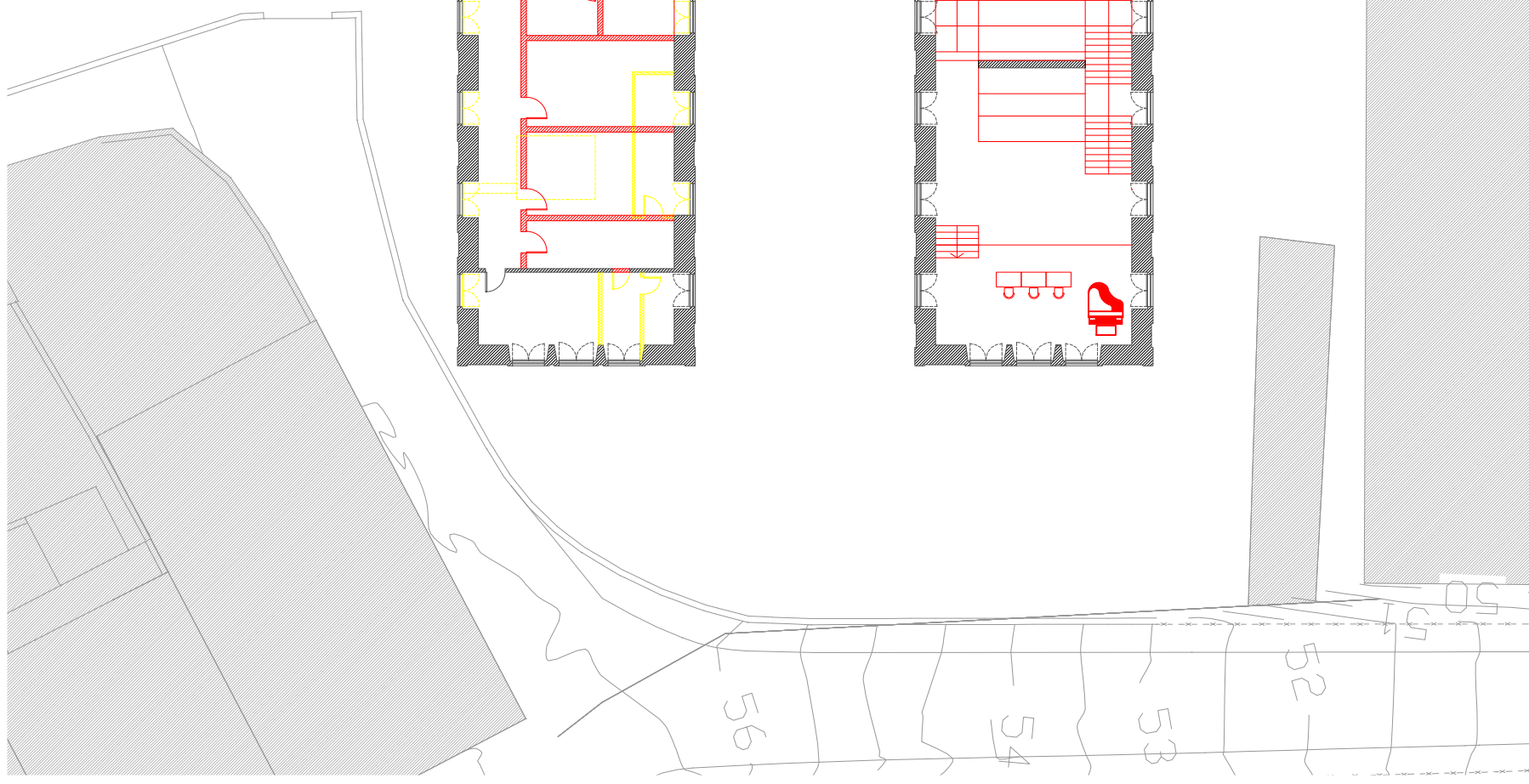
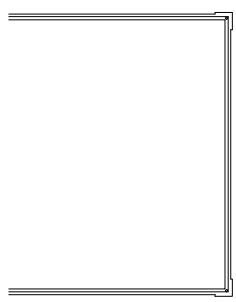


**APÊNDICE B**

---

Planta de Cores Convencionais Piso 1





**APÊNDICE C**

---

Planta de Cores Convencionais Piso 2







**APÊNDICE D**

---

Respostas Presidente Administração Centro Hospitalar Oeste



**Pergunta:** O Hospital Termal está na origem da fundação da cidade de Caldas da Rainha. Derivado aos problemas decorrentes tanto a nível das infra-estruturas do Hospital Termal, como por razões de reorganização do Serviço Nacional de Saúde é um património em perigo. Qual o seu futuro?

**Dr. Carlos Sá:** Em termos de estratégia, definida pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste, consideramos que na conjuntura e no modelo de administração actual, muito dificilmente se conseguirão reunir as condições necessárias a um investimento sério na recuperação do termalismo e em particular do Hospital Termal das Caldas da Rainha.

A direcção adoptada foi no sentido de permitir que outros agentes, por certo mais creditados para o efeito, pudessem actuar e participar efectivamente nessa recuperação. A cedência do Hospital Termal e restante património, parece-nos que será um passo importante e que criará oportunidade para outras entidades ou agentes, consigam actuar de forma eficaz, executando o plano de investimento, gestão e conseqüente recuperação necessários ao Hospital Termal.

A questão patrimonial, à qual está associada a identidade deste conjunto, não estará nunca dissociada desta estratégia. Ela é afinal geradora de valor neste conjunto.

**Pergunta:** O termalismo foi ao longo dos tempos um factor dinamizador da cidade, contribuindo para a sua origem e desenvolvimento.

Qual a importância que o termalismo representa actualmente e no futuro para a cidade?

**Resposta:** A história económico-social do Hospital Termal e da cidade das Caldas da Rainha foram desde a sua origem indissociáveis. Basta aliás perceber que os factos que levaram à fundação da Vila de Caldas da Rainha, se prenderam essencialmente com a necessidade de criar e fixar recursos e meios que “alimentassem” as necessidades de funcionamento do Hospital. Essa relação de partilha, ou se quisermos de sustentabilidade mútua manteve-se durante vários séculos de funcionamento do Hospital Termal.

Se avaliarmos a situação actual, por certo que facilmente percebemos que a actividade termal deixou de ser determinante na vida da cidade. Este distanciamento, ou se quisermos, a diminuição desta dinâmica de partilha, trouxe consigo graves prejuízos a nível de algumas actividades económicas locais, não tendo sido criada nenhuma actividade suficientemente forte que pudesse ocupar este lugar.

Em termos estratégicos, e em particular de estratégia turística, será obviamente importante que essa relação possa ser reconstruída, aliás o PENT refere precisamente as termas de Caldas da Rainha, como uma das que possuem potencial de desenvolvimento e crescimento.

Acreditamos porém que não podemos apenas depender do Hospital Termal por si só, mas precisamos antes de definir uma estratégia mais ampla que permita consolidar toda uma economia local e regional. A título de exemplo, podemos simplesmente fazer o exercício que um potencial turista ou cliente Termal que precisará de outros pontos de interesse que não apenas as termas por si só.

**Pergunta:** Caldas da Rainha é uma cidade de grande importância tanto a nível regional como a nível nacional, derivado à posição geográfica que ocupa, as vias de comunicação que a servem, o património existente, bem como para os seus habitantes a qualidade de vida que aqui desfrutam, facto de Caldas da Rainha ser uma "cidade rural". Como prevê o futuro da cidade?

**Resposta:** O futuro da cidade de Caldas da Rainha, como de tantas outras, dependerá evidentemente das linhas estratégicas que forem traçadas para a cidade em si, e da relação que esses objectivos conseguirem criar com toda uma conjuntura de desenvolvimento regional, e se quisermos até nacional.

A definição dessa estratégia terá que passar pela articulação de uma série de factores ou potencialidades que o conselho reúne: a centralidade, as acessibilidades, toda uma componente de massa intelectual e criativa que se tem permitido desenvolver através da Escola de Artes e Design, a sua forte tradição artística e cerâmica, obviamente não esquecendo o termalismo e saúde e a vertente turística do concelho e da região envolvente;

Por defeito destaca-se aqui a componente de saúde, onde obviamente a reestruturação do Centro Hospitalar do Oeste e de todo o património termal, não estará alheia. O grande objectivo é claramente a melhoria da qualidade na prestação dos cuidados de saúde às populações locais, o que obviamente contribuirá para a melhoria das condições oferecidas pela cidade de Caldas da Rainha na fixação e atracção de novos residentes e, com isso, de profissionais de excelência nas mais diversas áreas, que contribuirão por certo para o desenvolvimento de toda esta região.



**ANEXOS**

---





## **LISTA DE ANEXOS**

**Anexo A** - Memoria Descritiva do Hospital de Santo Isidoro



**ANEXO A**

---

Memória Descritiva do Hospital de Santo Isidoro



### **Memória Descritiva do Hospital de Santo Isidoro (1890)**

A ideia que predominou no projeto que elaborámos para o hospital de que se trata, foi o reunirmos todas as vantagens que até hoje têm reconhecido nos hospitais permanentes, e nos hospitais barracas, ou em pavilhões, evitando quanto possível os inconvenientes a que estes dois sistemas estão sujeitos.

Não queremos apreciar e ainda menos discutir as vantagens e os inconvenientes das construções que se têm feito nos diferentes hospitais; mas somente apresentar o nosso projeto, no qual introduzimos modificações que nos parecem vantajosas, tanto debaixo do ponto de vista higiénico como económico.

É de todos conhecido que o melhor agente de destruição dos micróbios é o calor, sendo mais poderoso quando for acompanhado pela chama.

O fumo parece ter também um papel importante na desinfeção, porque destrói micróbios alojados em pontos onde a desinfeção direta dificilmente se pode fazer.

Baseando-nos sobre os princípios expostos, elaboramos o projeto que passamos a descrever.

### **Explicações das diferentes partes de que se compõe este projeto (vide planta junta).**

Este edifício compõe-se de cinco pavilhões distintos e separados por passagens cobertas (vide fig. 1ª), devendo escolher-se para a sua colocação um terreno plano, desabrigado, elevado e horizontal, sem que, pelo menos, à distância de trinta metros tenha qualquer obstáculo que impeça a circulação livre do ar. Este espaço de trinta metros que circunda o edifício, é útil que seja cultivado para maior distração dos doentes, tendo ruas convenientemente traçadas.

O edifício deve construir-se de forma que o comprimento fique perpendicular à direção dos ventos dominantes.

Começamos a descrição pelo corpo central, que é composto de três pavimentos. A escada da entrada é feita de cantaria de granito rijo, dá acesso para o pavimento inferior, que fica elevado 1.50m acima do solo exterior. Neste pavimento e no topo da escada, há uma porta que dá acesso à sala B, que serve para os convalescentes receberem as suas visitas, e ao mesmo tempo para refeitório.

Esta sala comunica com a casa C que é destinada a escritório.

Pelo corredor L chegamos à passagem e, fronteira à passagem e ", dando a primeira serventia para o pavilhão nº 2, enfermaria para o sexo feminino, e a segunda para o

pavilhão nº3, enfermaria para o sexo masculino. Da sala passa-se para a cozinha D junto à qual se acha a dispensa E.

Passamos a descrever o segundo pavimento, para o qual se sobe pela escada F contígua à sala B junto à passagem e ". No Cimo desta escada, (fig.3) há um corredor que conduz para o quarto G destinado para a cozinheira e lavadeira, para o quarto H destinado para a enfermaria, para o quarto J destinado á roupeira, e finalmente para o quarto I que servirá para o enfermeiro.

O acesso para o terceiro pavimento ou terraço, é feita pela escada H que começa no quarto J. Este terceiro pavimento ou cobertura do pavilhão, serve também para enxugar roupas, depois de lavadas e desinfetadas, havendo para esse fim suspensões próprias.

Dissemos que o primeiro pavimento deste corpo estava 1,50m acima do solo exterior, falta-nos pois descrever este espaço: a entrada para ela faz-se por um alçado, que existe no pavimento da cozinha junto à janela; no seu interior há pés direitos, sustentando archetes de tijolo, sobre os quais assenta o revestimento do primeiro andar. Este espaço é destinado para depósito de combustível e arrecadações, não devendo os pés direitos ter menos 2,20m e podendo mesmo ter altura superior se o terreno o permitir.

Os três pavimentos que descrevemos, assim como este último de que acabamos de falar, são revestidos de asfalto.

As paredes deste pavilhão são maciças e construídas de tijolo, ou de alvenaria de granito argamassada. Todas as divisões interiores são de tijolo. O segundo e terceiro pavimento são sustentados por vigas de ferro em T duplo e tijolo.

O guarnecimento dos cunhais e vãos, a cimalha e platibanda, são todos construídos de cantaria de granito ou tijolo.

Como vimos, o pavilhão central liga-se com o pavilhão nº2 pela passagem e, por onde se entra para os quartos M e M ' que podendo servir para recolher quaisquer doentes, tem todavia a vantagem de poder isolar um ou outro, quando o médico julgar conveniente esse isolamento.

Destes dois quartos passa-se para as varandas cobertas N e N ', e apesar de terem comunicação com a enfermaria O, não é por elas que se faz o serviço, mas sim pelo prolongamento da passagem coberta e, que termina na varanda N '. A meio desta varanda há uma escada de granito A " por onde se faz o serviço para as dependências exteriores do edifício.

Estas varandas com cobertura metálica (folha de ferro galvanizada), e rodeadas por uma pequena grade de ferro em forma de balcão, destinam-se para todos os doentes em geral, e mais especialmente para os que, não podendo andar, têm contudo necessidade de respirar ar puro, podendo assim fazê-lo sem se exporem diretamente aos desequilíbrios atmosféricos, porque havendo duas varandas, podem aproveitar para convier.

As portas-janelas que ligam a enfermaria O com as varandas N e N<sup>i</sup> têm a largura suficiente para deixar passar livremente a cama com o doente, que deve sair por algum tempo da enfermaria.

Pela passagem coberta e<sup>i</sup> passa-se para o pavilhão nº4 onde logo à entrada há a latrina Q, em seguida a pia de despejos R, depois a pia S que contem um liquido desinfetante, e serve para depósito de roupas sujas, enquanto não são conduzidas para a lavandaria, e finalmente para a sala T ou casa de banho com tinas e lavatórios. Todas estas casas dão para o corredor P, continuação da passagem e<sup>i</sup> ao fundo da qual se acha o quarto U destinado para arrecadação das roupas com que os doentes entram no hospital, depois de convencionalmente lavadas e desinfetadas. Estas roupas são guardadas em armários próprios, feitos de ferro e rede de arame, dispostos de modo que o ar circulo por eles livremente

A porta única desta casa, e a divisão onde ela se encontra, são também de ferro e rede de arame.

Fronteiras às casas Q,R,S e T e dando para o mesmo corredor P, há duas casas V e X, servindo a primeira de quarto para a ajudante de enfermaria, e a segunda para lavandaria, havendo ai um pequeno aparelho portátil de desinfeção, pelo calor húmido. Destas duas casas passa-se para a varanda descoberta N<sup>ii</sup> que comunica com as dependências exteriores do edifício pela escada de granito A<sup>iii</sup>.

Onde não seja fácil de encontrar cantaria de granito rijo, deve empregar-se o ferro.

Pela passagem e<sup>ii</sup>, contigua à sala B do pavilhão nº1 entra-se no pavilhão nº3 onde está a enfermaria O<sup>i</sup> destinada para doentes do sexo masculino. Esta enfermaria só difere da já descrita em não ter os dois quartos M e M<sup>i</sup>, e ser formada por uma só casa, com as varandas N<sup>iii</sup> e N<sup>iv</sup> que têm as mesmas aplicações, que já descrevemos. Desta enfermaria passa-se pela passagem coberta e<sup>iii</sup> para o pavilhão nº5, onde do lado esquerdo, à entrada, há as casas Q<sup>i</sup> R<sup>i</sup> e S<sup>i</sup>, com as mesmas aplicações que as Q, R e S do pavilhão nº4, dando todas para o corredor P<sup>i</sup>, no fim do qual se acha a capela W.

Fronteiras às casas ultimamente indicadas, existem em comunicação com o corredor P', duas outras T' e V', servindo a primeira para casa de banho e lavatórios, e a segunda para o quarto do ajudante de enfermeiro. Da casa de banho passa-se para a varanda descoberta N<sup>v</sup> que tem a escada A<sup>v</sup> igual às já descritas. Comunica com esta varanda a casa mortuária Z, destinada também a autópsias.

Todos os pavilhões que descrevemos têm o seu pavimento no mesmo plano, isto é, a 1,50m acima do solo.

Os pavimentos dos pavilhões nº4 e 5 assentam sobre archetes de tijolo, sustentados por pés direitos formados por este mesmo material e são revestidos de asfalto. Este espaço vazio formado pelos pés direitos e archetes, está em comunicação com o exterior, por meio de pequenas aberturas onde existem portas de gradeamento de ferro, como se vê no alçado do desenho junto.

Os pavimentos das enfermarias O e O' e suas varandas, cobrem grandes caixas de ar, que entra pelos reguladores abertos na parte exterior das paredes que sustentam as mesmas varandas. O pavimento inferior destas caixas de ar é também asfaltado, e suavemente inclinado para os lados, como se vê no corte AB, servindo esta inclinação para obrigar todos os líquidos que sobre ele caíam, a procurarem os sumidouros, que se acham nos pontos mais baixos, e que estão munidos dos respetivos sifões.

Estas grandes caixas de ar correspondem às varandas e às enfermarias, e comunicam entre si por aberturas feitas nas paredes da enfermaria, e que vão indicadas pela letra n, fig.1º.

Já dissemos que o pavimento das enfermarias e suas varandas era a cobertura destas caixas de ar: vejamos agora como ele é construído. Começaremos por descrever o pavimento da enfermaria, porque descrito este, ficarão descritos os das varandas, que são perfeitamente iguais.

De parede a parede no sentido da largura, há vigas de ferro em forma de T duplo, distanciadas umas das outras 0,40m: sobre cada uma destas vigas e cravada nelas, assenta uma outra viga de ferro em forma de T simples, mas invertido, sendo a altura da alma 0,05m (fig.4ª): os espaços entre estas vigas são preenchidos por pranchas de madeira com 0,05m de grossura e 2m, de comprimento. Estas pranchas são ligadas às orelhas superiores da viga em T duplo, por fechos de correr, como se vê na fig.4ª, ou por parafusos de ferro que prendem estas pranchas a travessões de madeira, com 0,05m de grosso e 0,07m de alto, às orelhas das vigas indicadas. É possível que se possa prescindir das vigas em T simples, sendo estas substituídas por curvos de madeira (4 em cada prancha) que se colocam no tardo das pranchas (fig.4ª).



Para impedir mesmo a menor oscilação deste pavimento, há no centro e no sentido do seu comprimento uma viga, também de ferro, em T duplo, perpendicular às primeiras, que servem de madre e será apoiada sobre prumos, que poderão ser de ferro ou cantaria de granito, como se vê no corte AB.

As paredes dos pavilhões nº2 e 3 são de tijolo ocas, em forma de chaminés, abrindo inferiormente, umas para as caixas de ar correspondentes às varandas, outras abrindo-se para o exterior dos muros; as dos pavilhões 4 e 5 são construídas da mesma maneira, e abrem todas inferiormente para o exterior. Estas paredes, bem como todas as outras, são revestidas interiormente de estuque perfeitamente liso, polido e pintado com silicato de base de zinco; exteriormente não tem nenhum reboco ou revestimento, ficando o tijolo a descoberto.

As coberturas dos quatro pavilhões 2, 3, 4 e 5, são metálicas com telha, e feitas de maneira que existe um desvão, entre o telhado feito com telha do modelo de Marselha, e tecto do pavilhão, que é formado de folha de ferro, assentado sobre as orelhas das asnas, como se vê no detalhe n.º2, fig.ª5, e nos cortes AB e EF. A este desvão formado pelas duas coberturas, telhado e tecto, vêm desembocar as chaminés formadas nas paredes, como se vê no corte AB, não chegando as coberturas a reunir-se no vértice, de modo que na parte superior fica uma abertura em forma de paralelogramo, que é ocupado por um lanternim de ferro e vidro, tendo nas paredes caixilhos, que se abrem de fora e de cima, para dentro e para baixo, com uma abertura de 0,05m, na parte mais elevada.

Para se evitar que a chuva entre, é esta a abertura coroada por uma lâmina de ferro em forma de telha com a convexidade voltada para baixo, impedindo-se por esta disposição que os micróbios se possam abrigar no vértice do lanternim (ver fig.5ª).

A abertura, como vimos, é na parte superior ocupada pelo lanternim: na parte inferior, correspondendo ao forro de folha de ferro, há uma serie de caixilhos de ferro e vidro (fig.5ª) que, abrindo-se de baixo para cima, e eixo maior do paralelograma, ficam na posição horizontal, impedindo a passagem do ar para o lanternim.

O movimento destes caixilhos, assim como o das vidraças do lanternim, é transmitido por meio de roldanas e correntes de ferro ou cordas metálicas, pendendo estas pra o interior de enfermaria (ver fig.5ª).

Falámos nas passagens e, e ', e " e e ''', mas não dissemos como eram construídas. Não têm na sua construção nada de notável; contudo as janelas abrem-se automaticamente e em sentido contrário às portas que dão para estas passagens, sendo este movimento transmitido pela mesma porta, de maneira que, quando a porta

se abre, fecham-se as janelas, e vice versa; o que é vantajoso por se evitarem correntes de ar não só para os doentes das enfermarias como para os que transitarem por essa passagens: permitindo ao mesmo tempo uma completa ventilação nas passagens, sempre que por elas não haja serviço. As suas paredes são maciças e de tijolo, e o pavimento asfaltado assenta sobre archetes de tijolo que se acham 1,50m acima do solo exterior, como já fica descrito, quando se tratou dos pavimentos dos pavilhões 4 e 5: a sua cobertura é de ferro e telha de modelo de Marselha, sem guarda-pó ou forro.

Descrevemos agora um outro pavilhão (nº6) situado a 30m de distância do extremo dos pavilhões já descritos, e que é destinado para recolher enfermos com doenças contagiosas.

Este pavilhão tem em planta a forma de T duplo, e está colocado de modo que o seu centro fica no prolongamento da linha que passa pelos centros de todos os pavilhões descritos, vindo incidir perpendicularmente sobre a sua face lateral.

Pela disposição deste pavilhão, vê-se que, seja qual for a direção do vento, nunca este poderá arrastar diretamente miasmas para o corpo principal do hospital.

A construção deste pavilhão é em tudo igual à das enfermarias já descritas, diferindo contudo a sua disposição interna, como vamos ver.

Entrando pela escada A<sup>v</sup> sobe-se para uma varanda descoberta N<sup>v</sup>, na qual se encontram dois terraços iguais, em cada uma das extremidades, havendo no da direita latrinas para uso dos empregados, e no da esquerda duas pias, sendo uma para desinfecção de roupas e outra para despejos.

Desta varanda passa-se para duas enfermarias perfeitamente iguais O<sup>II</sup> e O<sup>III</sup> separadas por uma divisão de tijolo, que não permite comunicação de uma para outra, podendo, em virtude desta disposição ser uma destinada para o sexo masculino, e a outra para o feminino. Destas enfermarias passa-se para outra varanda N<sup>vII</sup> igual à N<sup>v</sup> na qual há também dois terraços iguais, sendo um para latrinas dos doentes, e o outro para casa de banhos.

As portas de todos os pavilhões descritos, são de ferro, bem como os caixilhos das janelas, excetuando os dos vãos do pavilhão central nº1, que são de madeira.

### **Entrada, permanência e saída dos doentes**

Descrito o hospital, vejamos como ele funciona, e começamos por dizer o modo como são recebidos os doentes, pelos empregados do estabelecimento, que são: enfermeiro e ajudante, enfermeira e ajudante, cozinheira e encarregada da roupa.

O doente, antes de entrar no edifício, é inspecionado pelo médico, que preenche uma guia de admissão no hospital. Se pela inspeção se reconhece que a doença não é contagiosa, o doente é conduzido pela escada A e recebido pelo enfermeiro na sala B; e daqui, conforme a prescrição médica, é levado sem atravessar o edifício, à casa de banhos T e T', conforme o sexo, ou é conduzido imediatamente à enfermaria.

Em qualquer dos casos a roupa que traz vestida é substituída pela que lhe oferece o hospital e conduzida para a casa de desinfeção X, onde será desinfetada e lavada.

Se a doença for contagiosa, a receção do doente é feita no pavilhão nº6 pelos respetivos empregados, que são o enfermeiro e uma enfermeira, fazendo-se aqui a mesma substituição de roupas e a desinfeção ou combustão delas, conforme o parecer do médico que passar a guia de admissão para o hospital. O doente a quem o médico der alta, recebe as suas roupas; mas se estas tiverem sido destruídas, o hospital fornece-lhe outras.

Se morrer, permanecerá na enfermaria somente pelo espaço de uma hora; será depois transportado em maca especial, através das varandas e escadas respetivas, para o pavilhão nº5, dando entrada na casa mortuária Z, onde ficará depositado o tempo que o médico determinar.

Quando o médico julgar que pode haver perigo na remoção de qualquer cadáver para a casa mortuária, o doente será transportado imediatamente para a casa mortuária do cemitério da vila, que se acha em circunstâncias de poder receber sem perigo qualquer cadáver.

Sempre que seja retirado qualquer cadáver da casa mortuária do hospital, será esta desinfetada por meio de combustão de palha ou mato, e convenientemente limpa.

### **Ventilação das enfermarias**

A ventilação pode fazer-se direta e indiretamente; no primeiro caso são as portas-janelas que se encarregam disso; no segundo servirão os ventiladores colocados no centro do pavimento da enfermaria e ao longo do seu eixo maior, e ainda outros colocados debaixo das cabeceiras das camas dos doentes, e que estão indicados na planta pela letra V (fig.2ª). Estes reguladores fabricados de ferro, são movidos por uma chave, podendo assim o enfermeiro graduar convenientemente a entrada do ar na enfermaria.

Quando descrevemos o pavimento estas enfermarias, dissemos que era construído de vigas de ferro e pranchas de madeira, e muito intencionalmente fizemos sentir que as pranchas apenas se achavam unidas às vigas por fechos de correr ou por parafusos e

travessas de madeira, donde se vê que o ar da caixa inferior pode, sem dificuldade, penetrar na enfermaria através das juntas das pranchas; mas não sendo bastante o ar obtido por esta forma para ventilar convenientemente a enfermaria, pusemos os ventiladores já descritos, para assim podermos regular a sua entrada. Pela disposição das oito janelas (ver fig. 2ª), compreende-se que a renovação direta do ar, quando seja necessária e aconselhada pelo médico, pode por elas fazer sem dificuldade, e ainda sem incómodo para os doentes, portanto eles podem passar nas suas camas para as varandas e serem colocados em frente das paredes, ficando assim ao abrigo das correntes de ar que se estabeleçam. Fechadas as janelas, a única entrada fraca do ar na enfermaria, é pelos ventiladores e juntas do pavimento: este ar provem das caixas inferiores e penetra ali pelos reguladores das varandas, passando pelas aberturas n e n, para debaixo da enfermaria (ver fig.1ª).

Nestas caixas, o ar, no Verão, está a uma temperatura inferior à do ambiente, e no inverno, superior; mas apesar disto, pode ainda assim ser tão baixa, que a sua entrada na enfermaria prejudique os doentes. Para obstar a este inconveniente, aquecemo-lo pelo processo que adiante se descreveremos. Durante o Verão, sendo mais frio o ar das caixas, não pode subir para a enfermaria; mas a disposição das paredes da cobertura e do lanternim vão explicar de um modo satisfatório a maneira porque o ar, apesar de mais denso, pode subir, e portanto fazer-se a sua renovação. Esta renovação do ar pode ser mais rápida, mas regular-se; para a saída, abrindo mais ou menos os caixilhos que se acham na parte mais alta do teto, e os das paredes do lanternim; e para a entrada, abrindo mais ou menos os reguladores do pavimento.

As paredes, como vimos, são duplas, constituindo assim verdadeiras chaminés, cuja abertura inferior está indicada na fig. 1ª pelas letras m e m. Estas aberturas têm uma porta de ferro, que obsta à passagem do ar, quando for necessário. A cobertura dupla também tem a vantagem de formar um verdadeiro colchão de ar, cuja espessura é de 0,60m, conforme se vê nos cortes AB, EF e na fig. 5ª. Já dissemos a maneira como assenta o lanternim na parte superior das coberturas, e reparando bem, vê-se que os raios solares aquecem o ar dentro dele; este ar quente tende a subir, e portanto a ser substituído, estabelecendo-se por este modo uma corrente de baixo para cima, e saindo por esta forma o ar da enfermaria pelo lanternim, ar que é imediatamente substituído pelo que existe na caixa inferior, a qual por sua vez se enche com ar exterior.

P ar que se acha no vão da cobertura, mais quente que o das paredes pelo efeito ação direta dos raios solares sobre o telhado, coadjuva também a tiragem, auxiliando assim,

posto que indiretamente, a renovação que queremos fazer, de modo que, com uma velocidade maior ou menor, pode fazer-se a renovação do ar na enfermaria, conservando esta uma temperatura quase constante, porque dificilmente a temperatura exterior pode influir na do interior da enfermaria, porque as camadas de ar que se acham nas paredes e na cobertura, estão em movimento constante, não permitindo que os desequilíbrios exteriores se façam sentir dentro das enfermarias; ainda mais, o ar contido nas paredes está bastante longe de sofrer a ação dos raios solares, o que é devido à cobertura das varandas e à sombra dos pavilhões contíguos. No Inverno, a temperatura do ar nas caixas é sempre superior à do ambiente mas pode ser inferior, igual, ou superior à do ar da enfermaria. No primeiro caso, sendo a temperatura inferior, é por este facto mais denso o ar na caixa do que na enfermaria; e não havendo no lanternim a ação dos raios solares que auxiliam a tiragem como acabamos de ver, e sendo necessário fazer-se a renovação, teremos que aquecer artificialmente o ar no lanternim, o que se consegue por meio de candeeiros ou por meio da combustão nas fornalhas m m fig. 1ª, ou mesmo aquecendo o ar da caixa, e compreende-se que estando este quente e portanto menos denso, suba, levando adiante de si o ar viciado; logo que começa a subir, é substituído por outro frio que em seguida se aquece, e assim se estabelece uma corrente contínua de ar novo, que atravessa não só os ventiladores, como também as fendas existentes no pavimento. E sendo a temperatura na caixa de ar igual à da enfermaria, o processo a seguir é o mesmo, contudo o resultado é mais pronto.

No terceiro caso, temos naturalmente o que procurámos obter no primeiro e segundo. Não basta porém que digamos o que se faz o aquecimento do ar nas caixas, é preciso explicar como isso se consegue. Se existirem debaixo do pavimento das varandas junto às coberturas n e n, fogões cilíndricos de ferro, fazendo com que as suas chaminés, também metálicas, percorram em diferentes direções e o mais próximo possível dos ventiladores do pavimento da enfermaria, o interior da caixa de ar, e fazendo também com que essas chaminés vão lançar os produtos da combustão nos desvãos das paredes, teremos assim realizado o que desejamos.

Para comodidade do empregado incumbido de alimentar a combustão dos fogões, pode tirar-se uma ou mais pranchas do pavimento de madeira das varandas, o que permite que se possa trabalhar e pé e livremente.

Se o calor produzido pelos fogões não for suficiente para o aquecimento que se quer obter, é fácil queimar junto às coberturas m e m qualquer combustível auxiliando-se assim poderosamente o aquecimento das enfermarias, pela irradiação do calor das

paredes e do teto. Não julgamos que no nosso País, sobretudo no sul, tenhamos de empregar todos estes meios de aquecimento, parecendo-nos suficiente a combustão das chaminés das paredes das enfermarias, que além desta vantagem tem mais a de destruir todos os miasmas que se tenham alojado nas paredes da enfermaria e no desvão da cobertura, facilitando também a boa ventilação.

### **Desinfecção do Hospital**

A desinfecção deste hospital pode fazer-se em todos os pavilhões ao mesmo tempo, ou num só.

Vamos descrever a maneira como se fará num só pavilhão porque assim temos descrito como se pode fazer em todos os outros.

As camas e os móveis são removidos da enfermaria e desinfetados; as pranchas de madeira do pavimento são levantadas e submetidas também a um processo qualquer que as desinfete, por exemplo a ação do calor húmido, e até mesmo a injeção de líquidos inseticidas. A enfermaria fica assim quase em estado de sofrer a desinfecção que necessita, mas para que possa fazer-se sem destruir coisa alguma, devem retirar-se os caixilhos do teto das janelas e do lanternim, assim como os vidros deste, o que se faz com facilidade, por estarem fixos por meio de réguas de ferro e parafusos.

Nesta circunstância podemos sem perigo algum e sem dispêndio maior que o combustível que se emprega, incendiar o hospital ou parte dele, transformando assim um estabelecimento que se tornava perigoso debaixo de vista e higiénico, num outro que fica em tão boas ou melhores condições do que quando foi construído.

Pode empregar-se para a desinfecção de hospital a combustão do mato, palha, ou qualquer outro combustível barato que produza grandes chamas.

Os caixilhos, os leitos de ferro e quaisquer outros móveis nas mesmas condições, podem também desinfetarem-se pela ação do fogo.

Os vidros que se tiram dos caixilhos, pelo processo que já indicamos, são lavados com líquidos desinfetantes.

Feito isto, deixa-se esfriar o pavilhão e os seus pertences ou para melhor dizer, a parte que se desinfetou pelo calor, completando o trabalho com as necessárias lavagens e pinturas.

O asfalto dos pavimentos pode ainda ser aproveitado no todo ou em parte não consideramos como despesas de desinfecção as pinturas e lavagens que há a fazer no hospital quando ele se desinfeta pelo calor, porque essas limpezas e pinturas são inerentes aos estabelecimentos desta natureza. Parece-nos que pelo processo

indicado, se faz uma desinfecção completa, sem que tenha lamentar-se a destruição ou deterioração de qualquer parte do edifício; Assim julgamo-nos autorizados a afirmar agora mais afoitamente que este sistema satisfaz só aos preceitos higiénicos, como também aos económicos.

### **Considerações finais**

Este projeto foi feito para o hospital civil das Caldas da Rainha; parecerá acanhado e mesquinho; todavia satisfaz perfeitamente ao fim para que foi destinado.

Se esta vila fosse mais populosa, e se portanto, necessitasse de um hospital de maiores dimensões poderia o projeto aplicar-se fazendo-se construções nas mesmas condições e obedecendo aos mesmos princípios.

O número de doentes para cada enfermaria poderia elevar-se a trinta, uma vez que as dimensões desta permitissem para cada doente uma cubagem de ar conveniente; mas neste caso haveria que fazer umas pequenas alterações no nosso projeto; não só se ampliariam o corpo central e os anexos das enfermarias, como se deslocaria a casa mortuária que deveria ficar convenientemente distanciada do resto do edifício, e colocada de maneira que os ventos dominantes não pudessem arrastar os miasmas sobre as enfermarias.

Conforme com os preceitos indicados no nosso projeto podem construir-se hospitais para receber mil ou mais doentes: mas neste caso haveria que fazer modificações na colocação e forma do corpo central, devendo os diferentes pavilhões ser colocados de maneira que se não prejudicassem uns aos outros.

É claro que a casa mortuária e das autópsias, assim como o pavilhão ou pavilhões para as doenças contagiosas, teriam que sofrer alterações importantes nas suas divisões internas; Devendo também haver um maior cuidado na escolha do local para estas edificações.

Foi intencionalmente que não quebramos as arestas vivas dos ângulos formados pelas paredes das enfermarias O e O' (pavilhões 2 e 3), nem as arestas formadas pelos diferentes planos de teto, por julgarmos inconvenientemente que os doentes afetados por moléstias não contagiosas mas muito demoradas, conservando-se em geral no uso das suas faculdades intelectuais, ainda que enfraquecidas, fossem obrigados constantemente a olhar para superfícies cilíndricas, que são extremamente monótonas.

Pelo contrário, no pavilhão nº6 das doenças contagiosas, eliminamos as arestas vivas, substituindo-as por superfícies côncavas, para que a desinfecção se faça com maior facilidade.

No caso de não poder obter-se para a construção dum grande hospital, terreno nas condições exigidas no princípio desta descrição, e não havendo portanto espaço para se fazerem todas as enfermarias num só pavimento, poderão fazer-se em dois, obedecendo a construção aos mesmos preceitos que seguimos no projeto que acabamos de apresentar. Neste caso haverá junto às enfermarias os terraços cobertos ou marquises, nas mesmas condições em que foram apresentadas no nosso projeto.

Estas marquises além das vantagens que já apontamos têm a conveniência de poderem servir as enfermeiras auxiliares, sempre que circunstâncias imprevistas façam concorrer ao hospital doentes em número superior à lotação higiénica das enfermarias. É fácil de compreender como de um momento para o outro se podem fechar os três lados destas marquises por vedações provisórias podendo estas no Verão ser simples cortinas de lona, havendo o cuidado de deixar em frente das janelas da verdadeira enfermaria outras também provisórias, que servirão para dar luz e ar a estas enfermarias auxiliares, sem que por isso as verdadeiras enfermarias sejam prejudicadas, porque a lanternim e a caixa de ar se encarregam de fornecer a luz para elas. No Inverno estas vedações serão feitas por dois sistemas de cortinas: as exteriores de lona alcatroada, e as interiores impregnadas de terebentina e cera, na proporção de dois para um: entre estas duas cortinas haverá um desvão igual ao diâmetro maior das colunas que sustentam a cobertura.

Estas vedações de lona são feitas de maneira que, quando for preciso ficam perfeitamente esticadas, ou poderão ser apanhadas à maneira de cortinas de sala, ou corridas para os lados deixando por esta forma livre entrada de ar e à luz.

Se no Verão houver necessidade de evitar o calor, ou no Inverno o frio, que possa ser transmitido através da cobertura metálica, nada mais haverá que fazer do que assentar sobre a folha de ferro destas coberturas, umas grades feitas de ripas, para sobre elas se assentar a telha de Marselha.

Se quisermos facilitar a tiragem do ar nestas enfermarias auxiliares, quando elas se acharem perfeitamente vedadas, bastará fazer umas aberturas na parte superior do pano de tijolo que forma a parede exterior das chaminés, que constituem os muros das verdadeiras enfermarias; estas aberturas ficaram logo por baixo da cobertura metálica, e fechar-se-ão umas potas de ferro abrindo de cima para baixo.



Vê-se pois que por esta forma a lotação higiénica do hospital poderá elevar-se ao dobro sem prejuízo, a nosso ver, das regras higiénicas estabelecidas até hoje.

Convém indicar qual a cubagem de ar que corresponde a cada doente nas enfermarias. Esta cubagem é de 51,36m<sup>3</sup> não tomando em consideração a caixa de ar que existe por baixo do pavimento das enfermarias, e que está por assim dizer, em perfeita comunicação com elas; porque se contar-mos com este espaço, o que nos parece perfeitamente junto e razoável teremos para cada doente um cubo de ar de 66,76m<sup>3</sup> o que julgamos que satisfaz completamente os mais meticolosos higienistas. Calculando a secção das janelas duma das frentes das nossas enfermarias O e O' e supondo que entrada do ar, se faz pelas janelas dum só lado, com a velocidade de dez metros por minuto; veremos que todo o ar da nossa enfermaria, será renovado em três minutos e meio, o que nos parece satisfará completamente aos mais exigentes em assuntos desta ordem.

A superfície quadrada destinada para cada doente dentro das enfermarias é de 10,12m<sup>2</sup>, e se contarmos com a superfície das varandas cobertas, teremos então 20,44m<sup>2</sup>.

Sendo o custo hospital, como mostra o orçamento que não vai indicado neste folheto por nos parecer desnecessário, de 27 166\$131 rei, e sendo a lotação natural de 33 camas, vê-se que o custo da construção correspondente a cada cama é de 823\$216 reis, o que parecerá exorbitante a aos que não conhecem o custo porque têm saído das diferentes construções deste género, não só no estrangeiro como entre nós.

Se recorrermos aos livro *Construções Hospitalares* que o ilustrador professor e distinto clinico o doutor António Augusto da Costa Simões acaba de publicar, temos ocasião a pág. 624, de ver uma tabela em que o sábio médico menciona o custo de dez hospitais, nacionais e estrangeiros, assim como a cubagem de ar por cama, para alguns deles se tirar-mos a média do custo da construção por cama dos primeiros dez hospitais da referida tabela acharemos que é de 2 048\$452 reis, cifra bastante superior é de 823\$216 reis, que é o custo por cama do nosso hospital; e note-se que a cubagem de ar para cada doente, assim como a superfície de enfermeira que corresponde a cada um, não é nada inferior às mencionadas na tabela indicada.

É certo que alguns dos hospitais mencionados são verdadeiros monumentos, o que nós já tivemos ocasião de observar; mas não nos parece que seja este um dos melhores predicados para satisfazer ao fim a que estas construções são destinadas.

Quando ultimamente tivemos em Vichy, visitamos um grande hospital acabado de construir dois meses antes e que tinha custado 580 000\$000 reis, no qual, diga-se de passagem havia grandes defeitos de higiene e ventilação.

Entrando numa das vastas enfermarias deste hospital vimos que estavam destruindo por completo o parquet de carvalho do pavimento, e os estuques polidos e envernizados das paredes e dos tetos. Perguntamos a causa daquele estrago e disseram-nos que tinha havido a infelicidade de logo que abrira o hospital, ter entrado naquela enfermaria um doente em que se manifestará a varíola de má qualidade; este doente morreu e por isso a enfermaria foi despejada e desinfetada o maior possível; mas estava de tal modo viciada que quando novamente se abriu, foram logo atacados onze doentes, os quais transportados para umas pequenas habitações isoladas que havia perto deste edifício, ai ficaram em tratamento e a enfermaria foi novamente despejada e quase demolida.

Deve imaginar-se quanta despesa custa este género de desinfeção e quanto ele é perigoso para os operários que fazem o trabalho de feitos estes que nós sempre reconhecemos no sistemas tollet, além de alguns outros que nos abstermos de mencionar, porque não é nosso fim discutir os trabalhos dos outros, mas sim apresentar o nosso humilde projeto, segundo o qual julgamos que a desinfeção se faz por completo, sem perigo para os operários e sem deterioração alguma do edifício.

Se este nosso projeto tiver a felicidade de agradar à muito ilustrada classe média portuguesa, a quem humildemente pedimos desculpa do nosso arrojo, e se julgarem convenientemente a construção de qualquer hospital seguindo os preceitos tomamos a liberdade de expor, dúvida alguma teremos em dar os esclarecimentos precisos, e resolver as dúvidas que possam aparecer, e que estejam ao alcance dos nossos pequenos conhecimentos científicos e da nossa limitadíssima inteligência.

Caldas da Rainha, 31 de Julho de 1890

R.M. Berquó

